



**CONTRIBUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR
PARA A PROMOÇÃO DE
SISTEMAS ALIMENTARES E
DIETAS SUSTENTÁVEIS**



CONTRIBUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A PROMOÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES E DIETAS SUSTENTÁVEIS

aCtuar
Associação Agrária Local

DGADR
Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural



Politécnico
de Viseu
Escola Superior
Agrária de Viseu

FINANCIADO POR

PDR
2020
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

ÍNDICE GERAL

Índice Geral.....	IV
Índice de Figuras.....	V
Índice de Quadros.....	VI
Enquadramento.....	1
1. Agricultura familiar – diversidade ou unicidade concetual.....	2
1.1. Sistematizar e consensualizar o conceito de agricultura familiar	3
1.2. Requisitos do estatuto de agricultura familiar e algumas considerações.....	7
1.3. As evidências estatísticas da agricultura familiar em Portugal	10
2. Os contributos da agricultura familiar.....	20
2.1. A multifuncionalidade como factor de resiliência	20
2.2. O valor económico local e nacional	24
2.3. O papel central no direito humano à alimentação adequada	1
2.4. A agricultura familiar: o contributo para a mão-de-obra agrícola e para o emprego	29
2.5. A agricultura familiar e os serviços do ecossistema associados. Contributos para a biodiversidade, conservação do solo, qualidade da água, paisagem	30
3. Um diagnóstico das fragilidades atuais da Agricultura Familiar	32
3.1. Os jovens e a agricultura familiar. Que presente e que futuro	32
3.2. O papel da mulher no contexto da agricultura familiar	39
3.3. O contributo da agricultura familiar para o rendimento das famílias e sua relação com o limiar da pobreza.....	44
3.4. O contributo da agricultura familiar para o rendimento das famílias: o autoconsumo	47
3.5. O abandono agrícola: reflexão a partir de dados do Recenseamento Agrícola de 2019..	49
4. Os caminhos da mudança	54
4.1. As novas tendências de modernização: da agroecologia à agricultura de precisão.....	54
4.2. Casos de estudo: boas práticas de agricultura familiar e o contributo para Dietas e Sistemas Alimentares Sustentáveis em Portugal.....	57
5. As políticas agrícolas e a agricultura familiar em Portugal.....	65
5.1. Antes da PAC	65
5.2. Desde a primeira PAC até ao estatuto da agricultura familiar	66
5.3. Após o estatuto agricultura familiar.....	67
5.4. As perspetivas para o futuro e o contributo da agricultura familiar para o desenvolvimento e coesão dos territórios e para os sistemas alimentares sustentáveis	69
6. Referências bibliográficas.....	74

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Atividades lucrativas não agrícolas da exploração, por NUTS II (2009-2016) (IEEA 2016).....	14
Figura 2. Evolução da mão-de-obra agrícola em Portugal, entre 1989 e 2019 (RA 2019).....	15
Figura 3. Tempo de atividade agrícola na exploração dos agricultores, em 2019 (Fonte: RA 2019).	15
Figura 4. Motivos para a continuidade da exploração, dos produtores agrícolas em 2019 (Fonte: RA 2019).	17
Figura 5. N° de explorações com recurso exclusivo a mão-de-obra agrícola familiar por km2 (Moreno, 2021).....	19
Figura 6. Presença de explorações familiares por concelhos em Portugal continental, em 2019, com base no Índice Sintético de Agricultura Familiar (ISAF) (Viegas, 2022).	19
Figura 7. Tempo de atividade agrícola na exploração familiar (explorações onde a mão de obra familiar é superior a 50%) em 2019 (Fonte: RA 2019)	25
Figura 8. Origem do rendimento dos agricultores familiares (explorações onde a mão de obra familiar é superior a 50%) em 2019 (Fonte: RA 2019)	1
Figura 9. N° de trabalhadores agrícolas familiares e não familiares, entre 1989 e 2019 (Fonte: PORDATA 2022).....	30
Figura 10. Evolução do limiar de pobreza e do rendimento médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem por profissão entre 2011 e 2018 (ano de rendimento) (€). (Fonte: Eurostat, EU- SILC; INE, Inquérito ao emprego).	46

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização da agricultura familiar em diversos países de acordo com diversos autores (Obschatko et al., 2007; FAO, 2013; Graeub et al., 2016).....	4
Quadro 2. Características das diversas modalidades de agricultura (Adaptado de Bélières et al., 2015).	6
Quadro 3. Características da agricultura familiar consideradas por diversos autores em Portugal.....	6
Quadro 4. Número de explorações, SAU e dimensão média por NUTS II (variação 2009-2019) (RA 2019). .	11
Quadro 5. Número de explorações e SAU, por classes de SAU, em 2019 (RA 2019).	11
Quadro 6. Natureza jurídica do produtor, por classes de SAU (IEEA 2016).....	11
Quadro 7. Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor, por dimensão económica da exploração (2016) (IEEA 2016).	13
Quadro 8. Origem do rendimento exterior à exploração (2016) (IEEA 2016).....	13
Quadro 9. População agrícola familiar por NUTS II (variação 2009-2016) (IEEA 2016).	14
Quadro 10. População agrícola familiar sem atividade e mão-de-obra familiar, por NUTS II (variação 2009-2016) (IEEA 2016).....	16
Quadro 11. Produtor agrícola singular, segundo o género, classes etárias, por nível de instrução, em 2019 (RA 2019).....	16
Quadro 12. Total de candidaturas ao estatuto de agricultor familiar (apresentada, atribuídas e ativas) por região e ano (até setembro de 2022) (Fonte: DGADR - Estatísticas das candidaturas - 2021/2022).....	18
Quadro 13. Taxa de substituição (agricultor <35 e agricultores entre 55-64 anos) e Taxa de substituição (agricultor <35 e agricultores com mais de 64 anos) por países (Eurostat Database).....	33
Quadro 14. Proporção de agricultores agrícolas singulares por nível de escolaridade.....	34
Quadro 15. Número de explorações por classe etária do agricultor (Gestor Agrícola) na UE28 e em Portugal.....	36
Quadro 16. Número de jovens agricultores com apoio, percentagem das explorações suportadas e orçamento do PDR 2014 -2020 alocado. Fonte: ENRD, 2016	37
Quadro 17. População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário em Portugal em 2011 e 2021 (Fonte: Censos 2021).	49
Quadro 18. Densidade populacional (N.º/ km²) e tipologia de áreas urbanas em Portugal em 2011 e 2019 (Fonte: INE 2022a).....	50
Quadro 19. Estrutura das explorações agrícolas: número de explorações e SAU em Portugal (Fonte: PORDATA, 2021).....	51
Quadro 20. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha) por Localização geográfica desde 1989 até 2019 (Fonte: INE 2021b).	51
Quadro 21. Superfície das explorações agrícolas (ha) por localização geográfica e classes de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em 2019 e 2009 (Fonte: INE 2021b).	51
Quadro 22. Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica, classes de dimensão económica e natureza jurídica em 2019 e 2009 (Fonte: RA 2019).	52
Quadro 23. Produtores agrícolas singulares do sexo feminino (N.º) por localização geográfica em 2019 e 2009 (Fonte: RA 2019).....	52
Quadro 24. Explorações agrícolas (N.º) por localização geográfica, forma de exploração (superfície agrícola utilizada) e classes de superfície agrícola utilizada (SAU) em 2019 e 2009 (Fonte: RA 2019).	52
Quadro 25. Levantamento de projetos e iniciativas que incidem sobre a AF na Europa e em Portugal.	58



ENQUADRAMENTO

A Agricultura Familiar é um tema central do debate sobre a sustentabilidade do planeta e do futuro da resiliência alimentar humana, em particular, pelo contributo social, económico e ambiental para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis.

Neste âmbito, o projeto **Contributos da agricultura familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis** visa contribuir para o reconhecimento positivo do contributo que a agricultura familiar desempenha na “produção de alimentos saudáveis e na dinamização da economia local” e para a “promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis”. Um dos objetivos do projeto, desenvolvido a nível nacional, é a sistematização de conhecimentos e boas práticas de agricultura familiar que aqui se apresenta.



1. AGRICULTURA FAMILIAR – DIVERSIDADE OU UNICIDADE CONCETUAL

A Agricultura Familiar, como forma de assegurar sistemas alimentares e florestais sustentáveis e resilientes tem um papel fundamental nos territórios rurais. A sua importância económica, ambiental, social e cultural levou as Nações Unidas (UN) a declarar 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar – com, entre outros, o objetivo de reforçar a importância da agricultura familiar na promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis. Em 2019, as UN juntamente com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), declararam 2019-2028 a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar, onde a agricultura familiar surge como um dos caminhos para alcançar os objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Mundialmente, mais de 90% das explorações agrícolas são de agricultura familiar, o que representa cerca de 75% das terras agrícolas. Produzem mais de 80% dos alimentos consumidos no mundo, garantem o sustento de 40% das famílias e empregam 30% da população mundial (FAO, 2014; Lowder *et al.*, 2016). No entanto, apesar do seu papel central na gestão e transformação dos sistemas alimentares, na produção de alimentos saudáveis e nutritivos, e na salvaguarda da biodiversidade, paisagem e património cultural, a pobreza e a vulnerabilidade continuam a ser uma realidade na agricultura familiar (FAO, 2020; Blondeau & Korzenszky, 2022). Em Portugal, os agricultores e trabalhadores qualificados do setor agrícola, florestal e da pesca encontram-se entre os grupos profissionais com maior probabilidade de pobreza. Neste grupo profissional a probabilidade de ser pobre é de 23,5 pontos percentuais (Diogo *et al.*, 2021). Para além disso, em muitos casos, este setor é invisível e os seus atores carecem do capital de desenvolvimento e transformação necessário, nomeadamente ao nível do acesso à terra, capital, formação, políticas (HLPE, 2013). Definir este tipo de agricultura e os seus atores, é um passo essencial, para a valorização das diversas funções que a agricultura familiar assume, bem como para o reconhecimento do seu contributo para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis.

1.1. Sistematizar e consensualizar o conceito de agricultura familiar

Como se caracteriza e define a agricultura familiar portuguesa?

Apesar de, em termos gerais, se considerar a agricultura familiar como uma forma de organização da agricultura assente em torno do recurso a mão de obra familiar e da utilização de pelo menos parte da produção para autoconsumo, o conceito varia bastante entre países, contextos, autores, e motivações políticas. A multiplicidade de formas concretas que podem ser identificadas nas explorações agrícolas dificultam uma definição normalizada e operacional comum, o que dificulta leituras, políticas, visões comuns (Bélières *et al.*, 2015).

Em 2019, a FAO & IFAD (re)escreveram o conceito como:

A agricultura familiar (o que inclui todas as atividades agrícolas familiares) é uma forma de organização agrícola, florestal, pastoril e aquícola, gerida e operada por uma família, predominantemente apoiada no trabalho da mulher e do homem. A família e a exploração agrícola estão ligadas, co-evoluem e combinam funções económicas, ambientais, sociais e culturais.¹

¹ Traduzido pelos autores a partir da definição da FAO & IFAD (2019), no documento “United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan”: *Family Farming (including all family-based agricultural activities) is a means of organizing agricultural, forestry, fisheries, pastoral and aquaculture production that is managed and operated by a family,*

Garner & Campos (2014) sistematizaram cerca de 30 abordagens ao conceito de agricultura familiar e identificaram um conjunto de características comuns que devem ser consideradas para alicerçar o conceito:

- gestão e operacionalização por uma família;
- dependência maioritária de mão de obra familiar não remunerada;
- transferência de conhecimento entre gerações;
- ligação estreita com as comunidades locais e o território;
- segurança alimentar da família
- outros fatores como a troca dos produtos resultantes são também considerados na literatura (Lunas & Junior, 2018).

O painel de peritos do Comité Mundial de Segurança Alimentar (Committee on World Food Security's - CFS) define a agricultura familiar como aquela que é praticada por famílias (uma ou mais famílias) com recurso maioritariamente a mão de obra familiar, de onde obtém uma grande (e variável) parte do seu rendimento. Inclui a produção agrícola, animal, florestal e a pesca artesanal e em geral, a mulher agricultora, assume um papel central

and is predominantly reliant on the family labour of both women and men. The family and the farm are linked, co-evolve and combine economic, environmental, social and cultural functions.

na produção, transformação e comercialização (HLPE, 2013).

Por outro lado, alguns autores sugerem associar ao conceito de agricultura familiar, à dimensão da exploração (

Quadro 1). A aplicação deste critério permite comparar regiões ou países, mas não capta a complexidade dos sistemas agrícolas e sociais associados. Alguns autores sugerem a classificação de agricultura familiar em três tipologias:

- A. Agricultores familiares técnica e tecnologicamente capacitados e bem integrados nos mercados;
- B. Agricultores familiares com ativos significativos e condições favoráveis, mas sem acesso a fatores que permitam alavancar a exploração (acesso ao

crédito, formação, etc) e que podem não precisar de apoio social;

- C. Agricultores pobres em terra, que se caracterizam principalmente por atividades de subsistência familiar/não-mercantil, que podem não estar identificados formalmente e que dependem do apoio social (Berdegué & Fuentealba, 2011; Vorley *et al.*, 2012; Chappell *et al.*, 2013; Graeub *et al.*, 2016).

Estes autores referem claramente que a definição de agricultura familiar não deve ser limitada pela área da exploração, uma vez que a viabilidade financeira das explorações depende de diversos outros fatores como a região, orientação produtiva, nível de inserção e acesso ao mercado, estrutura familiar, acesso a fatores de produção, tecnologia e infraestruturas e acesso ao trabalho fora da exploração.

Quadro 1. Caracterização da agricultura familiar em diversos países de acordo com diversos autores (Obschatko *et al.*, 2007; FAO, 2013; Graeub *et al.*, 2016)

País	Gestão da exploração	Mão de obra familiar	Mão de obra não familiar	Dimensão	Rendimento
Argentina	família	sim	sim	limite variável com a região	
Brasil	família	sim			maioria proveniente da exploração
Chile	família	sim		< 12 ha	<150k euros
México	família	sim			
Uruguai			<2UTA	< 500 ha	totalmente proveniente da exploração e abaixo de um limite

A partir de uma meta análise, Garner & Campos (2014) referem como aspetos maioritariamente considerados nos retratos da

agricultura familiar o suporte em trabalho familiar, a família como elemento responsável pela gestão da exploração, a dimensão da

exploração e a transmissão da exploração através das gerações. Lowder *et al.* (2016) e Lowder *et al.* (2019) utilizaram como critérios para a estimativa do número de explorações de agricultura familiar, a área ocupada e o contributo para a produção de alimentos, a gestão da exploração por uma família (sem considerar a posse, forma legal ou dimensão), onde trabalham um ou mais elementos da família, uma comunidade ou um conjunto de agricultores de forma associada.

Em todo o mundo, as explorações com área inferior a 2 hectares, representam 84% de todas as explorações, mas apenas ocupam 12% da totalidade da superfície agrícola. Por outro lado, as explorações com mais de 50 hectares (1% das explorações no mundo), representam mais de 70% da área agrícola no mundo (Lowder *et al.*, 2019). A partir desta análise da dimensão das explorações agrícolas e da percentagem de mão de obra familiar utilizada, estes autores estimaram o número total de explorações familiares em todo o mundo, a partir de uma amostra de 45 países (cujos relatórios incluem dados sobre mão de obra familiar e contratada permanente) e concluíram que **existem mais de 550 milhões de agricultores familiares em todo o mundo e que gerem 78% da superfície agrícola útil** (Lowder *et al.*, 2019).

Belieres *et al.* (2025) procuram definir as diversas modalidades de agricultura, com base no trabalho, capital, gestão, consumo, estatuto

legal e posse da terra (Quadro 2). Para estes autores, a agricultura familiar assenta principalmente na predominância de mão de obra familiar, e mão de obra remunerada não permanente, gestão e capital familiar, e na importância da produção para autoconsumo.

As explorações agrícolas familiares são, de longe, o tipo de exploração agrícola mais comum na União Europeia (UE) (Eurostat, 2020).² De facto, na UE, 96,3% das explorações são de agricultura familiar, onde se incluem pequenas explorações agrícolas de semi-subsistência com apenas trabalhadores familiares, explorações que têm de depender de outras atividades para obter rendimento diversificado, até outras muito maiores e mais produtivas que são, todavia, principalmente geridas por membros da família. Este número decresceu acentuadamente: entre 2005 e 2016 a UE perdeu 4,5 milhões de agricultores e esta tendência parece irreversível (Schuh *et al.*, 2022).

Em Portugal, alguns trabalhos têm contribuído para a definição da agricultura familiar, mas a diversidade de variáveis é grande (Quadro 3). De entre estas, apenas é comum a todas as definições a utilização de mão de obra familiar não remunerada.

² Para a UE, termo 'Agricultura familiar' refere-se a todas as explorações sob a Gestão de uma família em que 50%, ou mais, da mão de obra provém da família.

Quadro 2. Características das diversas modalidades de agricultura (Adaptado de Bélières *et al.*, 2015).

	Agricultura corporativa	Empresas	Agricultura familiar
Trabalho	exclusivamente mão de obra remunerada	mista, com mão de obra remunerada permanente	predominância de mão de obra familiar, e mão de obra remunerada não permanente
Capital	acionistas	familiar ou associativo	familiar
Gestão	técnica	familiar/técnica	familiar
Consumo	não existe	residual	autoconsumo predominante
Estatuto legal	sociedade limitada ou outra	operador individual, empresa ou outra	informal, individual
Posse de terra	proprietário ou contrato formal	proprietário ou contrato formal ou informal	

Quadro 3. Características da agricultura familiar consideradas por diversos autores em Portugal.

Característica	Estatuto Agricultura Familiar (2018)	Garner & Campos (2014)	Rolo (2021)	Dinis (2019)	Guiomar <i>et al.</i> (2018)	Cordovil (2021)	HPL, 2013
Mão de obra familiar não remunerada	x	x	x	x	x		x
Tipologia fiscal (individual/empresa/etc)	x		x	x			
Gestão familiar		x					
Transferência conhecimento		x					
Ligação com comunidades locais e território		x				x	
Autoconsumo						x	x
Gestão paisagem						x	
Dimensão					x		
Rendimento	x				x		x

Relativamente a Portugal, Cordovil (2021) sugere duas tipologias de agricultura familiar: pequena agricultura familiar (também chamada agricultura de subsistência, ou pequena agricultura de proximidade) produtora de bens para consumo da família e das suas redes de proximidade, com base no cuidado das terras, cuja exploração depende de pelo menos 50% de mão-de-obra familiar não remunerada e a pequena e média agricultura familiar inserida nos mercados (que vende a maioria dos produtos, de forma a viabilizar economicamente a sua exploração e contribuir para o bem-estar familiar).

Em Portugal, em 2018, foi legislado o Estatuto de Agricultura Familiar (EAF) que define a agricultura familiar como o *modo de organização de atividades produtivas, de gestão do ambiente e de suporte da vida social nos territórios rurais, assente numa exploração agrícola familiar*.

1.2. Requisitos do estatuto de agricultura familiar e algumas considerações

De acordo com a **Portaria nº73/2019, de 7 de março**, que regulamenta o EAF, publicado em Diário da República através do **Decreto Lei nº64/2018 de 7 de agosto**, o título de reconhecimento do EAF, é atribuído ao responsável da exploração agrícola familiar que

satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

- Idade superior a 18 anos;
- Rendimento coletável do agregado familiar, por sujeito passivo, inferior ou igual ao valor enquadrável no 4º escalão do imposto do rendimento de pessoas singulares, ou seja 25.075€, em 2022;
- Rendimento da atividade agrícola igual ou superior a 20% do total do rendimento coletável;
- Recebam um montante de apoio relativo ao regime de Pagamento Base e do Regime da Pequena Agricultura, incluídos no pedido único, decorrentes das ajudas da Política Agrícola Comum (PAC), não superior a 5.000€;
- Mão de obra familiar igual ou superior a 50% do total de mão de obra estimada para a exploração;
- Titular de exploração agrícola familiar, que se situe em prédios rústicos ou mistos, identificados no sistema de identificação parcelar do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).



A realidade e os desafios da agricultura familiar diferem bastante de acordo com o contexto onde se inserem, em particular devido à estrutura e nível de desenvolvimento de cada território. Assim, em países desenvolvidos, como é o caso dos países da Europa, a tendência é para que a agricultura familiar seja cada vez mais abordada como uma opção, uma atividade empresarial e não como um meio de subsistência, em que se procuram valorizar um conjunto de serviços sociais, culturais e ambientais gerados. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, a agricultura familiar é, ainda, na maioria dos casos, um meio de subsistência que enfrenta múltiplos obstáculos, como a competitividade dos mercados, a falta de acesso aos recursos e fatores de produção, a falta de capacitação técnica, entre outros.

A operacionalização do conceito de agricultura familiar deve estar assente no conjunto de variáveis que permitam dar resposta às necessidades dos seus atores, e validar políticas, regulamentos e programas que

operacionalizem o setor, bem como facilitem a sistematização de informação que sirva de suporte à sua monitorização, avaliação e melhoria constantes (Dinis, 2019; Ferrão, 2021). O conceito e a sua operacionalização devem, portanto, ser coincidentes e permitir dar visibilidade à realidade da agricultura familiar e das suas funções em todos os territórios.

A importância de consensualizar um conceito de agricultura familiar prende-se com a necessidade de reconhecer e valorizar a agricultura familiar e as suas funções, e a partir daí operacionalizar dinâmicas, estruturas e programas/políticas de apoio ao setor. A imposição de limites a este conceito, com base em critérios como área, quantidade de mão de obra familiar, rendimento, tipologia fiscal, vem sempre excluir deste setor agricultores e agricultoras que contribuem inegavelmente para aquelas que são as funções que se reconhecem na agricultura familiar. Importaria, assim, partir de funções reconhecidas para a agricultura familiar, a saber:



<p style="text-align: center;">Funções sociais</p> <p>Aborda o acesso e distribuição de bens da exploração agrícola, usufruídos pelos agricultores e por outros segmentos da sociedade. Inclui parâmetros que contribuem para a qualidade de vida (lazer, saúde, transporte, habitação, educação, apoio a crianças e idosos, entre outros) e para a distribuição de ativos, capacidades e oportunidades</p>	<p style="text-align: center;">Indicadores</p> <p>a) Ao nível dos bens e património: disponibilidade de bens duráveis e não duráveis; disponibilidade de reserva de valor (poupanças);</p> <p>b) atividades de lazer (coletivas e individuais): acesso a atividades culturais (cinema, teatro, circo, concertos...) e religiosas;</p> <p>c) saúde: acesso a consultas, produtos e formas alternativas de saúde (farmácias, hortas medicinais); estado de saúde e acidentes de trabalho;</p> <p>d) transportes: tipo, acessibilidade e qualidade das infraestruturas de transporte;</p> <p>e) habitação: satisfação com a habitação; fontes de abastecimento e tratamento da água, saneamento doméstico, energia.</p> <p>f) educação: grau de escolaridade; acesso à educação; acesso a inclusão digital;</p> <p>g) alimentação: escala de insegurança alimentar;</p> <p>h) cultural: utilização de sementes autóctones, técnicas tradicionais; outras atividades não produtivas; adoção de tecnologias produtivas; participação em feiras; nível de participação na comunidade; trabalho com organizações formais (ONGs, católicas...); contributo para a dieta mediterrânica;</p> <p>i) resiliência: transmissão de conhecimentos tradicionais e criação de negócios/comunidades intergeracionais;</p> <p>j) género: participação feminina nos processos de tomada de decisão; divisão das tarefas em função do género; posse da terra em função do género;</p> <p>k) família: apoio a crianças e idosos.</p>
<p style="text-align: center;">Funções económicas</p> <p>Os resultados económicos obtidos pelos agricultores são estratégias-chave para fortalecer estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Nesta categoria, considera-se, para além do rendimento da exploração/família, a importância da produção para o autoconsumo, bem como as estratégias de comercialização frequentemente baseadas em circuitos curtos.</p>	<p style="text-align: center;">Indicadores</p> <p>a) rendimento mensal;</p> <p>b) dimensão da exploração, área por cultura e áreas não cultivadas/outras;</p> <p>c) estabilidade da produção (frequência e garantia de oferta dos produtos, função da sazonalidade);</p> <p>d) diversidade de canais de comercialização;</p> <p>e) controlo sobre os preços dos produtos;</p> <p>f) existência de pluriatividade;</p> <p>g) produção para autoconsumo;</p> <p>h) investimento na produção (custo/benefício);</p> <p>i) acesso a créditos, seguros e outros mecanismos e limitações para a sua obtenção;</p> <p>j) jornada de trabalho.</p>
<p style="text-align: center;">Funções ambientais</p> <p>A dimensão ecológica/ambiental diz respeito à manutenção e conservação dos ecossistemas, a partir dos processos de uso dos recursos (bens e serviços) naturais disponíveis – terra, água, biodiversidade, paisagem, com base em parâmetros que visem a continuidade e a qualidade de vida dos ecossistemas e dos seus utilizadores a longo prazo, e que possam contribuir para a sua distribuição justa, equitativa e sustentável.</p>	<p style="text-align: center;">Indicadores</p> <p>a) sistema de produção e solo: áreas de monocultura(s), sementeira direta, pastagem, consociações, pousio, sistema agroflorestal; rotação de culturas; presença (área) terraços; declive; áreas de agricultura biológica ou outros sistemas de produção certificados; outras áreas; uso de pesticidas; uso de alternativas de controlo de pragas, doenças e infestantes; uso de fertilizantes orgânicos e não orgânicos; uso de compostagem, estrumes, chorumes; qualidade do solo; perceção de dependência de fatores de produção externos;</p> <p>b) água: disponibilidade e qualidade da água; fontes de água (rios, nascentes, reservatório); presença de assoreamento, dejetos na água;</p> <p>c) biodiversidade: infraestruturas ecológicas, mosaico paisagístico, diversidade de espécies selvagens (animais, plantas e fungos);</p> <p>d) destino de resíduos: destino das embalagens de pesticidas, resíduos biológicos da produção, plásticos, máquinas e equipamentos degradados;</p> <p>e) práticas de extrativismo: caça, pesca, madeira, floresta;</p> <p>f) território e paisagem: abandono, incêndios, invasoras.</p>

Pela complexidade de incluir no conceito a generalidade destas funções, importa partir do conceito mais simples, apresentado pela FAO, em 2013, e (re)escrito pela FAO & IFAD, em 2019, na sequência de um grupo de trabalho criado para o efeito, e que traduz a visão inclusiva desta tipologia de agricultura. A definição, para fins estatísticos, apresentada então, é:

Uma exploração agrícola familiar é uma exploração agrícola gerida e operada por uma família onde a mão de obra é largamente assegurada pela família³

³Traduzido pelos autores a partir da definição da FAO (2013), no documento “Why an FAO Definition of Family Farming?”: Statistical definition: “A family farm is an agricultural holding which is managed and operated by a household and where farm labour is largely supplied by that household”.

1.3. As evidências estatísticas da agricultura familiar em Portugal

De acordo com os dados do Recenseamento Geral Agrícola de 2019, existem em Portugal 290 229 explorações e, destas, 91,7% estão localizadas no Continente. A maior parte das explorações estão localizadas na região Norte e Centro, com 37,9% e 26,8% respetivamente. É na região do Alentejo que se encontra a maior parte da SAU (54,1%), precedida da região Norte (16,8%). Relativamente à variação do número de explorações entre 2009 e 2019, verificou-se um decréscimo em quase todas as regiões, com exceção de Trás os Montes. No entanto, a SAU aumentou cerca de 8,4% no continente, em particular devido ao contributo da Beira Interior e Algarve. A área por exploração aumentou em geral, exceto em Trás-os-Montes e Madeira (Quadro 4).

Do total das 290 229 explorações, dominam as que apresentam uma SAU entre 1 a < 5ha (52,9%), seguidas das explorações com uma SAU < 1 ha (19,1%) e entre 5 a < 20 ha (17,7%) (

Quadro 5).

A maioria das explorações agrícolas é gerida por produtores singulares (94,5%),

apesar do seu peso ter diminuído entre 2009 e 2019 (Quadro 6). Estes produtores operam predominantemente em explorações com 1 a < 5 ha (54,9%).

Quadro 4. Número de explorações, SAU e dimensão média por NUTS II (variação 2009-2019) (RA 2019).

NUTS II	Exp		SAU		SAU média/exp.	Var. 2009-2019 (%)		
	(n.º)	(%)	(ha)	(%)	(ha/exp.)	n.º Expl.	SAL	ha/Expl.
Portugal	290 229	100,0	3 963 945	100,0	13,7	-4,9	8,1	13,7
Continente	266 039	91,7	3 838 708	96,8	14,4	-4,3	8,4	13,3
Entre Douro e Minho	44 560	15,4	212 639	5,4	4,8	-9,1	0,7	10,8
Trás-os-Montes	65 211	22,5	450 701	11,4	6,9	5,5	4,1	-1,3
Beira Litoral	44 245	15,2	129848	3,3	2,9	10,5	3,5	15,6
Beira Interior	33 617	11,6	391 754	9,9	11,7	-0,4	16,2	16,7
Ribatejo Oeste	34 486	11,9	409 095	10,3	11,9	-13,5	4,6	21,0
Alentejo	31131	10,7	2 144 066	54,1	68,9	-2,2	9,6	12,0
Algarve	12 789	4,4	100 605	2,5	7,9	3,3	13,9	10,3
Açores	10 656	3,7	120 632	3,0	11,3	-21,3	0,2	27,3
Madeira	13 534	4,7	4 604	0,1	0,3	-0,6	-15,2	-14,7

Quadro 5. Número de explorações e SAU, por classes de SAU, em 2019 (RA 2019).

Classes de SAU	Expl.		SAU	
	(n.º)	(%)	(ha)	(%)
Total	290 229,0		3 963 944,6	
S/ SAU	4 038,0	1,4		
< 1 ha	55 475,0	19,1	28 368,8	0,7
1 a < 5 ha	153 486,0	52,9	337 197,2	8,5
5 a < 20 ha	51 468,0	17,7	488 479,4	12,3
20 a < 50 ha	13 146,0	4,5	405 041,2	10,2
50 a < 100 ha	5 546,0	1,9	395 155,5	10,0
> 100 ha	7 070,0	2,4	2 309 702,5	58,3

Quadro 6. Natureza jurídica do produtor, por classes de SAU (IEEA 2016).

Classes de SAU	2016						Variação 2009-2019 (%)		
	Produtor singular		Sociedade		Outras formas		Produtor singular	Sociedade	Outras formas
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)			
Total	274 248	94,5	14 604	5,0	1 377	0,5	-7,8	115,5	24,2
S/ SAU	3 329	82,4	694	17,2	15	0,4	215,2	107,2	87,5
0 < 1 ha	54 561	98,4	785	1,4	129	0,2	-15,1	207,8	30,3
1 a < 5 ha	150 524	98,1	2 655	1,7	307	0,2	-8,1	243,0	6,2
5 a < 20 ha	47 724	92,7	3 519	6,8	225	0,4	-5,5	145,4	17,8
20 a < 50 ha	10 632	80,9	2 329	17,7	185	1,4	1,5	105,9	46,8



Do total de explorações existentes, e do ponto Valor de Produção Padrão Total⁴, 71,9% são explorações muito pequenas (< 8000€ de VPPT), 15,7% são pequenas (8 000 a < 25 000 euros de VPPT), 8,4% são médias (25 000 a < 100 000 euros de VPPT) e apenas 4,0 % são grandes (\geq 100 000 euros de VPPT). Destas, 75% correspondem a explorações especializadas num determinado tipo de cultura, com principal destaque para frutos frescos, casca rija e citrinos (12,8%), vinha (12,1%), culturas arvenses (11,3%) e olivais (10,2). Quanto aos animais, os herbívoros, suínos e aves estão presentes, respetivamente, em 14,1%, 0,7% e 0,5% das explorações. Quase $\frac{1}{4}$ das explorações são mistas ou combinadas (23,7%) e 1,3% não classificadas (INE, 2021b).

A maioria das famílias de agricultores obtém uma parte importante do seu rendimento fora da exploração. Este valor é maior em explorações muito pequenas e pequenas e termos de VPPT (Quadro 7) - 90,9% das explorações muito pequenas e 62% das explorações pequenas. Já nas explorações médias e grandes, o rendimento advém exclusiva ou principalmente da atividade da exploração (84,1%).

Poucos são agricultores a tempo completo: quase 90% dedicam-se à atividade apenas a tempo parcial, e dedicam o resto do seu tempo numa atividade exterior à exploração.

⁴ Soma dos diferentes valores da p cada atividade (INE, 2021b)



Quadro 7. Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor, por dimensão económica da exploração (2016) (IEEA 2016).

Classes de dimensão económica	Rendimento exclusivamente da atividade da exploração		Rendimento principalmente da atividade da exploração		Rendimento principalmente de origem exterior à exploração	
	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)
Total	15 122	6,1	31 463	12,8	199 565	81,1
Muito pequenas (< 8 000 euros)	4 618	2,5	12 467	6,6	170 550	90,9
Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)	4 348	11,8	9 641	26,2	22 845	62
Médias (25 000 - < 100 000 euros)	4 174	25,1	7 073	42,6	5 363	32,3
Grandes (≥ 100 000 euros)	1 982	39,1	2 281	45	807	15,9

Nas explorações agrícolas de dimensão económica *Pequena*, *Média* e *Grande* verificou-se um aumento no número (de explorações) cuja fonte de rendimento advém principalmente de origem exterior à exploração. Relativamente à origem do rendimento exterior à exploração, verifica-se que tem origem principalmente em pensões e reformas (65,9%), o que está relacionado com a idade avançada de grande parte dos produtores (Quadro 8). Outra fonte significativa de rendimento exterior à atividade agrícola, são salários do setor terciário (21,6%) e secundário (11,3%).

Quadro 8. Origem do rendimento exterior à exploração (2016) (IEEA 2016).

Origem do rendimento exterior à exploração	Rendimento exclusivamente da exploração		Rendimento principalmente da exploração		Rendimento principalmente de origem exterior		Total
	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)	
Exploração Agrícola	15 122	6,1	31 463	12,8	199 565	81,1	100
Salários do setor primário	-	-	1 892	0,8	10 020	4,1	4,8
Salários do setor secundário	-	-	2 924	1,2	24 770	10,1	11,3
Salários do setor terciário	-	-	6 515	2,6	46 551	18,9	21,6
Atividade empresarial	-	-	2 232	0,9	15 170	6,2	7,1
Pensões e reformas	-	-	19 092	7,8	143 198	58,2	65,9
Outras origens	-	-	2 188	0,9	13 196	5,4	6,3

Em algumas explorações agrícolas são desenvolvidas atividades lucrativas como a produção florestal (65,8%), transformação de produtos agrícolas alimentares (15%), prestação de serviços (11,4%), prestação de serviços a outras explorações agrícolas (9,6%) (Figura 1). É de sublinhar o aumento nas atividades de turismo rural e produção de energias renováveis entre 2009 e 2019 e a diminuição artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares. Estas atividades são desenvolvidas com maior importância em

explorações situadas na região Centro (66,8%), Norte (14,1%) e Alentejo (12,7%).

Do total de produtores agrícolas registados no RA2019, mais de 60% beneficiaram do

pagamento de ajudas em 2018/2019 (pedido único) e quase 40% receberam apoios do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.

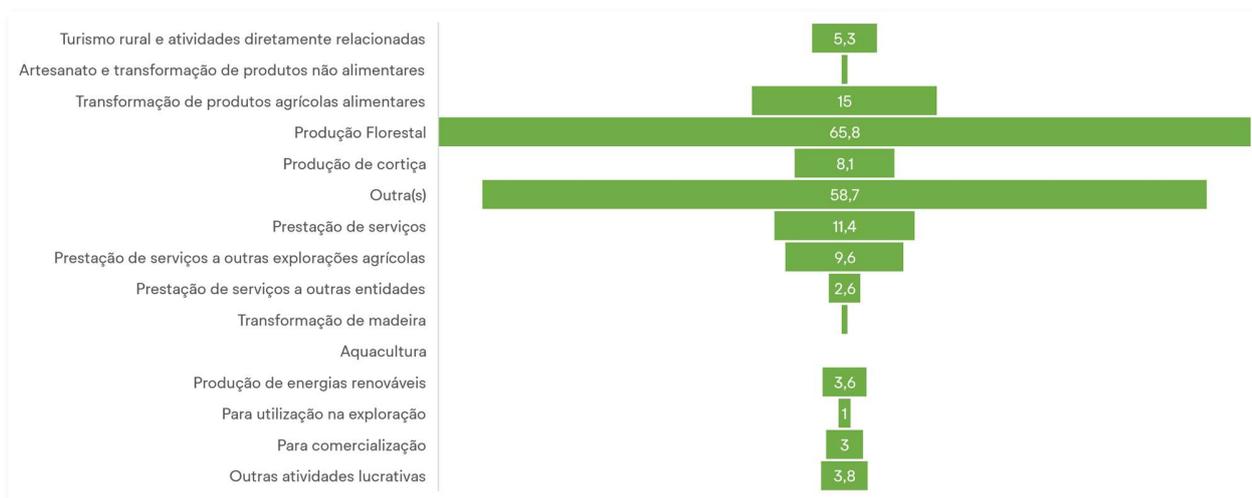


Figura 1. Atividades lucrativas não agrícolas da exploração, por NUTS II (2009-2016) (IEEA 2016).

A população agrícola familiar⁵ representa 5,6% da população nacional e está principalmente concentrada na região Norte (38,6%), Centro (34%) e Alentejo (11,4%) (IEEA 2016; INE, 2021b). Portugal ocupa a 10ª posição na Europa, com uma população agrícola familiar de 3,6%. Desde 2009, que se verifica uma redução acentuada população agrícola familiar (Quadro 9). De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2019, cerca de 68% do volume do trabalho agrícola é efetuado pela população agrícola

familiar (na UE28, essa percentagem é de mais de 75%).

Quadro 9. População agrícola familiar por NUTS II (variação 2009-2016) (IEEA 2016).

NUTS II	População agrícola familiar		Varia. (2009-2016)
	(n.º)	(%)	
Portugal	627 825	100,0	-20,8
Continente	564 670	89,9	-20,5
Norte	242 479	38,6	-19,7
Centro	213 519	34	-20,3
AM Lisboa	11 753	1,9	-34,4
Alentejo	71 583	11,4	-22,8
Algarve	25 336	4,0	-13,3
Açores	28 094	4,5	-33,9
Madeira	35 061	5,6	-14

⁵ Conjunto de pessoas que integram agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração, mas não pertencem não do agregado doméstico (IEEA, 2016).

Do total de explorações agrícolas, 274 340 utilizam **mais de 50% de mão de obra familiar, o que representa 94,5% das explorações registadas em 2019.**

A maior parte da mão-de-obra agrícola familiar trabalha na exploração em tempo parcial, com principal destaque para a região Centro e Norte (Quadro 10). Em todas as regiões do território nacional, mão-de-obra agrícola familiar diminuiu entre 2009 e 2016, tal com vem a acontecer nas últimas décadas. De facto, a mão-de-obra familiar tem diminuído gradualmente desde 1989 (85%), e atingiu em 2019 o valor mais baixo (68%) (Figura 2).

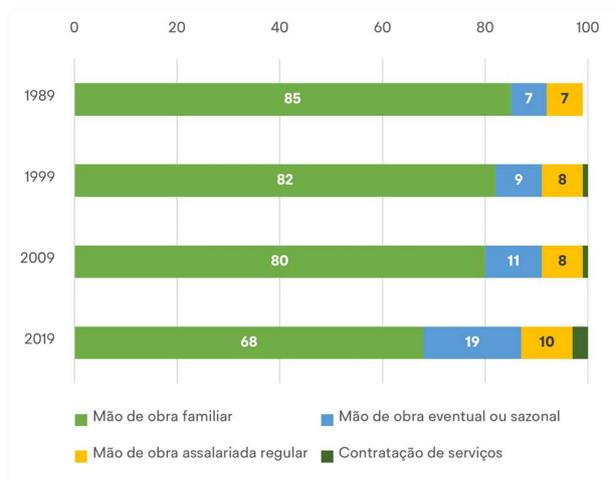


Figura 2. Evolução da mão-de-obra agrícola em Portugal, entre 1989 e 2019 (RA 2019).

Relativamente ao tempo de trabalho dos agricultores familiares, grande parte permanece nas explorações agrícolas apenas a tempo parcial: 64,1% despence menos de 50%

do seu tempo útil de trabalho na exploração (Figura 3).

Entre 2009 e 2019, ocorreu um decréscimo acentuado da mão-de-obra familiar a tempo completo, com exceção da Região de Trás-os-Montes, onde aumentou (2009: 117.894 e 2019: 120.799). A mão-de-obra não familiar aumentou em todas as regiões, e em particular no Alentejo (2009: 13.747 e 2019: 21.004) e Ribatejo e Oeste (2009: 11.595 e 2019: 16.312).

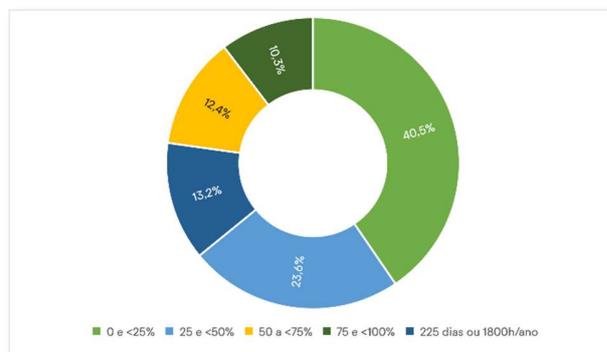


Figura 3. Tempo de atividade agrícola na exploração dos agricultores, em 2019 (Fonte: RA 2019).

Quanto aos produtores singulares, a maior parte são homens (67,1%), com uma idade média de 64 anos (52,5% têm mais de 65 anos e apenas 0,3% tem menos de 25 anos) (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Entre 2009 e 2009, mantem-se a mesma representatividade de género, mas observa-se ligeiro aumento da importância das mulheres produtoras agrícolas singulares (aumento de 2% relativamente a 2009).



Quadro 10. População agrícola familiar sem atividade e mão-de-obra familiar, por NUTS II (variação 2009-2016) (IEEA 2016).

NUTS II	População agrícola familiar sem atividade	Mão-de-obra agrícola familiar			
		Tempo parcial	Tempo completo	Var. (2009-2016)	Com atividade exterior
Portugal	100 354,97	454 048,54	73 421,73	-19,81	177 016,94
Continente	851 24,73	412 193,22	67 351,73	-20,39	156 676,82
Norte	37 992,23	169 465,75	35 021,32	-19,83	62 567,73
Centro	23 936,86	170 214,63	19 367,95	-18,58	61 828,43
AM Lisboa	2 945,57	6 555,43	2 251,57	-41,47	3 225,43
Alentejo	16 903,09	46 186,45	8 493,11	-26,37	21 103,14
Algarve	3 346,98	19 770,96	2 217,78	-12,55	7 952,09
Açores	9 305,81	14 530,49	4 258,01	-27,03	7 500,15
Madeira	5 924,43	27 324,83	1 811,99	-1,88	12 839,97

A maioria dos produtores singulares têm apenas o ensino básico ou menos (80,7%) e 53% tem apenas formação prática. No entanto, verifica-se o aumento do nível de instrução, em particular ao nível da formação superior nos domínios da agricultura e floresta (aumento de 74,9%, relativamente a 2009) (Quadro 11).

Quanto aos motivos pelos quais os agricultores familiares mantêm as explorações ativas, apenas 8,7% afirmam que é pela viabilidade económica da atividade. A maior parte, 44,67%, mantém a exploração ativa pelo valor afetivo, seja relacionado com a herança da exploração/terra ou pelo gosto pela agricultura. Cerca de 1/3 dos agricultores (35,3%), afirmam que a atividade agrícola é um complemento ao rendimento familiar, e que têm fontes de rendimento externas à exploração. Só um pequeno grupo (5,2%) dos agricultores mantém a exploração agrícola por não terem outra alternativa profissional (Figura 4).

Quadro 11. Produtor agrícola singular, segundo o género, classes etárias, por nível de instrução, em 2019 (RA 2019).

Características do produtor singular	Total	
	(n°)	(%)
Total	274 248	100,0
Homens	183 916	67,1
Mulheres	90 332	32,9
Classes de idade		
Menos de 25 anos	811	0,3
De 25 a menos de 45 anos	27 409	10,0
De 45 a menos de 65 anos	101 962	37,2
65 e mais anos	144 066	52,5
Nível de instrução		
Nenhum	29 036	10,6
Básico	192 367	70,1
Secundário/Pós-secundário	65 314	23,8
Superior	49 191	17,9
Formação agrícola		
Exclusivamente prática	145 391	53,0
Tempo de atividade		
Tempo completo	36 004	13,1
Tempo parcial	238 244	86,9

No último recenseamento agrícola (RA), menos de 2% (1,55%) dos agricultores afirmaram ter sucessor para manter a exploração ativa no futuro.

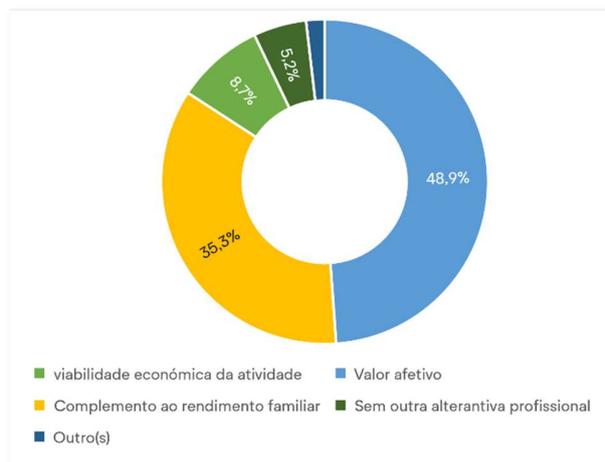


Figura 4. Motivos para a continuidade da exploração, dos produtores agrícolas em 2019 (Fonte: RA 2019).

Quantos são os agricultores familiares em Portugal?

Com base nas definições de agricultura familiar referidas em diversos documentos, Graueb *et al.* (2016), a partir de uma avaliação multicritério

(mão de obra familiar, rendimento da agricultura, tipologia de exploração e dimensão da exploração), determinaram que mais de 90% das explorações agrícolas do mundo são de caráter familiar, o que vem confirmar os dados da FAO (2014). De acordo com os critérios utilizados neste estudo, Portugal apresenta 97,4% de explorações familiares que produzem 67,8% dos alimentos produzidos no País.

Se se considerar o conceito (re)definido pela FAO&IFAD, em 2019 (Uma exploração agrícola familiar é uma exploração agrícola gerida e operada por uma família onde a mão de obra é largamente assegurada pela família), e a partir dos dados do RA de 2019 (274 340 utilizam mais de 50% de mão de obra familiar), é possível afirmar que **pelos menos 94,5% das explorações agrícolas portuguesas são familiares.**

Do universo de agricultores familiares em Portugal (que se estima ser mais de 270 mil), apenas 5934 pedidos de atribuição foram apresentados junto dos serviços oficiais, até setembro de 2022 (Quadro 1), o que representa cerca de 2,2% do universo referido. As regiões de Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e





Beira Litoral, apresentam maior número de candidaturas nos dois anos em análise, o que vai de encontro à maior presença de explorações com mão de obra familiar apresentado por Moreno (2021), no âmbito do projeto “Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável, em contexto de Alterações Climáticas” (AFAVEL) (Figura 5).

Quadro 12. Candidaturas ao estatuto de agricultor familiar (apresentada, atribuídas e ativas) por região e ano (até setembro de 2022) (Fonte: DGADR 2022).

	2021	2022	TOTAL
DRAPN	2301	1574	3875
DRAPC	766	615	1381
DRAPLVT	114	94	208
DRAPALENTEJO	149	127	276
DRAPALGARVE	105	88	193
TOTAL	3436	2498	5934
Titulos ativos	700	1536	
Titulos atribuídos	2383	1776	

No âmbito do projeto Pontes entre Agricultura Familiar e Agricultura Biológica, foram inquiridos 406 agricultores familiares, no Centro e Norte de Portugal e destes, 89,4% destes cumpriam os requisitos de agricultura familiar, em qualquer dos conceitos abordados anteriormente. A partir da representatividade da amostra relativamente ao panorama nacional (95%), seria de esperar que cerca 245 mil agricultores se encontrem em condições de lhes ser atribuído o EAF.

No âmbito do projeto Pontes entre Agricultura Familiar e Agricultura Biológica, foram inquiridos 406 agricultores familiares, no Centro e Norte de Portugal e destes, 89,4% destes cumpriam os requisitos de agricultura familiar, em qualquer dos conceitos abordados anteriormente. A partir da representatividade da amostra relativamente ao panorama nacional (95%), seria de esperar que cerca 245 mil agricultores se encontrem em condições de lhes ser atribuído o EAF.

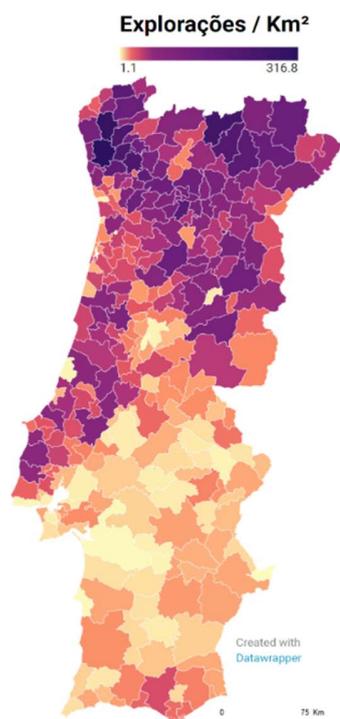


Figura 5. N.º de explorações com recurso exclusivo a mão-de-obra agrícola familiar por km² (Moreno, 2021).

No âmbito do projeto “Agricultura Familiar: Conhecimento, Organização e Linhas Estratégicas” da Federação Minha Terra, foi proposto o Índice Sintético de Agricultura Familiar (ISAF), definido com base em critérios definidos pelo Decreto-Lei n.º 64/2018: (1) mão de obra familiar; (2) montante de apoio da PAC inferior a 5000 euros e (3) taxa de cobertura dos apoios da PAC. A partir deste indicador, Viegas (2022) estima que existam em Portugal cerca de 178 mil explorações familiares, que representam 66,9% do total de explorações, e que se concentram essencialmente no norte e centro de Portugal (Figura 6).

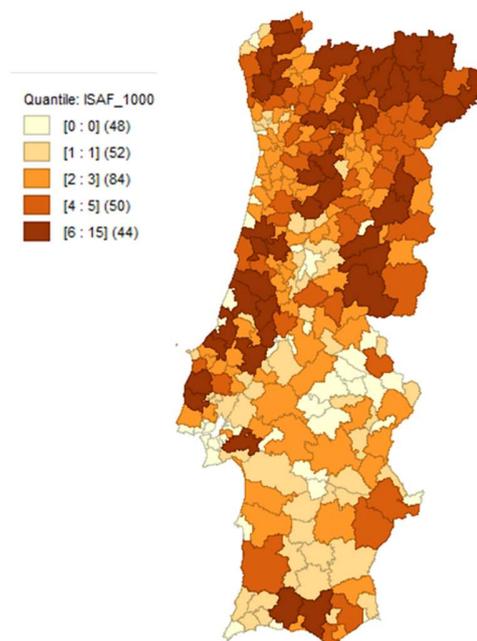


Figura 6. Presença de explorações familiares por concelhos em Portugal continental, em 2019, com base no Índice Sintético de Agricultura Familiar (ISAF) (Viegas, 2022).

“A agricultura Familiar (AF) tem sido, em Portugal, uma realidade em retração diferencial, na mesma linha do contexto europeu e de outras partes do mundo sujeitas às forças da competição intersectorial (que desencoraja a permanência no setor primário) e da atração pelos centros urbanos. Isto significa que a permanência na AF se restringe a quem conserva valores de resiliência associados à pluriatividade e ao plurirrendimento e/ou a opções (circunstanciadas) de produção centrada no autoconsumo”.

In Moreno, 2021

2. OS CONTRIBUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1. A multifuncionalidade como factor de resiliência

Quais são as potencialidades económicas, sociais e culturais da agricultura familiar em Portugal?

Ao definir o conceito de agricultura, importa não apenas considerar o somatório das culturas e produtos agrícolas, animais e florestais, mas sim um sistema complexo que é parte integrante do território onde se insere, a que se somam todas as interações com o(s) ecossistema(s) de que faz parte, mas também na sua relação com as comunidades rurais.

Pode definir-se agricultura como a intervenção humana, mais ou menos intensa, nos ecossistemas com o objetivo de obter um conjunto de bens e serviços desejados - esses ecossistemas podem ser chamados de agroecossistemas, onde os fenómenos biológicos que ocorrem são substancialmente análogos aos que ocorrem em ecossistemas naturais.

A multifuncionalidade destes sistemas, e o contributo dos diversos atores, formam fenómenos complexos. O carácter multifuncional da agricultura familiar contribui significativamente para esta complexidade, que se alicerça na interação intensa entre os

ecossistemas e as comunidades rurais (Carvalho *et al.*, 2004). A multifuncionalidade nas áreas rurais pode ser descrita de várias formas, mas deve incluir o papel dos seus atores na:

1. Gestão da paisagem;
2. Gestão dos recursos hídricos e solo;
3. Papel dos agricultores na preservação da herança cultural;
4. Produção dos alimentos e outros bens e serviços dos ecossistemas.

A multifuncionalidade da agricultura familiar associada, em geral, a explorações de reduzida dimensão física e económica, caracterizadas pela pluriatividade e pelo plurirrendimento dos agregados familiares tem um papel determinante em termos económicos (suporte da economia familiar e local e da contributo importante na oferta de bens agrícolas, ambientais e territoriais), ambientais (preservação e gestão de recursos naturais), e sociais (ocupação do território, manutenção de valores e património, segurança alimentar e nutricional).

Sucessivas gerações de agricultores familiares têm mantido sistemas agrícolas complexos, diversificados e adaptados localmente, assentes em modelos de organização socioculturais únicos, com base em matrizes complexas de conhecimento, técnicas e

práticas agrícolas validadas ao longo do tempo, que garantem a alimentação das comunidades rurais e a conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e de um património agrícola relevante para a humanidade (Calus, 2010; Garner, 2014).

Estes agroecossistemas, alguns dos quais já hoje reconhecidos como património da humanidade, asseguram a produção de alimentos (53% da produção alimentar mundial) e a manutenção dos territórios, assentes numa diversidade de culturas e variedades no tempo e no espaço que permitem aos agricultores familiares reduzir riscos e assegurar a colheita necessária, muitas vezes em territórios pobres, inseguros e marginais, com níveis de tecnologia diferenciados e com impacto ambiental limitado, ou seja, assentes numa gestão dos recursos naturais considerada mais sustentável (FAO, 2014; FAO, 2018; Graeub et al., 2016).

O contributo da agricultura familiar para a manutenção da biodiversidade e das paisagens tradicionais e múltiplas é essencial. Ao contrário da agricultura convencional intensiva e mecânico-química, este tipo de exploração agrícola estrutura-se em torno de um conjunto de práticas assentes numa compreensão empírica da agroecologia e do conhecimento

profundo das regiões onde se inserem que contribui de forma inigualável para a salvaguarda da biodiversidade e para o vasto conjunto de serviços do ecossistema, desde a polinização até à qualificação e manutenção da paisagem, o que gera inúmeros e múltiplos usos e valores sociais (Calus, 2010; Oyarzun et al., 2013; FAO, 2014; Correia, 2017; Moreira e Lomba, 2017).



Importa contextualizar este contributo multifuncionalidade da agricultura familiar, no retrato do que tem sido o desenvolvimento agrícola desde meados do século XX, após o advento dos pesticidas e fertilizantes que se seguiu à 2ª guerra mundial e que originou uma aposta no uso intensivo de inputs químicos, variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, irrigação e mecanização da agricultura, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade da agricultura.

Desta forma, foi assim pensada a Revolução Verde, durante anos “gloriosos”, onde se viu (novamente, nos países economicamente mais poderosos), o aumento da riqueza, o surgimento de novos modos de vida e uma livre expansão do modelo capitalista (Caporal, 2009).



Foram, no entanto, poucas as décadas necessárias para revelar as fragilidades deste

caminho, a começar incapacidade de melhorar as condições de vida dos países que se pensavam ser os maiores beneficiários deste processo, tantas vezes descritos como países periféricos ou em vias de desenvolvimento (Petersen & Silveira, 2017). Este percurso veio acentuar as desigualdades sociais e

económicas entre países, regiões e classes sociais e as consequentes crises socioeconómicas.

Como consequência destas mudanças, os objetivos da atividade agrícola também sofreram alterações profundas, pois a finalidade passou a ser a maximização do lucro (Carvalho *et al.*, 2004). É, também, neste contexto que se assiste à degradação e à escassez dos recursos naturais e também ao aumento do conhecimento sobre a irreversibilidade de algumas decisões passadas: os recursos afinal não são inesgotáveis e a única solução é geri-los de uma forma sustentável, que é mais do que gerir a sua manutenção (Caporal, 2009).

As conjeturas culturais, sociopolíticas e económicas

destas décadas (como a crise petrolífera, crescimento do neoliberalismo, processos de

descolonização, guerras diversas e por diversas razões, reivindicações estudantis, anti-racistas, feministas e ambientalistas, alterações climáticas, exodo rural, para enumerar algumas das expressões mais visíveis e mediáticas desta década), contribuíram para novos movimentos, políticas e dinâmicas de participação ativa na sociedade civil, onde se associam grupos diferentes, quer venham do meio urbano ou rural, com formação ou atividade laboral diversa, e perceções e interesses diferentes.

Entre outras mudanças, o abandono dos territórios e as consequências económicas, sociais e ambientais do mesmo, renovaram a atenção da sociedade ao papel e valor do mundo rural por parte de outras comunidades: não só a necessidade de assegurar o fornecimento de alimentos, energia e matérias primas, mas também como fornecedoras de paisagens naturais, modos tradicionais de vida, dietas alimentares sustentáveis, atividades complementares (artesanato, recreação, turismo, etc) (Carvalho *et al.*, 2004; Guizo, 2011).

Neste contexto, a visão multifuncional da agricultura familiar têm surgido de forma mais central no discurso político, com o objetivo de preservar o ambiente e a paisagem rural.

Neste sentido, as sucessivas reformas da PAC vieram reforçar o princípio da multifuncionalidade de modo a orientar os recursos públicos para um tipo de agricultura menos intensiva e mais diversificada,

plenamente integrada no território e geradora de rendimentos e de auto-emprego, ao mesmo tempo que elemento fundamental no equilíbrio sustentável dos ecossistemas (Guizo, 2011). A propostas estratégicas no contexto da PAC 2023-2027 têm, inclusivé, como uma linha de ação promover a multifuncionalidade dos sistemas agrícolas e agroflorestais (GPP, 2020). É esta multifuncionalidade um dos pilares que permite aumentar a resiliência dos agroecossistemas e da agricultura familiar. Todas as explorações funcionam sobre condições de risco e incerteza, que podem ser de origem biológica (como as pragas e doenças), climática (eventos climáticos extremos como secas e inundações), económica, (flutuação de preços, acesso aos mercados, etc), social (envelhecimento, capacitação, etc), entre outras. A agricultura familiar, pela sua natureza, tem conseguido preservar a sua estrutura, funções e identidade e adaptar-se mais facilmente, do que as grandes explorações corporativas, às mudanças tecnológicas, económicas, sociais e políticas, o que tem contribuído para a sua sobrevivência ao longo de décadas (Quendler *et al.*, 2020). O carácter multifuncional da agricultura familiar traduz-se na sua capacidade de produzir alimentos, e ao mesmo tempo de contribuir para a preservação de espécies autóctones, proteção da biodiversidade, desenvolvimento da economia territorial local, proteção, rendimento e bem

estar das famílias, segurança alimentar e nutricional, manutenção do património cultural e territorial e do seu estatuto social, identidade e modo de vida.

Importa assim alargar a visão económica da multifuncionalidade da agricultura mais comumente referida - “[...] *a existência de múltiplos outputs, materiais e não materiais, que, em conjunto, são produzidos pela agricultura e o facto de alguns dos outputs não materiais exibirem as características de externalidades ou de bens públicos*” (Abler, 2008). No contexto da agricultura familiar, esta visão deve incluir a perspetiva social, cultural e ambiental, na dupla perceção dos agricultores familiares e sociedade civil (Guizo, 2011).

A agricultura familiar surge associada a um sistema de tradições e cultura assente em valores e práticas próprios, em que a transferência de conhecimento e tradições ocorre gerações e assentes em formas diversas e complexas de organização social, económica e cultural. Deste modo, a agricultura familiar contribui para garantir a conservação e a equidade no uso e acesso à terra e aos recursos naturais, para transmitir sistemas e valores tradicionais que protegem a biodiversidade e natureza, manter as comunidades nos meios rurais e assegurar a coesão dos territórios.

A multifuncionalidade da agricultura familiar tem-se revelado, ainda, um importante recurso em tempos de crise (quer para os agricultores quer para a sua família alargada), através do

estabelecimento de sistemas alimentares territoriais e de suporte a dietas alimentares mais saudáveis e ajustadas às características de cada território (Aguglia *et al.*, 2009; Gliessman, 2018; Stefanovic *et al.*, 2020). Mas também, na resiliência a fatores ambientais adversos, ao resistir de forma consistente na gestão da paisagem, da qual resulta o efeito tampão consistente contra a progressão dos matos, incêndios, impermeabilização e erosão do solo. Estas explorações com menor uso de inputs químicos, baseadas em práticas de conservação do solo, como a rotação de culturas e pastoreio rotativo, contribuem para o sequestro de carbono e para a redução da emissão de gases com efeito de estufa, constituem caminho mais sustentáveis para o aumento da produtividade, sustentabilidade e resiliência da produção agrícola, e para a mitigação do aquecimento global.

2.2. O valor económico local e nacional

A agricultura familiar está fortemente associada tanto à pluriatividade como ao plurirendimento. Resistiu às alterações que ocorreram nas últimas décadas quer ao nível das estruturas agrárias quer a nível da competitividade das empresas agrícolas.

Baptista & Rolo (2017) identificam os fatores-chave na origem desta estabilidade:

- a) Racionalidade económica da agricultura familiar viabiliza unidades de produção não competitivas;
- b) Articulação dos membros do agregado familiar com o mercado de trabalho, transferências de regimes de proteção social ou remessas de emigrantes - pluriatividade;
- c) Avanços tecnológicos e organizativos do funcionamento da exploração.

Associado a cada exploração de agricultura familiar, surge em geral um agregado familiar, mais ou menos alargado (2,4 pessoas em média, de acordo com o RA2019), composto por familiares que nem sempre trabalham na exploração, mas que beneficiam de alimentação, lazer, espaço, e que têm expectativas relativamente ao património existente e, assim, ajudam a manter vivas as ligações ao espaço rural.

Tendencialmente, tem-se considerado a pluriatividade como a combinação de mais do que uma atividade profissional, neste caso em acréscimo à agricultura, quando exercidas por um grupo familiar que compartilham uma mesma exploração agrícola. Esta é uma tendência cada vez mais visível na agricultura familiar em Portugal, onde apenas 13% dos agricultores familiares (explorações onde a mão de obra familiar é superior a 50%) o são a tempo inteiro (Figura 7). Para os restantes, um

ou mais membros da família exercem outras atividades complementares (no setor ou fora).

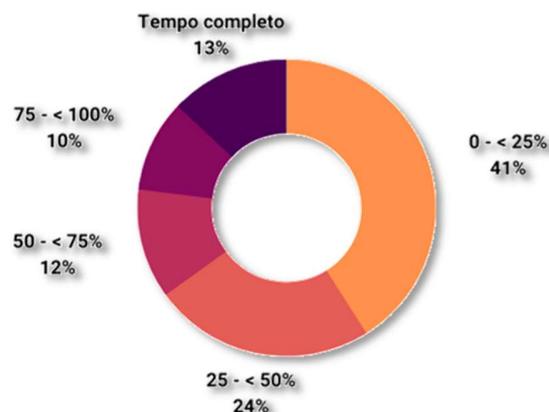


Figura 7. Tempo de atividade agrícola na exploração familiar (explorações onde a mão de obra familiar é superior a 50%) em 2019 (Fonte: RA 2019)

Para quase 90% dos agricultores familiares, o rendimento proveniente da exploração agrícola é inferior a 25% do seu rendimento total (Figura 8). Cerca de 87% recebem pensões ou reformas que correspondem mais de 50% do seu rendimento.

Viegas (2022) estima o valor económico da agricultura familiar, a partir do contributo das explorações agrícolas com menos de 5 hectares de SAU (maioria das explorações familiares) em 25% do VPP nacional⁶.

⁶ Viegas (2022) apresenta esta estimativa para os agricultores com mão de obra familiar, com apoios inferiores a 5000 euros e que, de acordo com o último recenseamento agrícola não recebem qualquer apoio da PAC.

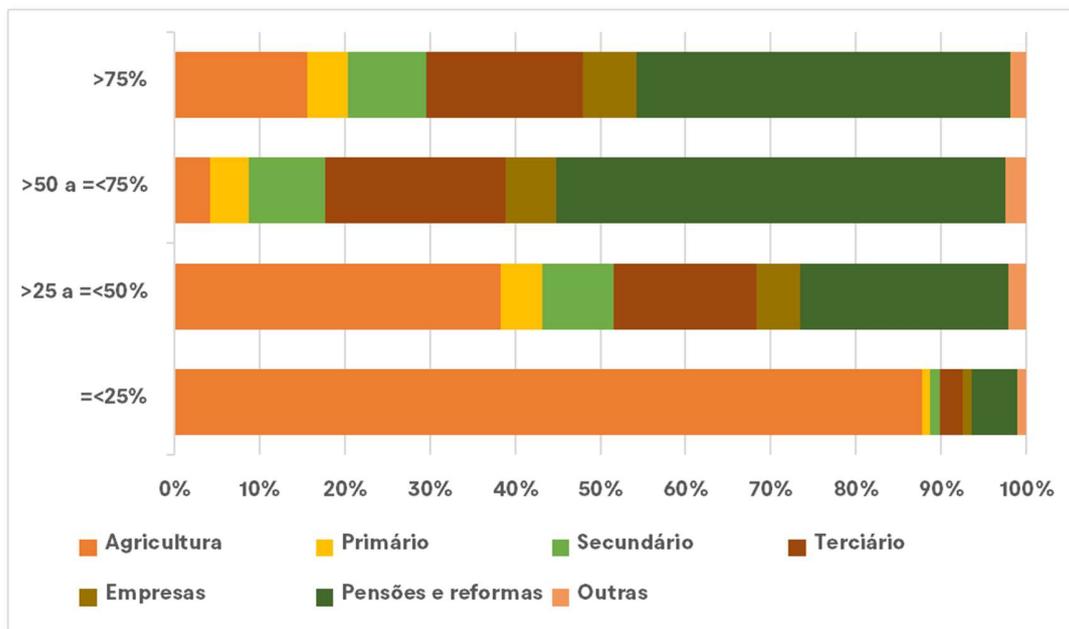


Figura 8. Origem do rendimento dos agricultores familiares (explorações onde a mão de obra familiar é superior a 50%) em 2019 (Fonte: RA 2019)

2.3. O papel central no direito humano à alimentação adequada

O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todas as pessoas têm direito a um nível de vida suficiente para assegurar, a si e à sua família, a saúde e o bem-estar, nomeadamente quanto à alimentação, vestuário, alojamento e assistência médica. No entanto, e de acordo com os dados da FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO (2021), em 2020, entre 720 e 810 milhões de pessoas no mundo não tiveram acesso a uma alimentação segura, saudável e nutritiva.

Aceita-se que a segurança alimentar se verifica numa população, quando todas as pessoas que a compõem têm, permanentemente, acesso a

alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável (Hoffmann, 1995). A segurança alimentar assenta em três pilares:

- Disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficientes;
- A acessibilidade aos recursos alimentares;
- O seu uso adequado.

A abrangência da agricultura familiar vai para além destes pilares, uma vez que conta com o conhecimento e saber-fazer, desde a produção à gestão dos alimentos. A agricultura familiar tem, assim, um papel essencial na erradicação da fome, na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável, pois permite a manutenção das dietas tradicionais, contribui para uma alimentação equilibrada, preservação

da agrobiodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais (FAO, 2014). A produção para autoconsumo assume uma importância central na agricultura familiar, reforçada pela partilha com elementos da família alargada e, muitas vezes, vizinhos e amigos a quem são oferecidos (ou trocados) os excedentes.

Atualmente, o problema da alimentação saudável não existe apenas nos países com poucos recursos alimentares ou menos desenvolvidos, existe também nas sociedades mais urbanas (ocidentais) onde as escolhas alimentares recaem muitas vezes em alimentos processados e *fast-food* (ricos em açúcar, sal e gorduras) que levam à obesidade e estão associadas a doenças crónicas como a diabetes ou o colesterol elevado. À agricultura familiar está associada uma alimentação mais equilibrada, de origem local, com ligação à cultura e tradições locais e que respeita a sazonalidade. Estas características e o facto de ser um veículo de ligação entre as comunidades rurais e urbanas pode contribuir para ajudar na transição para dietas mais saudáveis.

De salientar que, para além da valorização da componente nutricional dos alimentos, a existência de sistemas de produção adequados à cultura e às características dos territórios e em equilíbrio com o ambiente, em muitas circunstâncias com base em princípios e práticas agroecológicos, são essenciais para a obtenção de alimentos em quantidade e de

qualidade suficiente. A agricultura familiar, pelas suas características próprias, assume, de forma mais ou menos declarada, os princípios que sistemas agrícolas sustentáveis: princípio da saúde, da ecologia, da justiça e da precaução (FAO, 2014; IFOAM, 2016).

Diversos autores têm apontado a proximidade das práticas da agricultura familiar com sistemas de produção assentes em práticas agroecológicas (Costa et al., 2018; Guiné et al., 2019), nos quais é frequente a adoção de níveis elevados de biodiversidade (diversidade cultural, consociações), rotação de culturas, seleção de variedades resistentes, pousio, intervenções em verde, luta biotécnica, uso de matéria orgânica animal, entre outras. Para o fortalecimento da agricultura familiar, é, assim essencial o reconhecimento e valorização destes sistemas e práticas, e o apoio político, técnico e legislativo, para que se assegure a transição agroecológica dos agricultores familiares.

A este nível, verificam-se, a diferentes níveis, um **conjunto de dificuldades**, identificadas em diversos trabalhos e no conjunto de atividades (visitas e entrevistas coletivas) que foram realizadas no âmbito do projeto “Contributos da agricultura familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis”:

- **A nível das práticas:** manutenção e melhoria da fertilidade do solo, seleção e melhoramento de espécies mais

resistentes e adequadas a cada território, incremento da biodiversidade funcional e proteção das culturas, conservação e transformação de produtos (EIP AGRI, 2013; Forster *et al.*, 2012; Olabisi *et al.*, 2015; Santacoloma, 2007).

- **A nível económico:** acréscimo de trabalho (maior necessidade em mão de obra) devido a algumas etapas do itinerário técnico, como a proteção contra infestantes ou a compostagem, acréscimo de custos com fatores de produção, nomeadamente sementes e cultivares certificadas e resistentes (European Commission, 2013; Guthman, 2004; Inouye & Warner, 2001; Morison *et al.*, 2005; Olabisi *et al.*, 2015; Shreck *et al.*, 2006); prática de preços demasiado baixos ao produtor, inexistência de canais de marketing adequados, complexidade e custos de sistemas de certificação para acesso a mercados mais sofisticados e precariedade da comercialização (Assis & Romeiro, 2007; Santacoloma, 2007; Shreck *et al.*, 2006).
- **A nível da produtividade:** níveis de produtividade variáveis inferiores a sistemas de produção intensivos (EIP AGRI, 2013; Shreck *et al.*, 2006), menor área de produção de modo a assegurar pousio e rotações, maior dependência

da sazonalidade e condições edafoclimáticas (Shreck *et al.*, 2006).

- **A nível das estruturas de apoio:** falta de informação, escassez de apoio técnico e formação, bem como a dificuldade de suportar os custos relacionados com as mesmas (Assis & Romeiro, 2007; Lampkin, 1990; Olabisi *et al.*, 2015).
- **A nível sociodemográfico:** população envelhecida e com baixos níveis de formação escolar e profissional – a maioria adquiriu os conhecimentos através da experiência prática e da transmissão de conhecimentos entre familiares, vizinhos e amigos.

“A agricultura familiar produz os alimentos básicos, os alimentos que são consumidos, os alimentos tradicionais de um país, de uma comunidade. Ao contrário de uma agricultura mais estruturada, mais orientada para a exportação, e especializada em algumas cadeias de valor”.

Brady, Chefe da Unidade para a
Participação da Agricultura
Familiar e Redes Parlamentares da
FAO, 2022

2.4. A agricultura familiar: o contributo para a mão-de-obra agrícola e para o emprego

O setor agrícola foi responsável, em 2019, por quase 10 milhões de empregos na União Europeia, e assegurou 1,3% do produto interno bruto (PIB) da UE em 2020 (UE, 2022). Portugal emprega mais 600 000 pessoas na agricultura em 2019 (RA 2019). O trabalho agrícola é, em grande parte, executado pelo proprietário da exploração e seus familiares.

Na UE, as explorações agrícolas familiares dominam o sector agrícola em termos de quantidade e da sua contribuição para o emprego na agricultura. Em 2016, existiam 10,5 milhões de explorações agrícolas na UE, a grande maioria delas (95,2%) classificadas como explorações agrícolas familiares. Este número seria duplicado se as explorações de dimensões mínimas fossem consideradas para fins estatísticos. Dos 25,5 milhões de pessoas da UE com emprego regular no setor agrícola, 24 milhões trabalham em explorações agrícolas do tipo familiar. Mais de 93 milhões de pessoas, 26,1% da população da UE (acrescem 174 milhões que habitam em zonas intermédias entre rural e urbano), habitam zonas rurais e beneficiam, direta ou indiretamente, da existência da agricultura familiar. Em Portugal, 30,8% da população reside em zonas rurais (World bank, 2022).

Em Portugal, Espanha e Itália, estima-se que mais de 90% das explorações são agricultura familiar e ocupam mais de 67% da SAU, o que revela o seu impacto económico a nível local, mas também nacional (INE, 2021b; INEBase, 2014; Istituto nazionale di statistica, 2014).

Como referido, a importância da mão de obra familiar tem decrescido desde 1989, e inclui hoje mais de 600 000 trabalhadores (cerca de 6% da população portuguesa) (RA 2019). A proporção entre mão de obra familiar e não familiar tem diminuído; no entanto a mão de obra familiar é, ainda hoje cerca de 7 vezes maior do que a não familiar (em 1989, era 17 vezes maior) (Figura 9).

Alguns fatores associados a esta evolução prendem-se com abandono dos jovens dos territórios rurais que procuram melhor qualidade de vida na cidade (a população entre os 15 e os 24 anos residente na Área Metropolitana de Lisboa tanto de homens como de mulheres foi a única que aumentou para além dos maiores de 65 anos nos últimos dez anos) (INE, 2022) e a crescente contratação de comunidades estrangeiras de países em desenvolvimento para trabalharem nas grandes empresas agrícolas.

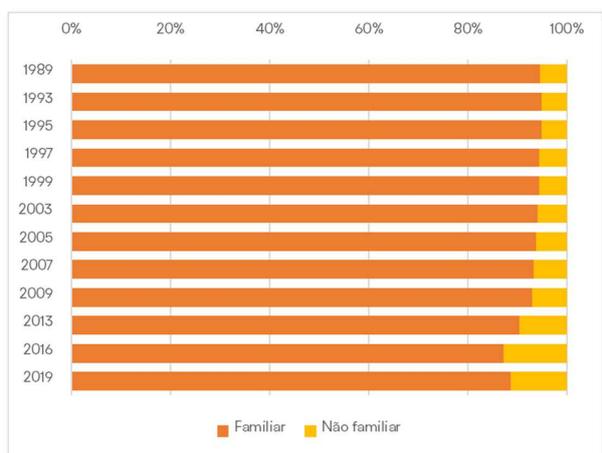


Figura 9. N° de trabalhadores agrícolas familiares e não familiares, entre 1989 e 2019 (Fonte: PORDATA 2022)

2.5. A agricultura familiar e os serviços do ecossistema associados. Contributos para a biodiversidade, conservação do solo, qualidade da água, paisagem

Os serviços dos ecossistemas consistem, de acordo com o Millennium Ecosystem Assesment (2005) nos benefícios que se obtêm dos ecossistemas, como a água, madeira, biodiversidade, alimentos (aprovisionamento), purificação da água, proteção contra pragas e doenças, infraestruturas ecológicas (regulação e manutenção), ou o carácter recreativo, espiritual, cultural (culturais) que resultam da gestão desses ecossistemas e que, direta ou indiretamente, suportam o seu bem-estar, saúde e meios de subsistência.

Simultaneamente, estes serviços culturais funcionam como motor de arranque para o desenvolvimento da economia local, pois criam o suporte para a criação de atividades e postos de trabalho e para a ligação entre comunidades urbanas e rurais, nomeadamente em atividades de turismo rural e de natureza. Tem também um papel determinante na preservação da herança cultural e conhecimento que existe dos territórios rurais, bem como na preservação e conservação das variedades tradicionais (nomeadamente com a reprodução de espécies e troca de sementes) e animais autóctones.

Teixeira *et al.* (2018) referem que os sistemas agrícolas são sistemas socioecológicos complexos, geridos por agricultores e que permitem produzir alimentos e outros bens e serviços dos ecossistemas. Contudo, embora a gestão da exploração seja um fator chave para a provisão dos serviços dos ecossistemas, esta é condicionada pela perceção, ambição e competências dos agricultores.

Assim, a gestão dos sistemas agrícolas através da agricultura familiar, que potencia a multifuncionalidade, assegura a produção de alimentos em simultâneo com a preservação da biodiversidade, regeneração dos solos e ciclo da água, gestão das paisagens rurais, criação de condições tampão quer para o avanço dos matos, quer para fazer face aos riscos de incêndios ou de erosão e impermeabilização do solo.

Os agricultores familiares, em particular os que se aproximam mais de sistemas de produção agroecológicos, surgem em diversas circunstâncias associados as sistemas agrícolas e alimentares mais complexos e diversificados, e caracterizado por uma identidade camponesa (produção dos alimentos necessários para si e para a comunidade). É também possível encontrar uma identidade mutualista mais forte na relação com a natureza e o reconhecimento de maior número de ligações e serviços intermédios dentro do agroecossistema, que

resultam de maior complexidade (e biodiversidade) do sistema agrícola que detêm, e no menor recurso a inputs externos, em comparação com agricultores não familiares (Vermue, 2017).

Todas estas funções da agricultura familiar, que vão muito para além do valor de mercado dos produtos alimentares produzidos, deveriam ser consideradas, valoradas e pagas. São serviços prestados tanto às comunidades rurais como às urbanas e, como tal, deviam ser objecto de financiamento.



3. UM DIAGNÓSTICO DAS FRAGILIDADES ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Qual é o contributo das gerações mais jovens para o desenvolvimento da agricultura familiar?

Qual é o papel da mulher na agricultura familiar?

Qual é o impacto concreto das organizações de agricultores familiares na vida dos agricultores?

Quais são as dificuldades socioeconómicas que os agricultores familiares enfrentam?

3.1. Os jovens e a agricultura familiar. Que presente e que futuro

As políticas nacionais de apoio à instalação e ao investimento de jovens agricultores (entre os 18 e os 40 anos que se instalam no sector agrícola) tiveram início em 1986, ao abrigo da entrada na Comunidade Económica Europeia (Alberto, 2004; Cordeiro, 2008). As medidas europeias destinadas aos jovens agricultores, de carácter estrutural, procuram disponibilizar apoio na primeira instalação e ajuda reforçada aos investimentos necessários. De acordo com Cordeiro (2008), noutros países sempre existiu uma política nacional neste âmbito, que conjugada com a PAC tem fomentado a permanência dos jovens no campo.

A dificuldade de rejuvenescimento agrícola não é um fenómeno exclusivamente português, mas em Portugal tem especial gravidade, pois é dos países da União Europeia com mais baixa

taxa de jovens na agricultura (4% dos agricultores portugueses, enquanto a média na UE é de 11%) (Freitas, 2021). Portugal, devido ao tardio diagnóstico e ação sobre o abandono rural, depara-se com um enorme envelhecimento do tecido empresarial agrícola o que por sua vez gera um estrangulamento à modernização e reconversão das explorações (Alberto, 2004) e contribui para o envelhecimento dos produtores agrícolas: em 2019, mais de metade dos produtores agrícolas (52,5%) tem mais de 64 anos (na Beira Litoral e no Algarve, a idade média é de 67 e 68 anos, respetivamente) (RA 2019).

Em 2019, a proporção de produtores com menos de 35 anos era a mais baixa de todos os Estados membros da União Europeia e, em contrapartida, a percentagem de produtores com mais de 65 anos era a mais alta da União Europeia (52,5%). Verifica-se um valor de 16 para 1 na relação (>65 anos/<35 anos) e de 24 para 1 na relação (>55 anos/<35 anos), substancialmente superiores à média da EU.

A única classe etária que registou uma variação significativa (um aumento percentual) ao longo dos últimos 20 anos foi a de mais de 65 anos de idade.

A taxa de substituição do responsável jurídico e económico da exploração agrícola, proposta por Regidor (2012) - relação entre o número de explorações geridas por agricultores com idade inferior a 35 anos e o número de explorações geridas por agricultores maiores de 65 anos –

foi de 16% para a UE28 em 2016. Se se considerar, em denominador, o total de agricultores com idades compreendidas entre 55 e os 64 anos, a taxa aumenta para 20%. Portugal é o segundo país com a mais baixa taxa de substituição a seguir ao Chipre, com

uma taxa de substituição para as idades entre os 55 e os 64 anos de 8% e 4% se considerarmos a taxa para maiores de 65 anos (Quadro 13). Na Áustria, Alemanha e Polónia a substituição parece estar assegurada.

Quadro 13. Taxa de substituição (agricultor <35 e agricultores entre 55-64 anos) e Taxa de substituição (agricultor <35 e agricultores com mais de 64 anos) por países (Eurostat Database).

Classe etária	Agricultor <35 / Agricultor entre 55-64 anos					Agricultor <35 / Agricultor >65 anos				
	2005	2007	2010	2013	2016	2005	2007	2010	2013	2016
Países										
Bélgica	0,33	0,27	0,2	0,15	0,21	0,36	0,3	0,24	0,19	0,29
Bulgária	0,16	0,12	0,27	0,25	0,31	0,1	0,07	0,18	0,17	0,2
Rep. Checa	0,36	0,34	0,42	0,13	0,14	0,6	0,56	0,91	0,2	0,17
Dinamarca	0,3	0,25	0,19	0,09	0,09	0,41	0,3	0,25	0,1	0,1
Alemanha	0,44	0,34	0,27	0,23	0,24	1,25	1,02	1,34	1,05	0,91
Estónia	0,28	0,26	0,29	0,35	0,39	0,25	0,2	0,24	0,25	0,32
Irlanda	0,46	0,32	0,27	0,25	0,24	0,5	0,34	0,27	0,24	0,21
Grécia	0,32	0,34	0,32	0,21	0,13	0,19	0,19	0,21	0,17	0,11
Espanha	0,25	0,21	0,21	0,15	0,15	0,2	0,16	0,18	0,11	0,12
França	0,4	0,34	0,34	0,33	0,28	0,66	0,63	0,73	0,71	0,55
Croácia	n.d	0,15	0,15	0,16	0,18	-	0,08	0,13	0,15	0,16
Itália	0,14	0,13	0,21	0,19	0,17	0,08	0,07	0,14	0,11	0,1
Chipre	0,12	0,08	0,09	0,06	0,04	0,12	0,08	0,08	0,04	0,03
Letónia	0,35	0,34	0,26	0,21	0,18	0,28	0,24	0,18	0,17	0,16
Lituânia	0,24	0,24	0,31	0,27	0,31	0,17	0,11	0,17	0,17	0,24
Luxemburgo	0,41	0,33	0,27	0,32	0,27	0,57	0,53	0,53	0,6	0,52
Hungria	0,32	0,28	0,25	0,21	0,22	0,29	0,28	0,24	0,2	0,2
Malta	0,22	0,15	0,15	0,12	0,11	0,28	0,22	0,2	0,15	0,12
Países baixos	0,2	0,15	0,14	0,11	0,14	0,32	0,22	0,2	0,15	0,22
Áustria	0,74	0,67	0,6	0,56	0,56	1,22	1,17	1,3	1,28	1,67
Polónia	0,72	0,63	0,73	0,5	0,38	0,74	0,77	1,75	1,26	0,88
Portugal	0,1	0,09	0,1	0,1	0,08	0,05	0,05	0,06	0,05	0,04
Roménia	0,24	0,19	0,32	0,19	0,14	0,12	0,1	0,19	0,11	0,07
Eslovénia	0,19	0,17	0,17	0,16	0,16	0,13	0,11	0,14	0,19	0,16
Eslováquia	0,17	0,14	0,25	0,27	0,42	0,15	0,12	0,31	0,37	0,54
Finlândia	0,34	0,31	0,28	0,29	0,16	1,47	1,49	0,9	0,84	0,4
Suécia	0,22	0,2	0,17	0,16	0,19	0,31	0,28	0,19	0,15	0,16
Reino Unido	0,16	0,14	0,15	0,14	0,16	0,16	0,14	0,14	0,13	0,13
EU-28	0,31	0,27	0,32	0,24	0,2	0,22	0,19	0,25	0,19	0,16

Os jovens inquiridos no âmbito do projeto “Mitigação do despovoamento através da revitalização dos sistemas agro-silvo-pastoris no interior de Portugal” referem que a atividade agrícola será apenas atrativa se houver “...uma alteração radical nos valores do que se produz...” e “...acompanhamento financeiro, ... já que não tem capacidade de ir sozinho à banca...acaba por ser estrangulado e desistir do projeto...”.

Costa et al., 2021

No que diz respeito à formação dos agricultores, o problema é igualmente grave (Quadro 14): 11% dos produtores agrícolas singulares, envelhecidos, sem qualquer escolaridade e 70% apenas com o ensino básico.

Quadro 14. Proporção de agricultores agrícolas singulares por nível de escolaridade

	1999	2009	2019
Nenhum	34,4	22,1	11
Básico			
1º Ciclo (4º ano)	50,9	52,4	46
2º Ciclo (6º ano)	6,6	9,8	12
3º Ciclo (9º ano)	3,4	7,1	12
Secundário/Pós-secundário			
Agrícola/Florestal	0,2	0,3	0
Não agrícola/Não florestal	2	3,9	10
Superior			
Agrícola/Florestal	0,5	0,7	1
Não agrícola/Não florestal	2	3,7	8
Total	100	100	100

As principais barreiras de entrada aos jovens na agricultura são (Cordeiro, 2008; Costa et al., 2021):

- (1) o acesso à terra;
- (2) o acesso ao capital financeiro;
- (3) a ausência de tradição familiar;
- (4) os riscos inerentes à atividade;
- (5) a fraca experiência e a
- (6) dificuldade na formação e acompanhamento, quer a nível técnico, quer da gestão.

Do ponto de vista económico, os jovens referem a baixa remuneração dos produtos agrícolas e a falta de apoios financeiros para a criação de projetos com suficiente escala para o reconhecimento de uma compensação financeira equivalente a outros setores profissionais. Outras razões apontadas são as condições de trabalho, baixa remuneração do emprego agrícola e falta de oportunidades, falta de estruturas e organizações associativas de confiança e aliciantes para os jovens, e desvalorização da profissão.

Cruz (2021), a partir do projeto “Jovens no espaço rural, oportunidades e constrangimentos (JOBtoc)” que tinha como objetivo identificar as oportunidades e constrangimentos à fixação dos Jovens em territórios rurais, aponta:

- a) conhecimento tecnológico;
- b) inovação pela combinação de saberes;

- c) abertura à digitalização
- d) associativismo e uma gestão mais informada;
- e) preocupação sobre o ambiente;
- f) atividade diversificada, com valor acrescentado, que aposta na certificação, e na inovação dos produtos e tecnologia;
- g) preocupação com a gestão e com a exploração recursos endógenos, que procura uma partilha de saberes, e estimula a comunicação geracional.

No Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal (PDR 2014 - 2020), com prolongamento até 2022, em termos de apoios do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) estavam programados 133,5 milhões de euros de prémios à instalação de 4.965 agricultores e apoios aos investimentos da ordem dos 130,1 milhões. Ou seja, cerca de 264 milhões de euros de apoios do FEADER, o que corresponde aproximadamente a 320 milhões de euros de despesa (ajuda) pública. Tal significa que os apoios aos jovens agricultores representaram, neste horizonte temporal, cerca de 15% do esforço financeiro destinado à modernização da agricultura portuguesa. Se compararmos estes dados com os do programa que o antecedeu (PRODER 2008-2014), constatou-se um considerável retrocesso, já que se aprovaram e contrataram um total de 8.199

projetos de jovens agricultores, correspondentes a uma despesa pública de 624 milhões de euros, dos quais 430 milhões pagos até final de 2014.

A análise da evolução de entradas de jovens no setor agrícola mostra vagas de aceleração-desaceleração, muito influenciadas pelos ciclos de fundos comunitários e de escolhas de política pública. Depois do *boom* da primeira vaga, entre 1986 e 1993, com uma média de 1300 novas instalações por ano, seguiu-se uma quebra prolongada de entradas até 2006, com uma média de 700 novos jovens por ano, que coincide com a definição de um modelo sucessivamente mais exigente, nomeadamente nos critérios de viabilidade económica das explorações e normas de condicionalidade ambiental, higiene e bem-estar animal e com a diferenciação das taxas de cofinanciamento (Freitas, 2021). Mas também marcada por restrições orçamentais. Uma nova vaga assiste-se com o ProDeR (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013), em que os jovens agricultores ganham centralidade no discurso político, com um novo impulso. Nesta fase, entram mais de 1000 Jovens Agricultores por ano na atividade (no total de 8314 instalações, com cerca de 80% a beneficiar de apoios ao investimento na exploração). Com o PDR2020, verifica-se uma nova desaceleração, já que a meta para o período é pouco mais de 4600 (e apenas foram apoiados até final de 2020, já com os transitados do período anterior, 4307 Jovens Agricultores). Entre 2013 e 2016, na EU o número de jovens agricultores responsáveis por explorações agrícolas, com idades inferiores aos 35 anos, decresceu 17% e em Portugal (

Quadro 15). No período anterior, 2010/13, o decréscimo foi de 17%, inferior ao verificado na UE28, que foi de -29%. Na UE28, o declínio manteve-se em 2016, mas com taxa de decréscimo inferior (17%). Os resultados revelam que os jovens agricultores sofreram uma taxa de mortalidade das suas explorações superior às das outras classes etárias. Alguns aspetos transversais a esta nova vaga podem ser destacados, desde logo, o facto da maior parte dos projetos se situarem abaixo dos 100.000€ e o grosso do investimento em

projetos entre 100.000€ e 500.000€. A maioria opta por atividades de regadio e aposta em culturas permanentes (mais de 50% de projetos em fruticultura, olival e vinha), isto é, procura, investimentos com ciclo de vida longo, período de carência significativo, menor exigência de mão-de-obra e de presença permanente. O sequeiro está associado em particular à produção de bovinos de carne, que ocupa uma área 1/3 da área da SAU candidatada.

Quadro 15. Número de explorações por classe etária do agricultor (Gestor Agrícola) na UE28 e em Portugal.

União Europeia (EU-28)										
Classe etária	2005		2007		2010		2013		2016	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<25	81380	1	72.300	1	96.950	2	57.560	1	48.770	0
≥25 e ≤34	916580	6	788.300	6	815.860	8	586.800	5	487.000	5
≥35 e ≤44	964390	7	2.087.67	15	2.031.220	17	1.654.510	15	891.090	9
≥45 e ≤54	3.318.440	23	3.154.63	23	2.788.500	23	2.489.490	23	2.398.920	23
≥55 e ≤64	3.218.020	22	3.131.95	23	2.882.260	24	2.688.630	25	2.621.470	25
≥65	4.616.810	32	4.527.44	33	3.633.020	30	3.366.290	31	3.436.000	33
Total	14.480.01	91	13.300.4	100	12.245.700	100	10.838.290	100	10.467.350	94
Portugal										
<25	380	0%	350	0%	580	0%	450	0%	450	0%
≥25 e ≤34	7.250	2%	5.630	2%	7.280	2%	6.060	2%	4.540	2%
≥35 e ≤44		0%	22.470	8%	25.080	8%	19.130	7%	10.520	4%
≥45 e ≤54	58.730	18%	48.350	18%	54.440	18%	44.020	17%	40.220	16%
≥55 e ≤64	79.010	24%	69.920	25%	75.960	25%	62.410	24%	62.370	24%
≥65	149.420	46%	128.360	47%	141.940	46%	132.350	50%	134.370	52%
Total	323.920	100%	275.080	100%	305.270	100%	264.420	100%	256.980	97%

No âmbito do recurso a outras ajudas às explorações agrícolas, verifica-se por exemplo

que para a modernização das explorações agrícolas, os jovens agricultores portugueses apresentaram, entre 2007 e 2013, cerca de 54% das candidaturas, valor superior ao da União Europeia.

No âmbito do Programa para o Desenvolvimento Rural 2014-2020, foram concebidas diversas ações para facilitar a instalação de agricultores adequadamente qualificados e jovens em particular. As autoridades nacionais tinham a responsabilidade de fornecer aos jovens agricultores apoio para o arranque e investimentos, aconselhamento, formação, cooperação e transferência de conhecimento. Os objectivos destas ações incluíam encorajar uma mudança geracional no sector agrícola e aumentar a competitividade através de novas iniciativas inovadoras. Em Portugal, visava-se apoiar 5218 jovens agricultores e financiar 2% das explorações (Quadro 16).

A entrada de jovens tem sido um fator essencial de mudança e qualificação da agricultura portuguesa. Num setor em que apenas 1/10 dos agricultores concluíram o ensino secundário, mais de metade dos Jovens Agricultores têm esse nível de formação base ou superior (Freitas, 2021).

Quadro 16. Número de jovens agricultores com apoio, percentagem das explorações suportadas e orçamento do PDR 2014 -2020 alocado. Fonte: ENRD, 2016

Países	Nº de jovens agricultores apoiados	% Explorações com apoio	% do PDR alocado a FA 2B
Áustria	7400	5%	1,30%
Bélgica	1970	5%	8%
Bulgária	3060	1%	4%
Chipre	300	1%	7%
Rep. Chega	750	3%	1%
Alemanha	N.D.	N.D.	N.D.
Dinamarca	N.D.	N.D.	N.D.
Estónia	553	3%	2%
Grécia	23900	3%	5%
Espanha	19462	2%	7%
Finlândia	2722	5%	2%
França	38153	7%	7%
Croácia	1004	0%	3%
Hungria	3000	1%	6%
Irlanda	4000	3%	3
Itália	20168	1%	9
Lituânia	1390	1%	4
Luxemburgo	140	7%	2
Letónia	350	0%	1
Malta	60	1%	4
Países Baixos	N.D.	N.D.	N.D.
Polónia	28715	2%	6
Portugal	5218	2%	5
Roménia	9367	0%	5
Suécia	550	1%	0
Eslovénia	2500	3%	6
Eslováquia	600	2%	3
Reino Unido	445	0%	1

A maioria dos jovens agricultores portugueses dedicam-se exclusiva à atividade e detêm maioritariamente explorações de pequena dimensão (em área e dimensão económica) (Cordeiro, 2008), investem em máquinas e equipamentos agrícolas (como tratores, alfaia e equipamento de rega) e são detentores de



habilitações superiores à média dos agricultores. Os seus padrões de produção estão próximos da agricultura tradicional, contudo o autor verificou um investimento na renovação tecnológica e das práticas produtivas, com incidência na pecuária

extensiva, horticultura e culturas permanentes como a vinha e o olival.

As explorações geridas pelos jovens agricultores são, em muitos aspetos, diferentes das geridas por agricultores de classes etárias superiores.. Por exemplo, o rendimento, na classe etária <35 anos e o Valor de Produção Padrão Total (VPPT) nos jovens agricultores é superior ao das classes etárias com idades > 55 anos e ≤ 64 anos. Em 2013 e 2016, em Portugal esse valor era inferior à média europeia. O peso relativo do autoconsumo é muito inferior nos jovens agricultores, que parecem assim ter uma orientação produtiva orientada para o mercado.

Entre as medidas da nova PAC (2021), existe uma destinada aos jovens agricultores: “O apoio aos jovens agricultores terá um novo nível mínimo obrigatório de 3% dos orçamentos dos Estados-Membros para o apoio ao rendimento da PAC aos jovens agricultores (agricultores até 40). Isso poderia cobrir o apoio ao rendimento, investimento ou ajuda inicial para jovens agricultores.” A nova PAC parece promissora no sentido da redução dos encargos administrativos, na simplificação das condições em que as explorações se movem, nas regras de acesso aos fundos e na adaptação do acompanhamento e fiscalização com base em cada contexto específico. A modernização dos processos de gestão/administração com recurso à tecnologia é uma das soluções apontadas para

esta simplificação, contudo é necessário ter em conta que ainda existem muitos obstáculos que limitam o uso das soluções digitais, sobretudo nas zonas rurais.

A forte dependência dos ciclos de fundos estruturais para novas entradas no setor indica que é premente que as políticas públicas venham a robustecer as medidas e afinar os processos e procedimentos no apoio aos Jovens Agricultores. Nos ciclos mais recentes, a taxa de reprovação de candidaturas é superior a 40% e, dos projetos aprovados, muitos têm ficado sem dotação financeira. Assim, deveria procurar-se aprovar todas as candidaturas que estivessem em condições de avançar, proceder a reprogramações orçamentais se necessário e introduzir plafonamentos ajustados que permitam uma redistribuição justa.

3.2. O papel da mulher no contexto da agricultura familiar

De acordo com dados do RA de 2019, a representatividade das mulheres à frente do destino das explorações agrícolas da Europa é de 30,1%. Portugal posiciona-se acima da média da UE28 com 33,3% num ranking liderado pelos países bálticos da Letónia (45,4%) e da Lituânia (45,2%). No 1º trimestre

de 2022, 29% da população empregada no setor primário eram mulheres (GPP, 2022).

Desde 2009 o perfil do produtor agrícola registou a manutenção da representatividade de género, com um ligeiro aumento da importância relativa das mulheres produtoras agrícolas (+2 p.p. que em 2009). Apesar de alguns números trazerem notícias animadoras no sentido do aumento da igualdade de género, ainda existe um grande caminho a ser percorrido neste sentido.

As mulheres respondem por quase metade do trabalho agrícola do mundo. Contribuem tanto para a produção doméstica como para a venda, muitas vezes realizada nos mercados locais (Trauger, 2004; Doss, 2014; Ferreira, 2016; Mahendran, 2019). No entanto, o seu trabalho tem sido subestimado e as desigualdades de género mantêm-se não só presentes como



tradicionais intrinsecamente ligados à prática da agroecologia e, portanto, são ao mesmo promotoras e guardiãs da biodiversidade (Rivera & Álvarez, 2017).

As mulheres são ainda as principais consumidoras e fornecedoras de alimentos no lar. Assim, consoante a lógica da divisão sexual do trabalho, para além de desempenharem a sua profissão, as mulheres – rurais e urbanas - estão encarregues da alimentação das suas famílias e são responsáveis pela aquisição e preparação dos alimentos (Nobre *et al.*, 2014).

Contudo, apesar do protagonismo das mulheres para a realização do direito humano à alimentação adequada, são justamente as mulheres (jovens, adultas e idosas) que, paradoxalmente, estão mais suscetíveis à violação desse mesmo direito, e que são desproporcionalmente afetadas pela má nutrição e insegurança alimentar: cerca de 70% da população que passa fome a nível mundial (Margulis & Claeys, 2016). Em todas as etapas da produção de alimentos, desde o cultivo até ao consumo, a participação das mulheres é evidente e reconhecida e o seu papel na resiliência da agricultura familiar é indubitável. Contudo, é necessário não perder de vista que essas mulheres são gravemente afetadas por uma condição estrutural que deve ser imperativamente desconstruída.

Entre 1960 e de 2011, 53 municípios perderam mais de 50% da população, todos eles no interior de Portugal. Entre 2011 e 2020, o país

continuou a registar um decréscimo populacional (-2,1%) e acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território (Almeida, 2007; INE, 2022).

Observa-se, neste intervalo de tempo, uma forte persistência de uma economia agrícola baseada na família e na pequena propriedade, e a um aumento da feminização da população agrícola, com as mulheres, muitas vezes, a assegurar a gestão quotidiana da exploração agrícola. As perdas de ativos agrícolas, embora tenham sido sentidos em ambos os sexos, foram mais significativas nos homens, pelo que as mulheres substituíram essa mão de obra masculina entretanto desviada para outros sectores. Assim, a presença regular da mulher no trabalho agrícola contrapõe-se quase sempre a uma presença masculina irregular e mais ou menos importante.

Relativamente à participação das mulheres no sector agrícola, os dados estatísticos existentes são escassos, muitas vezes produzidos a partir de conceitos e práticas que subestimam a participação das mulheres na força de trabalho; e os dados qualitativos, muitos deles de carácter etnográfico, incidem sobretudo nos significados e nas representações sobre as condições de vida e de trabalho. Esta subestimação do trabalho feminino rural é frequentemente referida nos estudos sobre o setor como ‘invisibilidade das mulheres’, uma vez que este fica muitas vezes fechado e escondido na categoria de ‘ajuda’ ao trabalho

de uma figura masculina, normalmente o marido ou o pai.

Ainda assim, tem-se assistido a uma progressiva afirmação das mulheres no espaço rural, em grande parte, decorrente das transformações na própria agricultura, assim como das transformações sociais e económicas que afastaram muitos homens da agricultura enquanto atividade principal, o que resulta em maior destaque no papel e protagonismo da mulher. Carmo (2007) relaciona algumas destas transformações, nomeadamente a ampliação das modalidades de pluriatividade, com um certo aumento da autonomia e do empoderamento das mulheres, que expandem a sua circulação e vida social para contextos exteriores à comunidade onde habitam. No entanto, no interior das aldeias, as práticas sociais permanecem maioritariamente tradicionais, com as mulheres ainda muito condicionadas ao espaço privado da casa, onde são as “(...) *protagonistas das narrativas que envolvem família, cuidados com os filhos e relações amorosas (...) para os homens, a rua e o café.*” (Carmo, 2007). Segundo este mesmo autor, observa-se uma “(...) *permanência das relações assimétricas entre homens e mulheres relacionadas com as atividades quotidianas, sendo disso exemplo, as atividades de lazer, que no caso das mulheres estão associadas às suas atividades de trabalho, ao contrário do que sucede com os homens.*”

Assim, apesar de alguns avanços relativos ao fortalecimento do papel social e da autonomia das mulheres nos espaços rurais, subsistem ainda muitos fatores de desigualdade de género, nomeadamente a sua fraca participação nas discussões sobre o desenvolvimento rural, assim como a dependência financeira e a hegemonia ideológica dos homens (Allen, 2002); a dificuldade da mulher de acesso à herança (Wright & Annes, 2014; Bryant & Pini, 2009); a primazia da associação do trabalho agrícola aos corpos masculinos (Brandth, 2006); além dos obstáculos naturalizados pela família, comunidade e pelas próprias mulheres” (Gomes et al., 2016).

Se é possível afirmar que ainda persiste um menor reconhecimento social do trabalho das mulheres na sociedade em geral, este é claramente agravado nos meios rurais, em grande parte, devido à desigual divisão sexual do trabalho, que ainda remete as mulheres para a esfera privada e para o trabalho doméstico (no qual se incluem muitas das tarefas agrícolas), e os homens para o trabalho extra-doméstico, com uma maior ocupação do espaço público.

No que diz respeito à investigação europeia sobre os papéis de género na agricultura, a investigação é também recente. Algumas mudanças conceituais que ocorreram neste campo, nomeadamente, ao não considerar homens e mulheres como categorias fixas, mas

a partir dos significados e práticas que os definem e caracterizam; ou seja, a teoria dos papéis de género deu lugar à teoria da identidade de género, mais concretamente às representações da vida quotidiana do que significa ser um homem ou uma mulher agricultora, com maior protagonismo às funções por eles desempenhadas (Whatmore, 1999; Brandth, 2002; Shortall *et al.*, 2017).

A análise do discurso em torno da agricultura aponta quase sempre para uma lógica patriarcal (Shortall, 1999; Haugen, Brandth & Follo, 2015). Brandth (2002) identificou 3 tipos de discurso:

1. 'o discurso da agricultura familiar', que denuncia uma prática que privilegia sempre o homem como herdeiro do património agrícola;
2. 'masculinização' centrado nos processos de mudança dos papéis das mulheres e dos homens na agricultura, particularmente nos processos através dos quais a agricultura se transforma numa área de trabalho masculina;
3. 'destraditionalização e diversidade', que procura documentar as muitas e diferentes posições que as mulheres (e os homens) ocupam na agricultura, em que a mulher surge como um ator capacitado, influente e independente.

As mulheres representam, em média, quase metade da força de trabalho agrícola, e desempenham um papel fulcral na agricultura familiar – não só através do seu trabalho agrícola, mas também:

1. Conhecimento ancestral;
2. Gestão eficiente de recursos naturais;
3. Produção, conservação e comercialização de produtos agrícolas;
4. Cuidadora das crianças e/ ou idosos e trabalhadora doméstica não remunerada (FAO e IFAD, 2019).

Historicamente, as mulheres estiveram sempre associadas ao espaço doméstico e foram privadas de entrar na esfera produtiva, o que deu origem a vários movimentos sociais de intervenção das mulheres no espaço público que hoje fazem parte da nossa memória coletiva (Cardoso *et al.* 2019; Vaquinhas, 2019). Os estudos sobre o trabalho da mulher agricultora com enfoque nas desigualdades de género e na sua contribuição para a valorização dos ecossistemas surgiram recentemente. A agenda política mundial tem adotado uma postura ativa em favor da integração do género nas suas ações, como é o caso do plano de ação global para a década da agricultura familiar (2019-2028) promovido pela Organização das Nações Unidas. De entre todos os seus sete pilares de atuação, existe um inteiramente dedicado à promoção da

equidade de género na agricultura familiar e ao papel de liderança da mulher rural. Também um relatório de 2017, do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, no âmbito da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, dá conta dos objetivos estratégicos e ações em áreas críticas para a igualdade de género e, nesse sentido, inclui como tema prioritário os *“Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e a capacitação das mulheres e raparigas rurais”* (ESC, 2018).

Em 2014, o Parlamento Europeu publicou um relatório sobre o *“Papel das mulheres na agricultura e nas zonas rurais”* (Resolução do Parlamento Europeu 2018/C 298/02, de 4 de abril de 2017). Neste documento faz-se referência às principais questões que caracterizam a situação das mulheres na agricultura, um pouco por toda a Europa, nomeadamente a discrepância entre a importância do seu trabalho (47% dos 26,7 milhões de pessoas que trabalham na agricultura, na União Europeia, são mulheres e, pelo menos, uma em cada cinco empresas agrícolas é gerida por uma mulher) e a sua situação face ao emprego/desemprego. Embora seja conhecido que as taxas de emprego nas zonas rurais são baixas, tanto nos homens como nas mulheres, refere-se que as mulheres são, particularmente, afetadas por esta situação, e que muitas nunca chegam a integrar o mercado de trabalho e não são

incluídas na contabilização para as estatísticas de emprego/desemprego.

No que diz respeito, especificamente a Portugal e às políticas de igualdade de género relativas à agricultura, o Ministério da Agricultura assumiu, entre 2014 e 2017, o Plano para a Igualdade de Género, que tinha como referência nacional o V Plano Nacional para a Igualdade (V PNI), onde se inseriam medidas direcionadas para os sectores da agricultura, mar e pescas (MAM, 2015). Uma das medidas relacionava-se com a promoção do associativismo e do empreendedorismo das mulheres agricultoras. É, hoje, encontrar breves referências relativas à implementação desta medida, em colaboração das quatro Confederações que representam o setor agrícola – Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Portugal (CONFAGRI) e Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP). Pretendia-se realizar o levantamento do número de agricultoras associadas e as ações de divulgação/sensibilização (em particular relacionadas com a promoção do associativismo e empreendedorismo). No entanto, mesmo que essas ações tenham sido desenvolvidas e concluídas, os dados parecem não ser do domínio público, uma vez que não se encontra qualquer informação sobre os mesmos.

Em setembro de 2020, foi apresentado, publicamente, um documento orientador das prioridades políticas do Ministério da Agricultura – ‘Agenda da Inovação para a Agricultura: Terra Futura’ - que refere as questões das desigualdades, particularizadas na necessidade de atrair mais jovens para a agricultura, mas não existe qualquer referência às questões de género e/ou ao trabalho das mulheres neste setor.

As mulheres a trabalhar por conta de outrem em Portugal, têm sido, ao longo do tempo, remunerado abaixo do valor médio pago aos homens: menos 50 euros/mês em 1985, menos 100 euros/mês em 1991, menos 135 euros/mês em 2009, e menos 120 euros/mês em 2018. Nos últimos anos, a diferença entre o ganho médio mensal, das mulheres a trabalhar por conta de outrem e o ganho médio mensal, do total de trabalhadores por conta de outrem, em Portugal, tem diminuído, o que sugere que o país caminha para o progressivo esbater das disparidades salariais existentes entre homens e mulheres que trabalham por conta de outrem.

A multifuncionalidade das mulheres agricultoras é uma realidade, não só nas atividades laborais relacionadas com a agricultura, como nas tarefas domésticas e na educação dos filhos, o que ocupa grande parte do dia e sem rendimento ajustado á carga de trabalho. A precariedade no emprego, em particular a trajetória de emprego em carrossel,

está também associada à realização de uma grande diversidade de tarefas em períodos temporais relativamente curtos, em particular biscates, e à sua informalidade, isto é, à ausência de contrato, direitos e contribuições para a segurança social (Diogo *et al.*, 2021).

3.3. O contributo da agricultura familiar para o rendimento das famílias e sua relação com o limiar da pobreza

Um dos maiores desafios mundiais continua a ser acabar com a fome, a insegurança alimentar e todas as formas de má nutrição. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura (FAO) estima-se que entre 702 e 828 milhões de pessoas passaram fome em 2021.

O crescimento económico não basta para reduzir a fome e a desnutrição mundial: “*A ligação entre o comércio internacional e segurança alimentar é complexa e condicionada pelas especificidades dos contextos regionais. O comércio internacional e as políticas de importação e exportação afetam a disponibilidade e o preço dos produtos alimentares, e desta forma condicionam a capacidade dos mais pobres em aceder aos alimentos*” (Camões, 2015).

Sabe-se, hoje, que o crescimento económico não é, por si só, suficiente para acelerar a redução da fome e desnutrição. Assim, e uma vez que uma importante parte da população mundial vive em meio rural, as comunidades rurais têm uma relevância particular no processo de combate à insegurança alimentar e nutricional. Os agricultores familiares assumem particular importância neste processo. O crescimento agrícola com a participação das famílias de agricultores, especialmente as mulheres, será mais eficaz para reduzir a pobreza extrema e a fome, e possivelmente, aumentar os rendimentos dos trabalhadores e criar empregos para os pobres. Entre os elementos chave para um ambiente adequado à redução da fome e da má nutrição no mundo figuram o fornecimento de bens e serviços públicos para o desenvolvimento de setores produtivos, acesso equitativo aos recursos pelos pobres, empoderamento das mulheres e a implementação de sistemas de proteção social.

A segurança alimentar ocorre “[...] se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável” (Hoffmann, 1995). Os obstáculos para o acesso das famílias a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, são para além da falta de alimentos, a falta de rendimento para obtê-los - todas as famílias que estão dentro ou abaixo da linha de pobreza são suscetíveis de

se encontrar numa situação de insegurança alimentar (Monteiro, 2003). Para tal, contribuem ainda a falta de moradia, condições de higiene e deficiência energética crónica (Ebrahim, 2007; Monteiro, 2003).

Nas famílias de agricultores familiares, em geral, o rendimento provem das atividades agrícolas, atividades não agrícolas, trabalhos secundários e outros trabalhos, reformas e pensões e outras fontes, onde se incluem juros e rendas (Baptista & Rolo, 2017; RA 2019).

Os dados do Inquérito ao Emprego do INE de 2021, revelam que: *“No 2º trimestre de 2021 a população empregada na agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca é de 124,2 mil pessoas e representa 2,6% do total. Registou-se uma redução em relação ao trimestre homólogo (-5,9% → menos 7,8 mil empregos) e ao anterior (-0,6% → menos 800 empregos). Desde o 1º trimestre de 2011 até ao presente o setor perdeu cerca de 65,6 mil empregos, reflexo não só do abandono da atividade mas também da sua modernização tecnológica”* (GPP, 2021).

No que diz respeito à situação na profissão, 74% da população empregada no setor primário é trabalhador por conta própria e os restantes 26% trabalham por conta de outrem. A situação de trabalhador por conta própria, no setor primário, tem aumentado e, inversamente, a situação de trabalhador por conta de outrem tem diminuído.

Nos últimos anos, o rendimento médio mensal líquido aumentou, nomeadamente, junto das

profissões com remunerações mais baixas, onde se inserem os agricultores e os trabalhadores qualificados, da agricultura. No gráfico abaixo é possível verificar que mesmo com o aumento dos salários, os agricultores e

trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta, continuam com um rendimento mensal cada vez mais próximo da linha do limiar da pobreza (Figura 10).

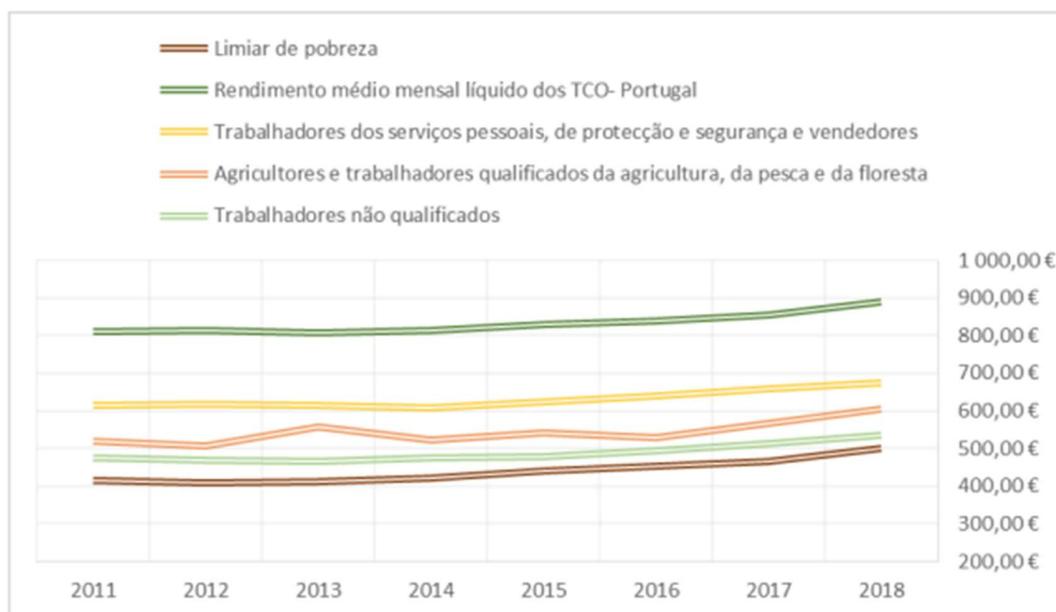


Figura 10. Evolução do limiar de pobreza e do rendimento médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem por profissão entre 2011 e 2018 (ano de rendimento) (€). (Fonte: Eurostat, EU-SILC; INE, Inquérito ao emprego).

Os retratos facultados pelas biografias individuais presentes “A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos” (Diogo *et al.*, 2021) reportam um Portugal rural, no contexto de uma agricultura de tipo familiar e com grande relevância dos trabalhadores sazonais muitos dos quais pertencentes a contextos de agricultura familiar. Inluem ainda, diversas situações de êxodo rural de trabalhadores agrícolas que, a partir dos anos 50, se veem

compelidos a abandonar os campos para escapar aos baixos rendimentos agrícolas, e que procuraram melhores condições de vida nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Nas narrativas apresentadas, é visível o impacto direto das situações de pobreza e ausência de apoios formais às famílias: ingresso precoce no mundo de trabalho, sobretudo no trabalho agrícola ou na aprendizagem de um ofício, a redução do convívio com pares, a

dificuldade de acesso a bens como roupa, material escolar, comida, entre outros.

A situação é, finalmente agravada, porquanto em o sistema de proteção social português, na sua componente previdencial, no que respeita às atividades agrícolas, é tardio e carece de lacunas e insuficiências quanto aos riscos cobertos, que vêm a originar a construção de carreiras contributivas tardias, limitadas ou inexistentes.

Muitos agricultores familiares possuem património modesto (residência familiar e pequenas propriedades agrícolas), que se esforçam por deixar aos filhos, apesar de as suas narrativas exprimirem em muitos casos situações de privação e pobreza, com rendimentos insuficientes provenientes de pensões e outros complementos sociais (diogo *et al.*, 2021). Acresce, que pela idade média das famílias de agricultores, as despesas com medicamentos e outros encargos provocados pelas doenças crónicas que os atingem, muitas vezes causa de abandono precoce do trabalho, concorrem para agravar as dificuldades económicas.

É possível encontrar relatos e evidência que a mitigação da pobreza é conseguida pelo alívio com encargos com a habitação (já que muitos têm habitação própria na exploração), com a produção para autoconsumo e, em muitos casos, o apoio familiar – a família providência ainda estruturante em países da Europa do Sul (Silva, 2002; Diogo *et al.*, 2021). Em contextos

rurais, surgem também diversos relatos à situações de solidariedade informais, que ajudam a minorar situações de privação: “a pobreza rural continua a contar com formas de solidariedade informais, que atenuam a dureza das condições de vida” (Perista & Baptista, 2012).

3.4. O contributo da agricultura familiar para o rendimento das famílias: o autoconsumo

A medição do autoconsumo no contexto da agricultura familiar apresenta alguns desafios: desde logo, a definição do que constitui o autoconsumo. Na maioria dos casos, inclui-se no autoconsumo a produção destinada à alimentação da família e dos animais, mas pode também incluir-se a produção de lenha (energia), instrumentos domésticos, artesanato, materiais utilizados para construção ou para fabrico de objetos de uso da família, plantas medicinais, etc (Garcia Filho, 1999; Maluf, 2003; Leite, 2004), ou seja, não devem ser as características e quantidades que definem o autoconsumo, mas sim a lógica que o consumo dos produtos.

De salientar que, em 2021, Portugal e outros países da UE deixaram de considerar como empregadas, as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca, para autoconsumo. Segundo dados de 2020, este

grupo populacional era composto por cerca de 130 mil pessoas, com 90,9 mil a pertencerem ao grupo etário dos 15 aos 74 anos. Os indivíduos nesta situação passaram a ser considerados como inativos (INE, 2021a). Esta nova forma de contextualização estatística veio dificultar a estimativa da produção para autoconsumo, já que muitas destes trabalhadores (agora inativos) trazem da atividade parte (ou a totalidade) da sua alimentação (e muitas vezes da família).

A agricultura familiar traz um contributo muito importante na segurança alimentar e nutricional, e no debate sobre a soberania alimentar. Nas explorações de agricultura familiar, uma importante parte da produção destina-se ao autoconsumo, em particular assente em culturas mediterrânicas, como frutos, legumes, vinho e azeite. Os excedentes são, muitas vezes, partilhados com a família alargada e com os vizinhos mais próximos. Os agricultores familiares tradicionais, na maioria dos casos, produzem o que é necessário e possível, para sustentar a família, numa produção de pequena escala.

De notar que, em cerca de um quinto das explorações agrícolas familiares, mais de 50% da produção tem como destino o autoconsumo, em que comparação com apenas 1% nas outras explorações agrícolas (Reis & Rolo, 2019). Acresce ainda, a presença nas explorações agrícolas das superfícies designadas por “hortas familiares” e a produção

que entra nos circuitos curtos agroalimentares (CCA). Estes potenciam o consumo de uma maior diversidade de alimentos (frutas e hortícolas da época) e possibilidade de acesso a esses produtos com menor dispêndio monetário por parte dos consumidores.

Alguns trabalhos mostram que quanto mais capitalizado o agricultor, maior é o valor de autoconsumo da sua família, uma vez que “*as unidades familiares com menores rendimentos tendem a concentrar os esforços em culturas agrícolas ou atividades que proporcionem maior retorno económico no tempo e por mão de obra empregada, fazendo frente às necessidades que emanam. Trata-se de uma estratégia para maximizar os recursos disponíveis. Ao contrário do que alguns poderiam presumir, estes dados também reiteram que a produção para o autoconsumo não está restrita a unidades mais propensas à decadência, e sim, também naquelas com agricultura familiar consolidada*” (Grisa et al., 2010).

O autoconsumo surge como estratégia utilizada pelas famílias, com o objetivo de garantir a autonomia alimentar, pois a produção para autoconsumo possibilita o acesso direto a alimentos, que compõem a dieta diária, dos agricultores familiares. Os alimentos produzidos, para autoconsumo, constituem ainda uma fonte de rendimento, pois não passam por nenhum processo intermediário (de compra/venda), e promovem

a sustentabilidade da economia familiar (Grisa *et al.*, 2010).

Importa relevar que o autoconsumo diminui a exposição das famílias de agricultores à flutuação dos preços pagos ao consumidor e que as famílias podem escolher os alimentos de acordo com os seus «gostos e costumes» e produzir de acordo com o saber-fazer que se mantém ao longo das gerações. Assim, para além de assegurar a autonomia alimentar, constitui uma fonte de rendimento não-monetária, que possibilita que economizar recursos na aquisição de alimentos, e fazer frente a outras necessidades (saúde, educação) e assegurar maior estabilidade económica das famílias rurais.

3.5. O abandono agrícola: reflexão a partir de dados do Recenseamento Agrícola de 2019

A partir dos dados do INE relativos aos anos de 2011 e 2021 sobre a distribuição da população residente em Portugal, masculina e feminina, no território nacional, é visível o

envelhecimento da população, principalmente na região Norte (tanto de homens como de mulheres). De referir também que a população entre os 15 e os 24 anos residente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), tanto de homens como de mulheres, foi a única que aumentou, para além dos maiores de 65 anos, nos últimos dez anos (

Quadro 17).

A disparidade entre áreas urbanas e rurais é realçada pela densidade populacional nas diferentes regiões do país. A partir da redução da população em todas as regiões, exceto na AML, pode observar-se a diferença entre as áreas predominantemente urbanas e rurais que refletem a realidade do território rural português: um território em processo de abandono (Quadro 18. Densidade populacional (N.º/ km²) e tipologia de áreas urbanas em Portugal em 2011 e 2019 (Fonte: INE 2022a).Quadro 18).

Quadro 17. População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário em Portugal em 2011 e 2021 (Fonte: Censos 2021).

Período de referência dos dados	Local de residência	População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Decenal (1)	
		Sexo	
		H	M

		Grupo etário							
		0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2021	Continente	648,287	527,456	2,511,245	1,000,997	616,61	504,437	2,714,614	1,333,947
	Norte	225,622	196,816	935,903	349,732	214,601	189,193	1,014,553	460,654
	Centro	134,974	113,251	552,455	260,103	128,464	107,354	588,812	342,154
	AML	210,966	157,803	723,788	258,233	200,311	152,832	804,279	362,558
	Alentejo	44,538	35,871	179,094	81,997	42,619	32,918	179,137	108,533
	Algarve	32,187	23,715	120,005	50,932	30,615	22,14	127,833	60,048
2011	Continente	758,841	547,004	2,677,999	814,954	725,279	532,489	2,868,221	1,122,834
	Norte	284,853	215,532	1,001,965	263,91	272,38	210,344	1,073,169	367,529
	Centro	163,384	121,569	605,993	220,317	155,874	117,679	641,506	301,433
	AML	223,576	148,856	748,913	213,26	214,305	146,187	826,197	300,582
	Alentejo	52,778	37,85	197,944	78,167	49,996	35,903	199,843	104,821
	Algarve	34,25	23,197	123,184	39,3	32,724	22,376	127,506	48,469

Quadro 18. Densidade populacional (N.º/ km²) e tipologia de áreas urbanas em Portugal em 2011 e 2019
(Fonte: INE 2022a).

Ano	Tipologia de áreas urbanas	Densidade populacional (N.º/ km ²)					
		Local de residência					
		Continente	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
		N.º/ km ²	N.º/ km ²	N.º/ km ²	N.º/ km ²	N.º/ km ²	N.º/ km ²
2019	Área predominantemente urbana	442.5	884.7	308.4	1510.6	56.9	304.3
	Área mediamente urbana	77.2	132.2	84.1	158.8	20.6	47.8
	Área predominantemente rural	21.8	24.3	30.8	29.4	10.6	27.2
2011	Área predominantemente urbana	446.2	903.3	314.2	1490.5	59.8	304.8
	Área mediamente urbana	80.8	138.1	88.3	158.4	22.3	49.6
	Área predominantemente rural	23.8	26.4	33.6	29.7	11.6	29

De acordo com o RA de 2019, na última década em Portugal, o número de explorações diminuiu cerca de 4,9% relativamente a 2009. No entanto a SAU aumentou, e ocupa presentemente 3,9 milhões de hectares, o que representa 43% da área do território nacional (Quadro 19).

O tamanho médio das explorações agrícolas em Portugal aumentou desde 1999 de cerca de

9 ha para, aproximadamente, 14 ha em 2019. As explorações agrícolas mais pequenas encontram-se nas regiões Norte e Centro do país, onde se localizam cerca de 75% das explorações com cerca de 6 ha de SAU. Na região do Alentejo predominam as explorações agrícolas com mais de 50 ha (Quadro 20).

Quadro 19. Estrutura das explorações agrícolas: número de explorações e SAU em Portugal (Fonte: PORDATA, 2021)

2019	286.191	3.963.945
2007	274.194	3.472.939
1999	412.612	3.863.094

Ano	Explorações agrícolas (n°)	Superfície agrícola utilizada (ha)
-----	----------------------------	------------------------------------

Quadro 20. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha) por Localização geográfica desde 1989 até 2019 (Fonte: INE 2021b).

Ano	Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha)					
	Continente	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
2019	14.4	6	6.5	13.9	59.7	7.9
2009	12.7	5.8	5.4	11.5	51	7.1
1999	9.8	4.9	4.5	7.5	42	5.4
1989	7	4.1	3.4	4.9	28.8	5.2

Entre 2009 e 2019 pode observar-se que houve uma diminuição no número de explorações agrícolas com SAU de dimensão inferior a 5 ha em todo o território, mas mais expressiva nas regiões Norte e Centro e um aumento do número de explorações agrícolas de dimensão com SAU superior a 20 ha cuja incidência se regista na região do Alentejo (Quadro 21).

Quadro 21. Superfície das explorações agrícolas (ha) por localização geográfica e classes de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em 2019 e 2009 (Fonte: INE 2021b).

Ano	Localização geográfica	Superfície das explorações agrícolas (ha)				
		0 - < 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	>= 50 ha
2019	Continente	23 685	329 606	461 342	361 778	2 662 297
	Norte	8 875	146 953	207 464	108 741	191 308
	Centro	11 316	124 875	124 142	94 685	278 279
	AML	593	7 579	12 215	10 473	59 873
	Alentejo	1 686	34 202	89 389	129 606	2 095 849
	Algarve	1 215	15 998	28 132	18 273	36 988
2009	Continente	29 334	353 007	461 345	316 160	2 382 459
	Norte	10 168	151 828	207 978	93 915	180 138
	Centro	14 284	135 800	121 045	78 078	220 796
	AML	770	9 240	13 825	9 985	53 768
	Alentejo	2 768	40 667	90 704	116 939	1 901 311

Algarve	1 344	15 471	27 793	17 243	26 446
---------	-------	--------	--------	--------	--------

Em Portugal em 2019, 94% das explorações agrícolas estavam registadas em nome de uma pessoa singular (em 2009, eram 97%). Das restantes, as explorações são propriedade de cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas (no

Quadro 22 surgem como Outras formas de natureza jurídica), de sociedades ou são baldios. Em relação a 2009, verifica-se a redução do número de explorações de dimensão económica *Muito Pequena* (< 8 000 Euros) e um aumento das *sociedades*.

Quadro 22. Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica, classes de dimensão económica e natureza jurídica em 2019 e 2009.

		Explorações agrícolas (N.º)							
		Classes de dimensão económica							
Ano	Localização geográfica (NUTS - 2013)	MP (Muito pequenas) < 8 000 euros				P (Pequenas) 8 000 - < 25 000 euros			
		Natureza jurídica				Natureza jurídica			
		Produtor singular	Sociedades	Baldios	Outras formas da natureza jurídica do produtor	Produtor singular	Sociedades	Baldios	Outras formas da natureza jurídica do produtor
2019	Continente	190 309	2159	296	323	38289	2196	193	146
	Norte	80709	556	272	139	17873	793	191	65
	Centro	76212	738	22	102	10528	617	2	44
	AML	3798	127	0	17	1208	129	0	6
	Alentejo	21455	621	2	48	6163	555	0	23
	Algarve	8135	117	0	17	2517	102	0	8
2009	Continente	218 937	738	176	285	32523	953	97	148
	Norte	91768	156	170	137	12446	303	96	57
	Centro	85386	213	6	79	10997	201	1	44
	AML	4366	43	0	7	1682	56	0	9
	Alentejo	27770	304	0	52	5604	359	0	28
	Algarve	9647	22	0	10	1794	34	0	10
		M (Médias) 25 000 - < 100 000 euros				G (Grandes) >= 100 000 euros			
		Produtor singular	Sociedades	Baldios	Outras formas da natureza jurídica do produtor	Produtor singular	Sociedades	Baldios	Outras formas da natureza jurídica do produtor
2019	Continente	17301	4245	115	118	4716	5542	23	68
	Norte	5714	1306	109	44	1053	912	19	16
	Centro	5495	1044	4	40	1306	1413	2	17
	AML	591	192	0	10	187	265	0	3
	Alentejo	4316	1517	2	23	1877	2726	2	30
	Algarve	1185	186	0	1	293	226	0	2
2009	Continente	14587	2017	80	117	4460	2872	15	109
	Norte	3642	468	78	30	1056	391	15	28
	Centro	5483	425	1	36	1437	751	0	32
	AML	875	90	0	7	281	178	0	8
	Alentejo	3968	953	1	42	1593	1482	0	40
	Algarve	619	81	0	2	93	70	0	1

Em 2019, os produtores agrícolas singulares são na maioria homens (67,1%), com 64 anos de idade média, formação agrícola exclusivamente prática (53%) e primeiro ciclo do ensino básico concluído (46,3%). Em comparação com as mulheres produtoras agrícolas singulares, entre 2009 e 2019, observa-se uma diminuição em valor absoluto, em particular nas regiões do Norte e Centro e aumento nas regiões do Alentejo e Algarve (Quadro 23).

Os dados de 2009 e 2019 relativos ao número de explorações agrícolas por forma de exploração e classes de SAU permitem aferir que, à redução do número de explorações agrícolas com SAU inferior a 5 ha, corresponde uma redução de explorações por *conta própria* principalmente no Norte e Alentejo (inferiores a 1 ha) e Centro e Alentejo (entre 1 e 5 ha). Verifica-se uma redução nos *arrendamentos* em todas as classes de SAU (Quadro 24).

Quadro 23. Produtores agrícolas singulares do sexo feminino (N.º) por localização geográfica em 2019 e 2009 (Fonte: RA 2019).

Produtores agrícolas singulares do sexo feminino (N.º) por Localização geográfica						
Ano	Localização geográfica (NUTS - 2013)					
	Continente	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
2019	82 156	39 882	27 989	1 406	9 089	3 790
2009	84 313	41 724	29 702	1 400	8 460	3 027

Quadro 24. Explorações agrícolas (N.º) por localização geográfica, forma de exploração (superfície agrícola utilizada) e classes de superfície agrícola utilizada (SAU) em 2019 e 2009 (Fonte: RA 2019).

		Explorações agrícolas (N.º)														
Ano	Local. Geogr.	Forma de exploração (superfície agrícola utilizada)														
		Conta própria					Arrendamento					Outras formas				
		Classes de superfície agrícola utilizada														
		Inferior a 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	> ou igual a 50 ha	Inferior a 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	> ou igual a 50 ha	Inferior a 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	> ou igual a 50 ha
2019	Continente	38059	145702	46724	10600	9668	420	3494	3769	2098	3389	1969	9782	5322	2054	1919
	Norte	14976	63497	21708	3534	1105	199	1550	1308	471	122	845	4636	1936	547	143
	Centro	17672	58588	12928	2838	1640	148	1338	1480	726	595	845	4018	2079	753	390
	AML	1003	3207	1158	255	237	22	136	137	89	107	46	259	237	92	78
	Alentejo	2517	13824	8112	3411	6452	39	380	727	753	2504	168	675	903	599	1259
	Algarve	1891	6586	2818	562	234	12	90	117	59	61	65	194	167	63	49
2009	Continente	44777	154450	46305	9000	7936	1551	11225	8015	3173	3742	2425	11393	4697	1334	1052
	Norte	15546	63849	21354	3045	887	813	5717	3473	843	169	872	4908	1660	317	55
	Centro	21706	63919	12638	2290	1265	618	4099	2732	1011	619	1282	5249	1955	492	221
	AML	1227	3887	1344	267	192	45	391	265	87	102	64	400	257	55	48

Alentejo	4195	16503	8128	2878	5410	50	894	1382	1164	2801	142	636	662	372	691
Algarve	2103	6292	2841	520	182	25	124	163	68	51	65	200	163	98	37

Os dados anteriores vêm evidenciar o abandono agrícola, crescente desde final da década de 60 com o êxodo de grande parte população rural para a Europa e zonas urbanas, em conjunto com o aumento da atividade industrial e serviços, até aos dias de hoje. Entre outros, a falta de apoio técnico e a insegurança económica da atividade agrícola encontram-se entre as principais razões de abandono (Almeida, 2007).

Os territórios, em particular os do interior do País, têm assistido a um decréscimo significativo da população residente (nalguns locais perdeu-se 75% da população nos últimos 40 anos), com o conseqüente abandono da atividade agrícola. O resultado é o envelhecimento profundo da população já referido, e a ocupação das áreas agrícolas por espécies florestais de rápido crescimento ou mato/floresta desordenada, que potenciam a ocorrência de incêndios florestais, a perda de biodiversidade e o acréscimo de desequilíbrios ambientais associados.

4. OS CAMINHOS DA MUDANÇA

Que potencialidades da agricultura familiar portuguesa podem ser a chave para um futuro mais sustentável?

4.1. As novas tendências de modernização: da agroecologia à agricultura de precisão

Os sistemas agrícolas, ou agroecossistemas, resultam da coevolução entre o ser humano e a natureza. Nestes agroecossistemas acumulam-se experiências de agricultores desenvolvidas ao longo dos séculos, na procura de desenhos e formas de produção mais produtivas e/ou sustentáveis (Guzmán *et al.*, 2000; Nicholls & Altieri, 2018).

A agroecologia, baseada em princípios ecológicos de gestão de agroecossistemas produtivos que preservam os recursos naturais, respeitam a cultura local, e são socialmente justos e economicamente viáveis, tem o potencial para ser um instrumento essencial à promoção de um setor agrícola sustentável e permitir o equilíbrio entre os limites dos recursos naturais e as necessidades da sociedade. No contexto da UE, a agroecologia foi, por isso:

1. identificada no primeiro pilar da PAC como uma prática com apoio através dos regimes ecológicos;
2. destacada como prática agrícola sustentável no Pacto Ecológico Europeu, nomeadamente na Estratégia do Prado ao Prado e na Estratégia para a Biodiversidade;
3. valorizada como importante catalisador no Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica.

Também ao nível da investigação vários têm sido os financiamentos focados na agroecologia, desde logo o programa *Horizonte 2020* e, agora, *Horizonte Europa*. A investigação é, crucial, para a confirmação da importância das práticas agroecológicas na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis.

De acordo com os resultados do projecto *BOND (2021)*, as explorações de pequena e média dimensão e os modelos agrícolas familiares, baseados em práticas agroecológicas, representam a solução para manter o dinamismo das zonas rurais e combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade.

A agroecologia não só permite uma produção mais sustentável de comida saudável, como melhora consideravelmente o rendimento dos agricultores (Van der Ploeg *et al.*, 2019). Permite, ainda, aumentar o emprego agrícola e o rendimento gerado pelo setor agrícola a nível regional e nacional. As dimensões económica,

ambiental e social da agroecologia estão interligadas e são interdependentes entre si. Por exemplo, ao recuperar uma receita antiga cujos ingredientes base são provenientes da região, o agricultor está a preservar a cultura do local, a dignificar a memória e experiências tradicionais, a consolidar a preservação de espécies/variedades características da região, e possivelmente a gerar uma nova fonte de rendimento para a sua produção, através da venda do ingrediente em bruto ou transformado e a divulgação da receita. Este tipo de dinâmicas tendem a aumentar o interesse, a curiosidade e as dinâmicas nos territórios onde estas explorações se inserem.

Do ponto de vista ambiental importa referir que a agricultura familiar é, na sua essência, um sistema agroecológico. Procura produzir alimentos (com base em variedades tradicionais e espécies autóctones), ao mesmo tempo que protege a biodiversidade, regenera os solos e o ciclo da água. Procura, ainda, escoar os seus produtos em circuitos de proximidade, pois encontra-se em estreita relação com a comunidade onde se insere e onde contribui para a dinamização do desenvolvimento rural (Altieri & Nichols, 2013).

Contudo, embora a agroecologia esteja a ganhar força e seja vista cada vez mais como um caminho para a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis, outras formas de fazer agricultura, permitem uma redução no uso dos recursos naturais, como a agricultura

de precisão – sistemas de agricultura que utilizam tecnologias de informação para adaptar a gestão da produção agrícola à especificidade de cada local consoante as variações das condições espacial e temporal (Van Schilfgaarde, 1999). Este tipo de agricultura adequa-se mais facilmente a grandes empresas agrícolas relativamente às pequenas explorações e à agricultura familiar, uma vez que a sua utilização implica investimento e inputs externos (National Research Council, 1997). É o tipo de agricultura otimizada em monoculturas, onde a relação entre as explorações e os ecossistemas envolventes ou as comunidades locais não são tidas em conta.

A referida multifuncionalidade dos sistemas produtivos que caracteriza a agricultura familiar, baseia-se na optimização dos recursos existentes e na potencialização da diversidade ao invés da especialização em sistemas monoculturais. Para os agricultores familiares nas suas explorações não existem resíduos – existem recursos que são incorporados num sistema que pretende ser circular. Esta optimização dos recursos tem impacto do ponto de vista económico, uma vez que, com a utilização dos recursos existentes no agroecossistema a dependência de inputs externos diminui. Também a diversidade de produtos provenientes da exploração reduz o risco económico, no caso de uma praga ou doença, ou outro fator, atacar uma cultura ou

produção, uma vez que a exploração não depende economicamente de uma cultura.

A transição para sistemas agroecológicos ou para a adoção de tecnologias de precisão, implica a criação de mecanismos que permitam assegurar a aplicação dos princípios associados a cada sistema. Deverão assentar em estratégias que permitam uma gestão do solo, água e biodiversidade que assegurem a produção agrícola e a resiliência dos sistemas. Nestes contextos, diversos autores identificam como estratégias relevantes:

1. reavivar sistemas agrícolas tradicionais, que são modelos promissores de sustentabilidade e resiliência;
2. criar referenciais agroecológicos e de precisão, cujos princípios sejam absorvidos pelas comunidades locais, para a construção de estratégias agrícolas próprias promotoras de eficiência, diversidade, sinergia e resiliência;
3. implementar capacidades técnicas e infraestruturas que suportem a adoção de tecnologias digitais;
4. desenhar políticas e dinâmicas solidárias de produção e de mercado, que facilitem a viabilidade económica dos sistemas agrícolas e alimentares.

Para que a agricultura familiar se mantenha como agente de coesão e dinamização dos territórios rurais, devem criar-se as condições

para que a sua ligação à agroecologia e a outras práticas inovadoras se concretizem.

4.2. Casos de estudo: boas práticas de agricultura familiar e o contributo para Dietas e Sistemas Alimentares Sustentáveis em Portugal

No Quadro 25 indicam-se alguns projetos e iniciativas relacionadas com a agricultura familiar na Europa e em Portugal. Destacam-se alguns casos de estudo e boas práticas que são relevantes para o contributo da agricultura familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis.

O projecto **AFAVEL (2020-2021)**⁷ realçou a importância de alterações ambientais, locais e regionais bem como as condicionantes socioterritoriais (limitações das estruturas

⁷ Mais informação do projeto em: <https://www.animar-dl.pt/iniciativas-animar/afavel-agricultura-familiar-e-valorizacao-territorial-sustentavel-em-contexto-de-alteracoes-climaticas/>

<https://www.minhaterra.pt/wst/files/I13602-AFAVEL.PDF>
Entidades parceiras: ANIMAR; ADER-SOUSA; CONFAGRI; Cooperativa Três Serras de Lafões; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; Instituto de Geografia e Ordenamento do Território; Trilho - Associação para o Desenvolvimento Rural

fundiárias, défices de organização e governança, e dinâmicas populacionais negativas) e outras resultantes do abandono da atividade agrícola, tanto resultantes dos processos de reforma da PAC (desajustadas das características locais) como de outras políticas. A redução dos serviços de apoio, públicos e privados, também desencoraja a continuação das explorações mais pequenas.

A agricultura familiar encontra-se esmagada pela competição intersectorial e poder atrativo dos centros urbanos. Restringe-se, principalmente, a agricultores que encontram apoio para os seus negócios (dependentes de apoios públicos) e agricultores resilientes (que assentam a suas práticas na pluriatividade e plurirrendimento) e/ou na produção para o autoconsumo.

Para mais de metade dos agricultores analisados no AFAVEL, apenas 20% do orçamento da família provém do rendimento anual da exploração (devido principalmente a uma relação limitada com os mercados). Embora haja neste momento algum movimento associativo (58% dos agricultores familiares inquiridos são filiados em entidades coletivas - apenas 15,6% nas mulheres), a disponibilidade para a participação na vida das organizações é reduzida. A agricultura familiar necessita de estruturas de apoio à proximidade, geradoras de conexões com organizações (como, organizações de produtores multiproduto), partilha de conhecimento entre os diferentes

atores do território, onde haja um apoio à tomada de decisão. acompanhamento/monitorização, avaliação e

Quadro 25. Levantamento de projetos e iniciativas sobre a agricultura familiar em Portugal.

Projectos	Objetivo	PP/EAF	Jovens	Mulheres	CCA	Peq. Agric.	Abandono	Boas prá. Seg. ali.	Coletivos	Inovação
Afável	aprofundar o conhecimento da agricultura familiar e territórios rurais, estudar políticas de apoio para a valorização socioterritorial, inovação social e capacitação integrada dos atores e agentes de desenvolvimento rural, face às alterações climáticas	■								
Agricultura Familiar: Conhecimento, Org. E Linhas Estratégicas	avaliar o contributo agricultura familiar para o desenvolvimento dos territórios rurais e elaborar recomendações e medidas de políticas públicas	■			■					
AproximaR	criar guias de implementação e boas práticas de circuitos curtos agroalimentares				■				■	
BOND	desencadear, fortalecer e organizar a ação colectiva a partir de redes, grupos e organizações de agricultores e gestores do espaço rural								■	
e-Formar Jovens Agricultores	desenvolver metodologias e conteúdos inovadores, para disseminar boas práticas e conhecimentos de agricultura e empreendedorismo agrícola		■				■			■
JER – Jovem Empresário Rural	relatar de viva-voz a necessidade de instalar jovens (não só agricultores) noutras atividades que surgem nos territórios rurais	■	■				■			
JOBtoc – Jovens no espaço rural, oportunidades e constrangimentos	identificar as oportunidades e constrangimentos na fixação dos Jovens em territórios rurais	■					■			■
MAIs. Mulheres agricultoras em territórios do interior	aumentar a participação cívica e associativa das mulheres agricultoras nas regiões do interior, através da sua capacitação			■					■	
Mitigação do despovoamento através dos Sistemas Agropastoris	identificar fatores que propiciam o despovoamento e o abandono da agricultura familiar (territórios do interior Centro/Norte) e identificar medidas para desenvolver sistemas agrosilvopastoris sustentáveis	■					■			
Pontes entre agricultura familiar e agricultura biológica	Avaliar a proximidade da agricultura familiar à agricultura biológica para facilitar a transição agroecológica			■					■	
Relocaliza	desenvolver metodologias de trabalho com vista à criação de uma rede de abastecimento de cantinas públicas com produtos locais				■				■	
Sistema de Certificação participativa nos Circuitos Curtos	criar de um sistema de certificação participativa associado aos circuitos curtos que permitam validar os processos da produção e comercialização	■			■			■	■	
Valorizar a Agricultura Familiar	avaliar e sistematizar o contributo e dificuldades da agricultura familiar para o desenvolvimento, coesão e concretização do EAF	■								

Também a criação de mecanismos de apoio a colectividades que trabalhem questões como a economia social e solidária permitirá abranger diferentes estratos populacionais, e cruzar influências e ligações propulsoras de uma densificação socio-territorial.

É, também, necessária uma maior aposta em soluções de contratação pública de base local (autarquias e tecido associativo), como as cantinas escolares, que ajudem a estimular e viabilizar a pequena produção numa escala micro-regional, e que considerem a importância das entidades e organismos de mediação. Para que a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis, assentes nos princípios da agroecologia, seja consistente, a mesma tem que partir de uma articulação efetiva entre prática, investigação/experimentação, extensão e formação. Os agricultores, os Centros de Investigação, as entidades de desenvolvimento locais têm que trabalhar em conjunto. Estas sinergias abrirão caminho para a ligação entre territórios urbanos/rurais e, conseqüentemente para a fixação de jovens nos territórios rurais

O projeto **JER – Jovem Empresário Rural**⁸ concluiu que os territórios rurais são pouco

⁸ Mais informação do projeto em:

atrativos para os jovens pela falta de oportunidades de emprego ou a existência de emprego mas de baixa remuneração, pela falta de ofertas de ensino, sobretudo superior, e a falta de infraestruturas e serviços. A agricultura, mas também a diversificação das atividades económicas e a valorização e a qualificação dos recursos endógenos devem ser assumidas como vetores estratégicos para o desenvolvimento sustentável do país. Neste contexto, a promoção da figura do Jovem Empresário Rural (JER) poderá servir para potenciar iniciativas dirigidas aos jovens em meio rural, desenvolver estruturas de apoio a estes jovens, a nível nacional e internacional, e agregar, flexibilizar e simplificar políticas e medidas com o objetivo de atrair jovens para o mundo rural.

O projeto **Agricultura Familiar: Conhecimento, Organização e Linhas Estratégicas**⁹ analisou o fraco nível de adesão

<https://inovacao.rederural.gov.pt/projetos/projetos-rrn/37-projetos-rrn/958-jer-jovem-empresario-rural-cultivar-ideias-dinamizar-o-espaco-rural>

Entidades parceiras: Associação de Jovens Agricultores de Portugal; Federação Minha Terra; Conselho Nacional de Juventude; Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

⁹ Mais informação do projeto em:

<https://www.minhaterra.pt/>

ao EAF e os principais entraves à adesão ao EAF (critérios do rendimento e inexistência de vantagens reais). Da análise das vantagens previstas para os detentores do EAF, ressaltam o papel das GAL nos apoios através dos PDR e PO Regionais e criação/reactivação de mercados de proximidade e circuitos curtos; a importância da iniciativa “Emparcelar para Ordenar”, no âmbito do ordenamento do território; a importância de reduzir a burocracia, facilitar o acesso aos serviços e reconhecimento de organizações de produtores de menores dimensões; a importância do aconselhamento aos agricultores e da criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar; a ausência, na legislação, de respostas para questões relevantes como o acesso à água.

O projeto **Relocaliza (2019-2021)**¹⁰ identificou os seguintes desafios relativamente à criação

Entidades parceiras: Federação Minha Terra; Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária; MED-Universidade de Évora; Instituto Superior de Agronomia; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

¹⁰ Mais informação do projeto em:

<https://www.relocaliza.pt>

Entidades parceiras: Confederação Nacional da Agricultura; Trilho - Associação para o Desenvolvimento Rural; Associação para o Desenvolvimento Agrícola Rural Arribas Douro; Associação dos Agricultores e Pastores do Norte; Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco; CoimbraMaisFuturo

de uma rede de abastecimento de cantinas públicas com produtos locais: (1) falta de capacidade dos produtores locais para se organizarem, de modo a assegurar o fornecimento atempado e nas quantidades solicitadas; (2) concorrência de produtores de outras regiões e intermediários já implementados no terreno; (3) dificuldade de comunicação entre agricultores e entre agricultores e cantinas.

A viabilização de um fornecimento direto a cantinas publica passa por desenhar sistemas muito menos burocráticos, assentes em: maior flexibilidade nos fornecedores a concurso (permitir agricultores em nome individual); apoiar os agricultores (para que possam produzir em qualidade e quantidade); facilitar o acesso dos produtores às plataformas usadas na contratação; valorizar a profissão de agricultor.

O projeto **Mitigação do despovoamento através dos Sistemas Agropastoris (2019-2021)**¹¹ apresentou um conjunto de

¹¹ Mais informação do projeto em:

<https://www.animar-dl.pt/iniciativas-animar/mitigacao-do-despovoamento-atraves-da-revitalizacao-dos-sistemas-agro-silvo-pastoris-no-interior-de-portugal/>

Entidades parceiras: Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões; Associação dos Agricultores de Castelo Branco; Associação Distrital dos Agricultores da Guarda; Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Confederação Nacional da Agricultura; FIAN Portugal - Associação Portuguesa para a Defesa e

recomendações dividido em em duas componentes:

1. intervenção a curto prazo no contexto do COVID19, que a identificação territorial dos sectores económicos afetados e quantificação da população vulnerável e afetação ao sistema alimentar local: à produção - realização de calendário intra-anual de produção e preços para avaliação de disponibilidade, identificação de produções sensíveis à quebra de suprimentos de agroquímicos e de mão de obra, estímulo à produção agroecológica; ao abastecimento - identificar produtos com risco de abastecimento; ao consumo - avaliação do balanço nutricional e energético, identificação dos instrumentos alimentares disponíveis, cultura alimentar (otimização dos recursos alimentares disponíveis e da utilização da diversidade alimentar tradicional, técnicas e produtos de transformação e armazenamento de alimentos, sistemas de comunicação sobre a cultura alimentar); nos mercados alimentares inclusivos (reforço da presença da agricultura familiar nos mercados, dinamização de circuitos curtos de abastecimento, valorização de produtos sazonais, apoio às populações mais

vulneráveis - compras locais e apoio financeiro direto).

2. intervenção de médio e longo prazo: reorganização dos modelos de economia territorial (resolução de problemas como a fragmentação das propriedades rurais), gestão da pequena pecuária (dimensão de rebanho + controlo de incêndio); gestão do javali, enquanto gerador de rendimento (economia e cultura alimentar); desenvolvimento e fortalecimento de Bio-regiões, Sistemas de Inteligência de Mercado; desenho e desenvolvimento de marcas territoriais.

O projeto **JOBtoc - Jovens no espaço rural, oportunidades e constrangimentos (2019-2021)**¹² procurou identificar oportunidades, constrangimentos e desafios à fixação dos Jovens em territórios rurais. Entre outros aspetos positivos, os que os jovens trazem aos territórios conhecimento tecnológico, inovação pelo combinar de saberes, abertura à digitalizaçã, associativismo e gestão mais informada. Por outro lado sentem falta de sinergia entre os parceiros e integração nas

¹² Mais informação do projeto em:

<https://jobtoc.soilecos.pt/>

Entidades parceiras: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária; ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Universidade de Coimbra

cadeias de valor, educação ao longo da vida, infraestruturas, acompanhamento – apoio e esclarecimento, acesso à informação e conectividade.

Entre os jovens identificados é possível referir como características fortes a preocupação sobre o ambiente, diversidade de atividades, certificação, inovação de produtos e tecnologia, preocupação com a gestão, exploração recursos endógenos, partilha de saberes e comunicação intergeracional.

Como palavras chave que descrevem os jovens agricultores do futuro, elencam: adaptativo; corporativo; intensivo; patrimonial; ambiental; celular; social; estilo de vida; regenerativo; urbano; lazer; responsabilidade social.

O projeto **Sistema de Certificação Participativa nos Circuitos Curtos (2018-2021)**¹³ procurou criar as bases para um sistema

¹³ Mais informação do projeto em:

<https://www.confagri.pt/disponiveis-documentos-produzidos-pelo-projeto-sistema-certificacao-participativa-dos-circuitos-curtos-agroalimentares/>

Entidades parceiras: Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, COIMBRAMAISFUTURO – Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra, Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Córdoba e Instituto Politécnico de Setúbal.

de certificação participativa (SPG) associado aos circuitos curtos que permita validar os processos da produção e comercialização como garantia de qualidade e credibilidade dos territórios. No âmbito das atividades desenvolvidas, realizaram o levantamento e estudo sobre a temática dos SPG a nível nacional e internacional, refletiram e conceberam um conjunto de documentos que ressalvam a importância da adoção da metodologia e princípios do SPG como garante da qualidade e segurança dos circuitos curtos agroalimentares junto de produtores e consumidores.

O projeto **AproximaR – Produzir e Consumir Localmente**¹⁴ pretendeu contribuir para a boa aplicação, acompanhamento e avaliação das Políticas de Desenvolvimento Rural ao nível de conhecimento e dinamização dos CCA. Resultaram deste projeto um conjunto de guias de implementação e de boas práticas (nacionais e europeias) em quatro modalidades de CCA: 1) cabazes; 2) mercado local de abastecedores; 3) restauração coletiva; e 4) ponto de venda da exploração.

¹⁴ Mais informação do projeto em:

<https://aproximar.rederural.gov.pt/index.html>

Entidades parceiras: Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L.; Confederação Nacional da Agricultura; Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Instituto Superior de Agronomia; Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia; Instituto Politécnico de Coimbra

O projeto **Pontes entre a agricultura familiar e a agricultura biológica**¹⁵ pretendeu definir um modelo de intervenção que estabeleça pontes entre a agricultura familiar e agricultura biológica, com vista à adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, à melhoria dos rendimentos das famílias e à obtenção de alimentos saudáveis. No âmbito deste projeto, foi possível mostrar a proximidade destes agricultores a práticas agroecológicas e identificar as etapas dos itinerários técnicos a melhorar, nomeadamente ao nível da proteção das culturas e gestão do solo. Foram também apontadas recomendações a incluir no desenho de políticas públicas, nomeadamente a necessidade de capacitação, simplificação de processos de certificação, criação de coletivos, entre outros.

O projeto **BOND (2017-2020)**¹⁶ procurou desencadear, fortalecer e organizar o grande

¹⁵ Mais informação do projeto em:

<https://agriculturabiofamiliar.wordpress.com/>

Entidades parceiras: Instituto Politécnico de Viseu, Universidade do Porto; Associação de Desenvolvimento de Dão Lafões e Alto Paiva; A3S; Scotland Rural Colledge; EOSA, S.A.; Slovak University of Agriculture.

¹⁶ Mais informação do projeto em:

<https://www.bondproject.eu/?lang=pt-pt>

Entidades parceiras: Coventry University; Legacoop Agroalimentare; Sindicato Labrego Galego – Comissions Labregas; Food and Agriculture Organization of the United Nations; Federation Nationale de Cuma; Asociace Mistnich Potravinovych Iniciativ; Spoleczny Instytut Ekologiczny; National

potencial de ação coletiva e de criação de redes de indivíduos, grupos e organizações de agricultores e gestores do espaço rural em países selecionados na Europa, fortes, dinâmicas e eficazes, que tenham voz e participação na tomada de decisões políticas.

Identificaram

1. o **não reconhecimento sobre o papel fundamental da agricultura familiar** no cuidado da Terra e ambiente, e a sua importância social pela sociedade em geral;
2. o **envelhecimento da população agrícola e a falta de renovação intergeracional**, em particular pela visão de que possuir boas condições de vida é incompatível com ser-se um pequeno agricultor;
3. as **dificuldades na criação de diálogo entre as organizações de agricultores familiares e a Administração Pública**.
4. a necessidade de maior envolvimento dos produtores, consumidores, organizações sociais, grupos ambientalistas, meio académico e administração pública;

Union for Representing the Interests of Small-scale Farmers – Kisleptek Egyesulet; Vedegylet Egyesulet – Protect the Future; Coordinadora de Agricultores y Ganaderos de la Comunidad Valenciana; Norwegian Agricultural Cooperatives; Eco Ruralis; Land Workers' Alliance; Confederação Nacional de Agricultura; Entrepreneurship Training & Services, ProEntranse; University of Cordoba; Wageningen University

- 5.a **diversidade de tarefas relacionadas com a atividade agrícola**, desde a produção à venda, entre outras e a difícil sustentabilidade económica deste tipo de exploração agrícola;
6. as **dificuldades de envolvimento em iniciativas coletivas** por falta de tempo;
7. a necessidade de mobilizar dinâmicas que facilitem o **acesso à terra**

O projeto **Salsa (2016-2020)** pretendeu melhorar o conhecimento atual e potencial sobre o contributo da pequena agricultura e das empresas produtoras de alimentos para a segurança alimentar e nutricional sustentável. Identificou cinco componentes relevantes na

pequena agricultura: tempo parcial, pluriatividade, agricultura camponesa, especialização, inovação. Neste contexto, foi possível demonstrar que a produção da pequena agricultura superior ao esperado em termos de quantidade, e muito significativa na satisfação das necessidades alimentares do agregado familiar e de contributo para o rendimento económico (Rosário *et al.*, 2019). As culturas hortícolas intensivas ao ar livre são as que mais contribuem para o rendimento bruto das explorações estudadas. As explorações familiares, para além da mão-de-obra familiar, recorrem à entre-ajuda com vizinhos e à mão-de-obra assalariada.



5. AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E A AGRICULTURA FAMILIAR EM PORTUGAL

Quais são as soluções para o desenvolvimento territorial e de sistemas alimentares sustentáveis?

5.1. Antes da PAC

Em Portugal, a agricultura familiar tem sido identificada historicamente com as explorações orientadas para a subsistência, denominadas minifúndios, presentes no Norte do País, e assentes em mão de obra familiar, em oposição às grandes explorações presentes no Sul do País, denominadas latifúndio, assentes no trabalho remunerado não familiar. No entanto, tanto no Norte como no Sul, a agricultura familiar teve, e tem, um papel determinante na consolidação dos territórios - no Norte as terras pertenciam aos agricultores e no Sul eram arrendadas e os agricultores dividiam o seu trabalho entre as suas produções e o trabalho nos latifúndios. Com a mecanização e modernização da agricultura, os agricultores do Sul deixaram progressivamente de trabalhar nas grandes explorações mas mantiveram a sua agricultura familiar de subsistência (Dinis, 2019).

Antes de 1974 existiam dois tipos principais de agricultura: as grandes propriedades dos "Campos do Sul" onde prevaleciam as grandes propriedades e se localizavam no Ribatejo,

Alentejo (palco da Campanha do Trigo, entre 1929 e 1938) e Oeste e as pequenas propriedades agrícolas familiares, que, apesar de espalhadas por todo o país, eram mais comuns na região Norte e Centro.

Nos campos do Sul, a maior parte da população agrícola ativa era constituída por trabalhadores assalariados temporários que viviam sob a ameaça do desemprego. Os agricultores familiares viviam com baixos rendimentos resultantes da falta de escoamento e preços justos à produção. Durante o Estado Novo, os agricultores familiares tiveram que acrescer à sua luta diária, resistir contra as tentativas de usurpação dos baldios pelo Estado, especialmente no Norte e Centro do país devido à importância destes terrenos comunitários para os agricultores familiares.

Desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), a agricultura nacional tem-se mantido em estreita associação a explorações familiares, com uma estrutura produtiva dominada por pequenas explorações. Uma importante parte da produção destina-se ao autoconsumo e assenta, principalmente, em culturas mediterrânicas, como frutos, legumes, vinho e azeite.

5.2. Desde a primeira PAC até ao estatuto da agricultura familiar

Portugal entrou na CEE numa fase dominada pela liberalização dos mercados agrícolas a nível mundial e, por esse motivo, por uma redução progressiva dos preços. O já frágil sector agrícola nacional teve também de enfrentar as dificuldades da CEE no escoamento da produção. Existia uma necessidade urgente de ajustar preços para equilibrar a oferta com a procura.

O equilíbrio agroalimentar nacional piorou, tanto pela necessidade de reestruturação das explorações agrícolas como devido ao mercado comum (por aplicação linear da política de redução dos excedentes de produção). Os pagamentos aos agricultores foram progressivamente desfasados da produção e substituídos por ajudas diretas ao rendimento. O desânimo instalou-se nas zonas rurais e, ainda hoje, as consequências são visíveis.

Em 2015, as explorações mais pequenas (<5 ha) representavam mais de 65% dos beneficiários, no entanto recebiam menos de 13% do total dos apoios concedidos. No extremo oposto, menos de 2% das explorações (as de maiores dimensões) recebiam, então, mais de 33% do total das subvenções consideradas. O número de beneficiários da PAC diminuiu 12% em Portugal Continental entre 2009 e 2015, com o desaparecimento de 21.818 beneficiários de explorações mais pequenas (<5 ha), uma perda

de quase 20% dos agricultores desta categoria. No mesmo período, apenas as explorações com Valor de Produção Padrão (VPP) inferior a 4.000 euros – as mais pequenas – perderam beneficiários, com quase 25% das explorações consideradas muito pequenas a desaparecer. O aumento da área mínima para acesso aos apoios, implementado em Portugal pela reforma da PAC de 2013, contribuiu substancialmente para esta situação.

O acesso ao mercado tem também sofrido alterações profundas. Nas últimas décadas, verificou-se um acelerar da implantação de grandes hipermercados em Portugal que se estila controlarem, hoje, cerca de 85% das vendas totais de produtos agroalimentares. Em consequência, as importações crescem, os preços à produção diminuem e especulação junto do consumidor aumenta. De facto, a distribuição do valor ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar é a seguinte: por cada 100 € pagos pelo consumidor, 50 € vão para a distribuição, 30 € correspondem à transformação e apenas 20 € vão para o agricultor. Se se considerar que 75% do valor que o agricultor recebe corresponde a custos de produção, o agricultor e a sua família ficam com apenas 5 € (BOND, 2021).

Em junho de 2018, a Comissão Europeia apresentou propostas legislativas no âmbito da reforma da PAC, assentes em três metas principais e nove objetivos específicos: assegurar um rendimento justo para os

agricultores, aumentar a competitividade, equilibrar os poderes na cadeia alimentar, colaborar na luta contra as alterações climáticas, proteger o ambiente, preservar a paisagem e a biodiversidade, apoiar a renovação geracional, promover zonas rurais dinâmicas e proteger a qualidade na alimentação e na saúde.

Posteriormente, em dezembro de 2019, a CE publicou o Pacto Ecológico Europeu, com o objetivo de permitir à Europa a transição para uma economia sustentável e conseguir ser o primeiro continente do mundo com impacto neutro sobre o clima até 2050. Uma das suas principais políticas é a estratégia "Do Prado ao Prato", para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente.

5.3. Após o estatuto agricultura familiar

A Agricultura Familiar tem sido fortemente penalizada nas últimas décadas, com rendimentos reduzidos e alterações negativas à estrutura fundiária. Após a entrada de Portugal na CEE, só entre 1989 e 2016, foram eliminadas 315.105 explorações agrícolas, a um ritmo de 1,33 explorações por hora (as explorações até 5 hectares foram as mais afetadas, com uma queda de 62,9%).

Em fevereiro de 2017, numa audiência com a CNA, o governo comprometeu-se a legislar o

EAF, o que aconteceu em agosto de 2018 com a publicação do Decreto-Lei n.º 64/2018.

No EAF, a Agricultura Familiar é definida de uma forma sistémica, como *o modo de organização de atividades produtivas, de gestão do ambiente e de suporte da vida social nos territórios rurais, assente numa exploração agrícola familiar*. Para além de sublinhar a importância da agricultura familiar no incentivo à produção e consumo locais, à preservação da biodiversidade e dinamização dos territórios rurais, refere ainda o seu papel na minimização das perdas e desperdício alimentar. Contudo, um agricultor para se candidatar depara-se com alguns constrangimentos: deve ter mais de 18 anos, rendimento inferior ao quarto escalão do IRS ($\leq 25\,075\text{€}$ em 2021), contar com mais mão de obra familiar do que assalariada, deter a posse de uma exploração agrícola (proprietário, rendeiro ou usuário) e não receber mais de 5.000€ anuais de ajudas comunitárias.

O primeiro pedido de EAF foi elaborado em março de 2019 e até ao final de junho de 2021 foram atribuídos 1357 títulos (Lopes & Cabral, 2021). Até março de 2021 tinham sido registados menos de 400 pedidos, mas este número quadruplicou quando abriu a Operação 3.2.2 de Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola (10º Anúncio - âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 - PDR 2020), para a qual os titulares do EAF tinham uma majoração de 5%. De acordo com dados da

DGADR, verifica-se que a maioria dos títulos foram solicitados na região norte, em especial na região de Trás-os-Montes, seguida da região do Entre o Douro e Minho e depois das Beiras Litoral e Interior. O aumento do número de pedidos reforça a necessidade de concretização das medidas consagradas no EAF para levar os agricultores a aderirem. No próprio EAF afirma-se ser *imperiosa a promoção de políticas públicas que reconheçam e potenciem essa contribuição da agricultura familiar.*

A CNA, em 2021, apresentou um conjunto de propostas para tornar o EAF mais adequado à realidade dos agricultores familiares e de mais fácil adesão. Algumas reivindicações, ainda não concretizadas, incluem: relativamente às ajudas considerar o limite de €5.000,00 apenas para os pagamentos diretos; que a prestação graciosa de mão-de-obra de familiares diretos (ou por afinidade em 1º grau) seja reconhecida como mão-de-obra agrícola familiar; a periodicidade do reconhecimento possa ser trienal. Solicitam, ainda, que:

- no regime específico de contratação pública para fornecimento de bens alimentares a estruturas públicas seja atribuída uma ponderação prioritária às características locais, sazonais, de modo de produção e de tipo de agricultor (ou agrupamento de produtores) e a criação de limiares mínimos para a origem local dos

produtos e para o tipo de produção (por Agricultura Familiar), por exemplo de 30%;

- quanto ao regime de Organização de Produtores, reivindicam que associações de produtores com 80% de titulares do EAF possam ser reconhecidas como Agrupamentos de Produtores e que um dos objectos de reconhecimento tenha em vista a “constituição de circuitos curtos de comercialização, com base no volume e não no valor comercial;
- quanto aos benefícios adicionais no gasóleo colorido e marcado, haja um aumento adicional de €0,12 por litro para a agricultura familiar;
- simplifiquem e reduzam custos de registo e posse de prédios rústicos;
- prevejam medidas específicas de apoio ao investimento na mecanização e renovação do parque de máquinas, à instalação de pequenas explorações e à instalação de cooperativas de produtores;
- existam medidas excepcionais para zonas desfavorecidas, desvantagens naturais e zonas protegidas;
- se desenhe um regime simplificado de licenciamentos;
- defina um regime fiscal adequado.’

- sejam criados espaços próprios de comercialização para a agricultura familiar, com isenção de taxas;
- estabeleça um regime de segurança social adequado;
- preveja o acesso prioritário ao arrendamento e compra de terras ao Estado;
- incentive a gestão e redução de custos energéticos;
- promovam linhas de crédito e regimes de seguros ajustados;
- preveja um regime específico de acesso à água (diminuição do preço e simplificação burocrática);
- disponibilizem apoios específicos para a formação, informação e aconselhamento agrícola e florestal;
- prevejam medidas de valorização de mulheres agricultoras e jovens agricultores.

5.4. As perspetivas para o futuro e o contributo da agricultura familiar para o desenvolvimento e coesão dos territórios e para os sistemas alimentares sustentáveis

A FAO e a União Europeia têm, nos últimos anos, chamado a atenção para a urgência da transição para sistemas alimentares mais sustentáveis. Muitos têm sido os estudos

realizados sobre como deverá ser feita esta transição. Muitos caminhos já foram apresentados. Muita informação já existe. Agora é o tempo de agir.

As explorações de pequenas e médias dimensões e os modelos agrícolas familiares, primariamente baseados em práticas agroecológicas, são a única forma de manter o dinamismo das zonas rurais, combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. A agricultura familiar baseia as suas práticas nas tradições, conhecimento e cultura locais, e produzem alimentos (de sementes próprias e espécies autóctones) em equilíbrio com território onde se inserem. Contudo, a agricultura familiar tem sido fortemente penalizada, excluída no desenho das políticas públicas ou, quando incluída tem-no sido de forma desajustada, e invisibilizada quanto ao seu papel tanto na revitalização dos agroecossistemas e do território rural.

Existe um desfasamento entre a retórica, os instrumentos políticos e as práticas. A reflexão sobre este desfasamento deve ser sistémica e permitir a dupla transição: da retórica para os instrumentos políticos e dos instrumentos políticos para as práticas (Ferrão, 2021).

Sobre a retórica, é necessário que o conceito seja representativo das diferentes tipologias de agricultura familiar que existem (as visíveis e invisíveis do ponto de vista estatístico) de forma a que a sua operacionalização esteja de acordo com a realidade e não seja enviesada.

Para isso é necessário realizar um cadastro rigoroso (qualitativo e quantitativo) que permita uma leitura realista do universo da agricultura familiar. É também necessário disponibilizar os meios necessários para que de forma sistemática se possam avaliar os contributos das diversas funções da agricultura familiar: económicos, sociais, ambientais, culturais.

Os poucos instrumentos políticos que existem atualmente não se adequam à realidade da agricultura familiar. Importa reconhecer as diferenças regionais, as diferenças entre agricultores familiares e a sua importância em cada território. Só a partir deste reconhecimento, individual e territorial, é possível motivar e envolver parceiros, desde produtores, organizações, transformadores e distribuidores, administração pública, de modo a concretizar oportunidades de desenvolvimento e ações mais focadas.

Ainda sobre os instrumentos políticos é importante referir que o recente EAF ainda não é considerado uma vantagem para os agricultores. O fraco nível de adesão ao EAF deve-se, essencialmente, aos critérios do rendimento e à inexistência de vantagens reais, o que veio a ser confirmado com aumento significativo dos pedidos de adesão com a abertura da Operação 3.2.2 de Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola para a qual os titulares do EAF tinham uma majoração de 5%.

É por isso necessária uma avaliação dos instrumentos com incidência direta (positiva ou negativa) na agricultura familiar, bem como criar serviços públicos de proximidade que agilizem o diálogo entre as organizações de agricultores familiares e a Administração Pública. Mesmo quando nas regiões existem técnicos e políticos que compreendem a importância da agricultura familiar, existe uma barreira real à ligação do apoio a este importante setor agrícola.

A valorização da agricultura familiar e dos bens e serviços que presta, o contributo para o equilíbrio dos agroecossistemas, a permanente necessidade de informação e formação e o papel central do acompanhamento técnico são fatores essenciais para aproximar os diversos atores do setor agrícola e para, de forma colaborativa, se ultrapassar e promover a integração e crescimento da agricultura familiar.

A verdadeira cooperação depende de dinâmicas de comunicação efetivas. Ambas são indispensáveis para que a agricultura familiar possa alinhar-se face a mercados cada vez mais exigentes e competitivos, onde se incluem as cantinas públicas e sociais. Esta capacidade de organização ajudará também os agricultores a superarem uma concorrência que muitas vezes existe, de produtores e intermediários de outras regiões já implementados no terreno. A este respeito, vale a pena lembrar as

ferramentas disponibilizadas por diversos projetos mencionados em 4.2.

Existe, ainda, um conjunto de situações transversais no território nacional, já identificadas e que devem ser acauteladas, tanto na retórica, como nos instrumentos políticos e nas práticas: envelhecimento da população agrícola e a falta de renovação intergeracional; limitações das estruturas fundiárias e de acesso à terra; déficits de organização e governança; desajustamento dos apoios às características locais; falta de serviços de apoio, públicos e privados.

Verifica-se, assim, uma espiral viciosa: não há novas oportunidades, há abandono, não há pessoas, não há oportunidades. Os agricultores familiares, e em particular os jovens, trazem inúmeras mais valias ao espaço rural (conhecimento tecnológico, inovação pela combinação de saberes, abertura à digitalização, associativismo e gestão mais informada). Contudo, a excessiva burocracia e exigência, desacompanhamento no processo, falta infraestruturas de apoio e de sinergias entre os parceiros (por exemplo na integração nas cadeias de valor) e falta de conectividade são desencorajadoras.

O papel central das mulheres na alimentação em todas as suas etapas, desde o cultivo até à sua chegada à mesa, é evidente, foi identificado, e o seu papel na resiliência da agricultura familiar indubitável. Contudo, é necessário não perder de vista que essas

mulheres são gravemente afetadas por uma condição estrutural que deve ser imperativamente desconstruída. Em Portugal é visível a diminuição do número de produtoras agrícolas singulares do sexo feminino em 2019 em comparação com os dados de 2009, em particular no Norte e Centro (INE, 2021b).

Também a falta de tempo resultado da variedade de tarefas relacionadas com a atividade agrícola (desde a produção à venda, entre outras) é uma barreira para o envolvimento dos agricultores em iniciativas coletivas. Quando o agricultor se afasta do seu local de trabalho isso reflete-se, ou nos seus rendimentos, ou representa uma sobrecarga no trabalho de outros elementos da família. Para além disso, quando um agricultor se envolve em iniciativas coletivas (por exemplo na criação de cadeias de abastecimento alimentar curtas, ou outras inovações ao nível da comercialização dos produtos) sente sobre si expectativas que muitas vezes extravasam o seu conhecimento e que representam uma pressão acrescida. É por isso importante a construção de processos de governança, participação e envolvimento de entidades de natureza distinta com escalas diferentes de atuação.

Associado à variedade de tarefas está a multifuncionalidade da agricultura familiar e consequentemente a resiliência destes sistemas agrícolas. O seu importante papel na gestão das paisagens e dinamização dos

territórios rurais já foi identificado, reconhecido, contudo ainda não foi valorizado. É necessário concretizar os pagamentos dos serviços de ecossistemas da agricultura familiar, a partir da matriz de todos as suas funções, o que pode ainda contribuir positivamente para sustentabilidade económica da agricultura familiar e assegurar um rendimento adequado ao agricultor e à sua família.

Uma mudança identificada como prioritária na agricultura familiar passa pela transição agroecológica, pelos benefícios ambientais que traz, mas também económicos e sociais para o agricultor (em particular ao nível da sua saúde e dos consumidores). A agricultura familiar, pelas suas características, assegura alguns dos princípios que norteiam estes sistemas: saúde, ecologia, justiça e precaução (FAO, 2014; IFOAM, 2016).

Estima-se que a adoção de práticas agroecológicas contribua para aumentar a produção em 79%, o que, juntamente com a redução dos custos com fertilizantes e pesticidas, contribui para o aumento da performance económica das explorações (Pretty, 2006; Altieri *et al.*, 2012; Wijeratna, 2012). A agricultura familiar tem um papel revelante na conservação e valorização de variedades tradicionais (p.e. de milho, maçãs, feijões e oliveiras) e de raças autóctones (p.e. de bovinos), o que tem assegurado um serviço

prestado à sociedade na conservação do património genético único (Reis, 2020).

O poder e as políticas públicas, nos seus diversos níveis de atuação, são determinantes para o processo de apoio e transição agroecológica dos agricultores familiares, especificamente ao nível local e regional. Desde a divulgação das vantagens, disponibilização de apoio técnico aos agricultores familiares, facilitação do processo de venda, criação de plataformas de colaboração entre entidades públicas, associações de produtores e agricultores familiares (nomeadamente em organizações representativas), comunicação e marketing agrícola, é expectável que existam medidas de operacionalização se permitam resolver os problemas identificados e conduzir a agricultura familiar para o **papel central que tem na sociedade** – na produção de alimentos, na contribuição para a economia nacional, na manutenção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e cultural, no desenvolvimento local e comunitário.

Trabalhar a ligação entre a produção e a alimentação saudável, ultrapassa a possibilidade de evolução da agricultura familiar no sentido da agroecologia. Esta mudança tem impacto na saúde dos indivíduos e das comunidades (Chaves *et al.*, 2020). Assim, importa concretizar estratégias de proximidade entre agricultores e consumidores, promover literacia

em saúde com vista à capacitação da pessoa/família/comunidade para a adoção de comportamentos saudáveis. Relacionar atividades rurais, com a educação e ambiente, desde as idades mais jovens é uma oportunidade para construir novas ligações entre gerações.

A agricultura familiar tem um importante papel na transição para sistemas e dietas alimentares sustentáveis. O tempo é agora de agir, através de:

- criação de serviços de apoio técnico, adaptados a cada realidade territorial e

capazes de gerar a comunicação entre agentes do território e políticas públicas;

- apoio na transição agroecológica;
- facilitação de redes entre agentes do território, para promover ações coletivas;
- estratégias territoriais para a promoção e escoamento dos produtos locais da agricultura familiar;
- criação de condições e estruturas locais, nomeadamente de serviços, que facilitam a fixação de jovens e outros atores em territórios rurais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abler D. 2008. *Multifunctionality in Agriculture: Evaluating the Degree of Jointness, Policy Implications*. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264033627-2-en>.
- Aguglia L, Henke K, Poppe KJ, Roest A, Salvioni C. 2009. Diversification and multifunctionality in Italy and the Netherlands: a comparative analysis. *Second meeting Wye City Group Conference*, FAO, Rome: 22 pp. <https://core.ac.uk/download/pdf/29250918.pdf>
- Alberto D. 2004. Instalação de jovens agricultores - Experiências comparadas em três países da UE. *II Congresso de Estudos Rurais Angra do Heroísmo*, 29.09 a 03.10. 15pp. <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1034/1/Jovens%20agricultores.pdf>
- Allen K-E. 2002. The social space(s) of rural women. *Rural Society* 12(1): 27-44.
- Almeida MAP. 2007. O mundo rural e os novos desafios. In: Dentinho T, Rodrigues O. (Ed.). *Periferias e espaços rurais: comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*. Princípia, Estoril: 295-317. <http://hdl.handle.net/10198/6549>
- Altieri M, Nicholls C. 2013. The adaptation and mitigation potential of traditional agriculture in a changing climate. *Climatic Change* 140(1): 33-45.
- Altieri MA, Funes-Monzote FR, Petersen P. 2012. Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: contributions to food sovereignty. *Agronomy for Sustainable Development* 32: 1-13. <https://doi.org/10.1007/s13593-011-0065-6>
- Assis RL, Romeiro AR. 2007. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. *Revista da Administração Pública*. Rio de Janeiro 41 (5):863-85.
- Baptista FO, Rolo J. 2017. Trabalho agrícola: percursos e modelos. *CULTIVAR Cadernos de Análise e Prospetiva* 10: 25 - 37. https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Cultivar_10.pdf
- Bélières JF, Bonnal P, Bosc PM, Losch B, Marzin J, Sourisseau JM. 2015. *Family Farming around the World. Definitions, contributions and public policies*. A Savoir, AFD's Research Department, 28: 183 pp. https://agritrop.cirad.fr/576161/1/Belieres_Bonnal_Bosc_Losch_Marzin_Sourisseau-Family_farming-AFD-2015.pdf
- Berdegú JA, Fuentealba R. 2011. Latin America: the state of smallholders in agriculture. IFAD Conference on New Directions for Smallholder Agriculture. *IFAD Conference on New Directions for Smallholder Agriculture*, Rome, 24 and 25.01: 37 pp.
- Blondeau S, Korzenszky A. 2022. Family farming. FAO, Legal Brief 8, Rome: 10 pp. <https://doi.org/10.4060/cb8227en>
- BOND. 2021. *Repensando as Políticas para a Agricultura Familiar. O caso de Portugal e Espanha*. 33 pp. <https://www.bondproject.eu/communication-materials/>
- Brandth B. 2002. Gender Identity in European Family Farming: A Literature Review. *Sociologia Ruralis* 42(3): 181-200. doi:10.1111/1467-9523.00210
- Brandth B. 2006. Agricultural body-building: Incorporations of gender, body and work. *Journal of Rural Studies* 22(1): 17-27.
- Bryant L, Pini B. 2009. Gender, class and rurality: Australian case studie. *Journal of Rural Studies* 25(1): 48-57.
- Calus M. 2010. The persistence of family farming: a review of explaining socio-economic and historical factors. *Journal of Comparative Family Studies* 41(5): 639-660.
- Calus M. 2010. *The persistence of family farming: a review of explaining socio-economic and historical factors*. *Journal of Comparative Family Studies* 41(5): 639-660.

- Camões JD. 2015. *Ações promovidas pela organização não-governamental VIDA – Voluntariado para o Desenvolvimento Africano*. Varela, Região de Cacheu, Guiné-Bissau.
https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_seguranca_alimentar.pdf
- Caporal, FR. 2009. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: 30 p.
- Cardoso E, Jalil L, Telles L, Alavarenga C, Weitzman, R. 2019. *Guia metodológico da caderneta agroecológica*. EDUFRRPE, FIDA, Recife: 38 pp.
- Carmo RM. 2007. *De aldeia a subúrbio: trinta anos de uma comunidade alentejana*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa: 234 pp.
- Carvalho MLS, Lucas MR, Henriques PD. 2004. A multifuncionalidade na agricultura e as suas valências. *Actas do II Congresso de Estudos Rurais*, 29.09 a 03 Outubro, Angra do Heroísmo: 11 pp. https://sper.pt/oldsite/IICER/pdfs/Tema1/L_Carvalho.pdf
- Chappell MJ, Wittman HK, Bacon CM, Ferguson BG, García Barrios LE, García Barrios R. 2013. Food sovereignty for poverty reduction and biodiversity conservation in Latin America. *Research 2*: 235. Doi: 10.12688/f1000research.2-235.v1
- Chaves C, Costa CA, Martins A, Silva MC, Gomes F, Coutinho E, Dionísio R. 2020. “A foice em seara alheia”: pontes nas relações entre a saúde e a agricultura. In: Costa CA (Coord.), Parente C, Aguiar A, Guiné R, Costa D, Correia HE, Chaves C. Pontes entre agricultura familiar e agricultura biológica. *Iberografias 37*: 215 - 224
- Cordeiro JF. 2008. *A AJAP e os jovens agricultores em Portugal*. Tese de Mestrado em Economia e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa: 129pp.
- Cordovil F. 2021. *Agricultura e Política Agrícola* [com Prefácio de Fernando Oliveira Baptista]. Ed. do autor, Lisboa: 31 pp.
- Correia TP. 2017. A agricultura e a paisagem, suporte de múltiplos usos e valores sociais. *CULTIVAR, Cadernos de Análise e Prospetiva 8*: 47-51.
- Costa C A, Guiné R, Correia HE, Costa DT, Costa T, Parente C, Aguiar AA. 2018. Agricultura familiar e proteção das culturas: abordagens tradicionais e proximidade com práticas de agricultura biológica. *Revista de Ciências Agrárias 41*(spe), 164-173.
- Costa CA, Coelho C, Gomes D, Pereira A, Costa D. 2021. Os jovens e a agricultura familiar. Que presente e que futuro. In: Reis P, Oliveira F (Coord). *Jovens Agricultores: políticas, perfis e desafios*. ISA Press, Lisboa: 115 – 124.
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/24662/1/livro-jovens-agricultores-2021.pdf>
- Cruz C. 2021. *Projeto JOBToc. Jovens nos territórios rurais: oportunidades e constrangimentos*. Relatório de projeto, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: 32 pp.
- Dinis I. 2019. The Concept of Family Farming in the Portuguese Political Discourse. *Social Sciences 8*(7): 213. <https://doi.org/10.3390/socsci8070213>
- Diogo F (Coord), Palos AC, Rodrigues CF, Pereira E, Ribeiro BF, Branco F, Trevisan G, Fernandes L, Silva O, Perista P, Amaro, I. 2021. *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa, 271 pp.
- Doss C. 2014. If Women Hold Up Half the Sky, How Much of the World’s Food Do They Produce?. In: Quisumbing A, Meinzen-Dick R, Raney T, Croppenstedt A, Behrman J, Peterman A (eds), *Gender in Agriculture*. Springer, Dordrecht https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-017-8616-4_4
- Ebrahim GJ. 2007. Poverty and the millennium development goals. *Revista Brasileira Saúde Materno Infantil*, Recife 7(4): 467 – 477.
<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/rp9bd3mLqsVRhDmyG3sp4Qc/?format=pdf&lang=en>

- EIP AGRI. 2013. *Discussion paper EIP-AGRI Focus Group on Organic farming optimising arable yields*. [https:// ec.europa.eu/eip/agriculture/sites/agri-eip/files/fg1_organic_farming_starting_paper_2013_en.pdf](https://ec.europa.eu/eip/agriculture/sites/agri-eip/files/fg1_organic_farming_starting_paper_2013_en.pdf).
- [ENRD](#). 2016. *Rural Development Programmes 2014-2020: Key facts & figures FOCUS AREA 2B: Entry of skilled farmers into the agricultural sector*. The European Network For Rural Development: 6pp. https://enrd.ec.europa.eu/sites/default/files/focus-area-summary_2b.pdf
- ESC. 2018. *Challenges and opportunities in achieving gender equality and the empowerment of rural women and girls*. Report of the Secretary-General. Economic and Social Council of the United Nations: 18 pp.
- European Commission. 2013. *Organic versus conventional farming, which performs better financially? An overview of organic field crop and milk production in selected Member States*. [http:// ec.europa.eu/agriculture/rica/pdf/FEB4_Organic_farming_final_web.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/rica/pdf/FEB4_Organic_farming_final_web.pdf)
- Eurostat. 2020. *Agriculture, forestry and fishery statistics*. Publications Office of the European Union, Statistical books, Luxemburg: 230 pp.
- FAO & IFAD. 2019. *United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan*. Rome. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2021. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>
- FAO. 2013. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Retrieved February 24, 2014, from Observatorio de la Agricultura Familiar. Obtido de: <http://www.rlc.fao.org/es/conozca-fao/prioridades/agricultura-familiar/baf/2013-09/oaf/>.
- FAO. 2014. *Towards stronger family farms*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome: 31 pp.
- FAO. 2018. *Globally important agricultural heritage systems. Combining agricultural biodiversity, resilient ecosystems, traditional farming practices and cultural identity*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome: 47p.
- FAO. 2020. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) and family farming*. Rome. 8 pp.
- Ferrão J. 2021. *As representações do território nacional no Portugal dos governantes: uma tipologia subjetiva*. In: Cardoso V, Fernandes MG, Rodrigues C. *Representações, Desenhos e Imagens do Território*. i2ADS. Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, CEGOT. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, CITTA. Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Lisboa: 61 – 78. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/50647/1/ICS_JFerrao_Representacoes.pdf
- Ferreira JA. 2016. *As Assentadas na agricultura familiar de base agroecológica do pequeno Willian - Planaltina - DF: Condições de Vida, Trabalho e Meio Ambiente*. Dissertação Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília. <https://core.ac.uk/download/pdf/80746709.pdf>
- Forster D, Adamtey N, Messmer MM, Pfiffner L, Baker B, Huber B, Niggli U. 2012. *Organic Agriculture—Driving Innovations in Crop Research*. In: G. Bhullar and N. Bhullar (eds.), *Agricultural Sustainability. Progress and Prospects in Crop Research*. 1st Ed., Academic Press: 21-46.
- Freitas M. 2021. *Renovação geracional: prioridade estratégica de desenvolvimento rural*. In: Reis P, Oliveira F (Coord). *Jovens Agricultores: políticas, perfis e desafios*. ISA Press, Lisboa: 9 - 42. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/24662/1/livro-jovens-agricultores-2021.pdf>

- Garcia Filho DP. 1999. *Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários*. INCRA/FAO: Brasília: 65 pp. <http://beneweb.com.br/resources/Guia%20Metodol%C3%B3gico%20ADSA%20INCRA-FAO.pdf>
- Garner E. 2014. *Identifying the family farm: a discussion of the concepts and definitions*. Agricultural Development Economics Division. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, Italy. ESA Working Paper. 14-10: 23p.
- Garner, E., & Campos, A.P.O. 2014. Identifying the “Family Farm”: an informal discussion on the concepts and definitions. *ESA Working Paper* 14-10, FAO, Rome: 23 pp + annexes.
- Gliessman S. 2018. Defining Agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems* 42(6): 599-600. Doi: [10.1080/21683565.2018.1432329](https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1432329)
- Gomes R, Nogueira C, Toneli MJ. 2016. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade* 28(1): 115-124.
- GPP. 2020. Plano estratégico da PAC 2023-2027 - Diagnóstico. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, Lisboa: 89 pp. https://www.gpp.pt/images/PEPAC/Draft_Diagnostico_OE2_Novembro_2020.pdf
- GPP. 2021. Emprego – Agricultura, Silvicultura e Pesca. 2º Trimestre 2021. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, Lisboa: 9 pp. https://www.gpp.pt/images/Estatisticas_e_analises/Estatisticas/AgricolasEstruturais_Producao/NotaEmprego2Trimestre2021.pdf
- GPP. 2022. Emprego – Agricultura, Silvicultura e Pesca 1º Trimestre 2022. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, Lisboa: 9pp. https://www.gpp.pt/images/Estatisticas_e_analises/Estatisticas/AgricolasEstruturais_Producao/NotaEmprego1Trimestre2022.pdf
- Graeub BE, Chappell MJ, Wittman H, Ledermann S, Kerr RB, Gemmill-Herren B. 2016. The State of Family Farms in the World. *World Development* 87: 1 – 15. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012>.
- Graeub BE, Chappell MJ, Wittman H, Ledermann S, Kerr Rb, Gemmill-Herren B. 2016. The state of family farms in the world. *World Development* 87: 1–15.
- Grisa C, Gazolla M, Schneider S. 2010. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria* (Universidad de los Andes Mérida, Venezuela) 16(31): 65-79.
- Guiné RP, Gaião D, Costa DV, Correia PM, Guerra LT, Correia HE, Costa CA. 2019. Bridges between family farming and organic farming: a study case of the Iberian Peninsula. *Open Agriculture* 4(1): 727-736.
- Guiomar N, Godinho S, Pinto-Correia T, Almeida M, Bartolini F, Bezák P, Biró M, Bjørkhaug H, Bojnec Š, Brunori G, Corazzin M, Czekaj M, Davidova S, Kania J, Kristensen S, Marraccini E, Molnár Zs, Niedermayr J, O'Rourke E, Ortiz-Miranda D, Redman M, Sipiläinen T, Sooväli-Sepping H, Šumane S, Surová D, Sutherland LA, Tcherkezova E, Tisenkopfs T, Tsiligiridis T, Tudor MM, Wagner K, Wästfelt A. 2018. Typology and distribution of small farms in Europe: Towards a better picture. *Land Use Policy* 75. 784-798. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.04.012>
- Guizo AMV. 2011. *Agricultura e ruralidade em Portugal: 1970-2000*. Tese de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa: 425 pp.
- Guthman J (2004). *Agrarian dreams: the paradox of organic farming in California*. University of California Press, California, California Studies in Critical Human Geography: 328 p.
- Guzmán GI, González de Molina M, Guzmán ES (Eds). 2000. *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Mundi-Prensa, Madrid: 535 pp.

- Haugen MS, Brandth B, Follo G. 2015. Farm, family, and myself: farm women dealing with family break-up. *Gender, Place & Culture* 22(1): 37-49. doi:10.1080/0966369X.2013.855708
- HLPE. 2013. *Investing in smallholder agriculture for food security. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. Rome: HLPE. Obtido de: http://www.deza.admin.ch/ressources/resource_en_225682.pdf.
- Hoffmann R. 1995. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados* 9(24): 159-172. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000200007>
- IFOAM (2016). *Princípios da agricultura biológica*. IFOAM, Bonn: 4p. https://www.ifoam.bio/sites/default/files/poa_portuguese_web.pdf
- INE. 2021a. Nova série do Inquérito ao Emprego: pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo deixam de estar incluídas na população empregada. *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego*, 09.01: 6pp. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=486373619&att_display=n&att_download=y
- INE. 2021b. *Recenseamento Agrícola - Análise dos principais resultados – 2019*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa: 165 pp.
- INE. 2022. *Censos 2021 – Divulgação dos resultados definitivos*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa: 21 pp.
- Inouye J, Warner KD. 2001. *Plowing ahead: Working social concerns into the sustainable agriculture movement*. CA-SAWG White Paper. Santa Cruz, California: California Sustainable Agriculture Working Group
- Lampkin N. 1990. *Organic farming*. Cambridge, Farming Press.
- Leite, SP. 2004. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. In: Belik W (Ed.). *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. Hucitec, São Paulo: 123-181.
- Lowder SK, Sánchez MV, Bertini R. 2019. Farms, family farms, farmland distribution and farm labour: What do we know today? FAO Agricultural Development Economics Working Paper 19-08. Rome, FAO.
- Lowder SK, Skoet J, Raney T. 2016. The number, size, and distribution of farms, smallholder farms, and family farms worldwide. *World Dev.* 87, 16–29.
- Lunas DA, Júnior HM. 2018. *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. Rural no Brasil: debates e as experiências dos NEDETs Goiânia – GO Kelps*. Goiânia / Kelps. 348 p.
- Mahendran G. 2019. A study on health status of women workers in Cashewnut industry in Udayarpalayam village at Ariyalur district. *The Research Journal of Social Sciences* 10 (1), 214-217. <http://www.aensi.in/assets/uploads/doc/623de-214-217.14424.pdf>
- Maluf, R. (Coord.). 2003. Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Relatório final de pesquisa, Rio de Janeiro,
- MAM. 2015. *Plano para a Igualdade de Género do Ministério da Agricultura e do Mar 2014-2017*. Ministério da Agricultura e do Mar, Lisboa: 34pp. https://www.dgrm.mm.gov.pt/documents/20143/57575/Plano_igualdade_genero_2014_2017.pdf/0b2264e5-b6a8-81d6-58be-253ad57de703
- Margulis M, Claeys P. 2016. *Peasants, Smallholders and Post-Global Food Crisis Agriculture Investment Programs*. FMSH. <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01316870>

- Millennium Ecosystem Assessment, 2005. *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Island Press, Washington, DC: 137 pp.
<https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>
- Monteiro CA. 2003. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados* 17(48): 7 – 20.
<https://www.scielo.br/j/ea/a/PcfwPvTcqcT7P4vS8KFZYjQ/?lang=pt&format=pdf>
- Moreira F, Lomba A. 2017. A importância da agricultura na preservação da biodiversidade. *CULTIVAR, Cadernos de Análise e Prospetiva* 8: 39-45.
- Moreno L (Coord. e Red.). 2021. *AFAVEL - Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável em Contexto de Alterações Climáticas: perspectivas e um diagnóstico "AFAVEL" em Portugal Continental*. Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Lisboa: 64 pp.
- Morison J, Hine R, Pretty J. 2005. Survey and analysis of labour on organic farms in the UK and republic of Ireland. *International Journal of Agricultural Sustainability* 3(1), 24-43.
- National Research Council. 1997. *Precision Agriculture in the 21st Century: Geospatial and Information Technologies in Crop Management*. The National Academies Press, Washington, DC: 168 pp. <https://doi.org/10.17226/5491>.
- Nicholls CI, Altieri MA. 2018. Pathways for the amplification of agroecology, Agroecology and Sustainable Food Systems, 42:10, 1170-1193, DOI: 10.1080/21683565.2018.1499578
- Nobre MP, Miguel MM, Moreno R, Freitas TV. 2014. *Economia Feminista e Soberania Alimentar. Avanços e Desafios*. SOF - Sempreviva Organização Feminista | OXFAM Brasil | Cresça Comida, Justiça, Planeta, São Paulo, 2014: 32 pp.
- Obschatko ES, Foti MD, Román ME. 2007. *Los Pequeños Productores en la República Argentina. Buenos Aires: Secretaría Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos*. Dirección de Desarrollo Agropecuario: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – Argentina.
- Olabisi LS, Wang RQ, Ligmann-Zielinska A. 2015. Why Don't More Farmers Go Organic? Using A Stakeholder-Informed Exploratory Agent-Based Model to Represent the Dynamics of Farming Practices in the Philippines. *Land* 4, 979-1002.
- Oyarzun PJ, Borja RM, Sherwood S, Parra V. 2013. Making sense of agrobiodiversity, diet, and intensification of smallholder family farming in the Highland Andes of Ecuador. *Ecology of Food and Nutrition* 52(6): 515-541.
- Perista P, Baptista I. 2012. Pobreza em Portugal: retrato de um fenómeno insuspeitadamente extenso. *Revista Angolana de Sociologia* 9: 153-169. <http://journals.openedition.org/ras/471>
- Petersen PF, Silveira LM. 2017- Agroecology, Public Policies and Labor-Driven Intensification: Alternative Development Trajectories in the Brazilian Semi-Arid Region. *Sustainability* 9: 535. <https://doi.org/10.3390/su9040535>
- Pretty J. 2006. *Agroecological approaches to agricultural development*. World Bank, Washington, DC. 35 pp. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/9044>
- Quendler E, Ikerd J, Driouech, N. 2020. Family farming between its past and potential future with the focus on multifunctionality and sustainability. *CAB Rev*, 15.
- Regidor J. 2012. *EU Measures to encourage and support new entrants*. Directorate-General for Internal Policies. European Parliament, Brussels: 62 pp.
[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2012/495830/IPOL-AGRI_NT\(2012\)495830_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2012/495830/IPOL-AGRI_NT(2012)495830_EN.pdf)
- Reis P. 2020. Agricultura familiar e biológica: modelos tecnológicos e dinâmicas. In: Costa CA (Coord.), Parente C, Aguiar A, Guiné R, Costa D, Correia HE, Chaves C. Pontes entre agricultura familiar e agricultura biológica. *Iberografias* 37: 29 – 32.

- Rivera M, Álvarez I. 2017. Del Enfoque Mercantil a la Centralidad de la Vida: Un Cambio Urgente para las Mujeres. Observatorio del Derecho a La Alimentación y a La Nutrición: Vencer la Crisis Alimentaria Mundial. *Watch* 10: 40–45.
- Rolo J. 2021. *Modalidades de unidade agrícola, familiares e outras, e contextos territoriais no Continente português à beira dos anos 2020. Uma monografia e alguma notas*. Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Oeiras: 31 pp.
<https://www.minhaterra.pt/wst/files/I13522-RURALXMODALIDADESEXAGRICULTURAXJOAQUIM-ROLOX3-3-2021.PDF>
- Rolo JC, Cordovil F. 2014. *Rural, Agriculturas e Políticas*. Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Lisboa: 63p.
- Rosenzweig C, Hillel D. 2008. *Climate change and the global harvest: impacts of El Nino and other oscillations on agroecosystems*. Oxford University Press, New York: 259 pp.
- Rural and Environment Science and Analytical Services, Division, Scottish Government, Edinburgh: 184 pp. <https://www.gov.scot/publications/women-farming-agriculture-sector/pages/16/>
- Santacoloma P. 2007. *Organic certification schemes: managerial skills and associated costs*. FAO, Rome: 16 pp. <https://www.fao.org/3/a1227e/a1227e01.pdf>
- Schuh B, Gaupp-Berghausen M, Münch A, Badouix M, Hat K, Brkanovic S, Dax T, Machold I, Schroll K, Juvančič L, Erjavec E, Rac I, Novak A, Massot A, Negre F, Vaclavova M, Bergman J, Borka A, Ostańska K. 2022. *Research for AGRI Committee – The Future of the European Farming Model: Socioeconomic and territorial implications of the decline in the number of farms and farmers in the EU*. European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, Brussels: 191 pp.
[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/699620/IPOL_STU\(2022\)699620_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/699620/IPOL_STU(2022)699620_EN.pdf)
- Sector. Tender Ref: CR/2015/21 - Final Report for the Environment and Forestry Directorate, Shortall S, Sutherland L-A, McKee A, Hopkins J. 2017. *Women in Farming and the Agriculture*
- Shortall S. 1999. *Women and farming. Property and power*. Palgrave Macmillan, London: 175 pp.
<https://doi.org/10.1057/9780333983713>
- Shreck A, Getz C, Feenstra G. 2006. Social sustainability, farm labor, and organic agriculture: Findings from an exploratory analysis. *Agriculture and Human Values* 23: 439–449.
- Silva PA. 2002. O modelo de welfare da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito *Sociologia, Problemas e Práticas* 38: 25-59.
- Stefanovic L, Freytag-Leyer B, Kahl J. 2020. Food system outcomes: an overview and the contribution to food systems transformation. *Frontiers in Sustainable Food Systems* 4: 546167.
doi: 10.3389/fsufs.2020.546167
- Teixeira HM, Vermue AJ, Cardoso IM, Claros MP, Bianchia FJJA. 2018. Farmers show complex and contrasting perceptions on ecosystem services and their management. *Ecosystem Services* 33: 44–58 <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2018.08.006>
- Trauger A. 2004. ‘Because they can do the work’: women farmers in sustainable agriculture in Pennsylvania, USA. *Gender, Place & Culture* 11(2): 289-307. Doi:10.1080/0966369042000218491.
- UE. 2022. Estatísticas agrícolas da UE: subsídios, emprego, produção. Parlamento Europeu.
<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20211118STO17609/estatisticas-agricolas-da-ue-subsidios-emprego-producao>
- Van der Ploeg VJ, Barjolle D, Bruil J, Brunori G, Costa Madureira LM, Dessein J, Drag Z, Fink-Kessler A, Gasselin P, Molina MG, Gorlach K, Jurgens K, Kinsella J, Kirwan J, Knickel K, Lucas V,

- Marsden T, Maye D, Wezel A. 2019. The economic potential of agroecology: Empirical evidence from Europe. *Journal of Rural Studies*. doi:10.1016/j.jrurstud.2019.09.003
- Van Schilfgaarde J. 1999. Is precision agriculture sustainable? *American Journal of Alternative Agriculture* 14(1): 43-46. doi:10.1017/S088918930000802X
- Vaquinhas I. 2019. História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais. *Género na arte. Corpo, Sexualidade, Identidade, Resistência* 1: 37-55.
<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/88149/1/Hist%C3%B3ria%20das%20mulheres%20e%20do%20g%C3%A9nero%20em%20Portugal.pdf>
- Vermue A. 2017. Farmers' perceptions on ecosystem services and their management. MSc Thesis Farming Systems Ecology, Farming Systems Ecology Group (WUR), Wageningen Univ. 34pp.
- Viegas M. 2022. Construção de um índice sintético aplicado à agricultura familiar no continente português. *Revista Voz do Campo*, novembro.
- Vorley B, Cotula L, Chan MK. 2012. *Tipping the Balance: Policies to shape agricultural investments and markets in favour of small-scale farmers*. Oxfam, Research Report: 89 pp.
<https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/8729/G03470.pdf>.
- Whatmore S. 1991. *Farming women: Gender, work and family enterprise*. Palgrave Macmillan: 189 pp.
- Wijeratna A. 2012. *Agroecology: Scaling-up, scaling-out*. Action-Aid, Johannesburg: 21 pp. Doi: 10.13140/RG.2.2.11773.61929
- Wright W, Annes A. 2014. Farm Women and Agritourism: Representing a New Rurality. *Sociologia Ruralis* 54(4): 477-499.

Legislação

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020](#) - Aprova a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030.

Decreto-Lei n.º 64/2018 de 7 de agosto - Consagra o estatuto da agricultura familiar

Resolução do Parlamento Europeu 2018/C 298/02 de 4 de abril de 2017 - Sobre as mulheres e o seu papel nas zonas rurais (2016/2204(INI))

Portaria n.º 73/2019 de 7 de março - Regulamenta o procedimento relativo à atribuição do título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar, consagrado pelo Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto, e adiante designado Estatuto, e as condições da sua manutenção

Fontes de dados

IEEA 2016. Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE. 2022a. Estatísticas do Território. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE. 2022b. Estatísticas do Agricultura, Floresta e Pescas. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

RA 2019. Recenseamento Agrícola 2019. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

PORDATA 2022. Emprego. PORDATA, Estatísticas sobre Portugal e Europa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

INEBase. 2014. *Censo agrario 2009*. Madrid. <http://www.ine.es/CA/Inicio.do>

Istituto nazionale di statistica. 2014. *2010 agricultural censos*. Roma <http://dati-censimentoagricoltura.istat.it/Index.aspx?lang=en>

World Bank. 2022. Rural population (% of total population) – Portugal.

<https://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=PT>

